

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO - NÍVEL DE MESTRADO/PPGE**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR BOLIVARIANA DA VENEZUELA E O CHAMADO
SOCIALISMO DO SÉCULO XXI NOS GOVERNOS CHÁVEZ (2005-2012)**

BRUNA DA SILVA ALVES

CASCADEL - PR

2015

BRUNA DA SILVA ALVES

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR BOLIVARIANA DA VENEZUELA E O CHAMADO
SOCIALISMO DO SÉCULO XXI NOS GOVERNOS CHÁVEZ (2005-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, área de concentração em Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira.

CASCADEL - PR

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A477e

Alves, Bruna da Silva

A educação escolar bolivariana da Venezuela e o chamado socialismo do século XXI nos governos Chávez (2005-2012). / Bruna da Silva Alves.— Cascavel, 2015.

157 p.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Francis Mary Guimarães Nogueira
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

1. Educação escolar bolivariana - Venezuela. 2. Socialismo – Século XXI.
3. Democracia. 4. Governos Chávez. I. Nogueira, Francis Mary Guimarães.
II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 21.ed. 370.984

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9^a/965

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

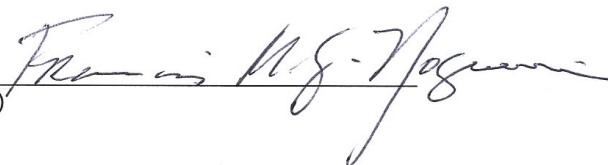
**A EDUCAÇÃO ESCOLAR BOLIVARIANA DA VENEZUELA E O CHAMADO
SOCIALISMO DO SÉCULO XXI NOS GOVERNOS CHÁVEZ (2005-2012)**

Autora: Bruna da Silva Alves

Orientadora: Francis Mary Guimarães Nogueira

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Bruna da Silva Alves, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para obtenção do título de Mestra em Educação.
Data: 08/05/2015

Assinatura:
(orientadora)



COMISSÃO JULGADORA:


Prof. Dr. Raphael Lana Seabra
Profa. Dra. Liliam Faria Porto Borges

E, nessa caminhada que apenas finda com ao término da vida, dei meus primeiros passos. O caminho é longo e caminho só, mas, apesar da solidão na caminhada, carrego comigo a companhia da esperança de, numa encruzilhada, encontrar o conhecimento.

Por essa esperança é preciso ter coragem para seguir adiante e realizar o percurso passo a passo, pois, como já disse um poeta, "Caminhante, não há caminho — o caminho se faz ao caminhar".

A autora.

AGRADECIMENTOS

Grata aos meus queridos mestres, a todos os que passaram pela minha vida e deixaram muito mais que conteúdos escolares — plantaram sonhos! A estes que me ensinaram a ser professora, que me mostraram, com seus exemplos, que, para ensinar, é necessário antes ter a humildade de aprender, de se abrir para a interlocução, para o diálogo, para a discussão(!) e me fizeram entender que em alguns momentos será necessário rever, questionar, refletir, mudar, discordar, lutar...

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira, exemplo de luta e militância, que me iniciou e conduziu na pesquisa científica, sendo minha primeira interlocutora na temática venezuelana. Ela, incansavelmente, acompanhou-me nesse processo de busca pelo conhecimento e não somente me ensinou a trilhar o caminho, como também caminhou comigo.

Agradeço também aos demais docentes da Unioeste que contribuíram para com minha pesquisa, em especial por suas brilhantes aulas durante a graduação e o mestrado. Aos professores que gentilmente aceitaram ser meus primeiros leitores, contribuindo grandemente para com o avanço da pesquisa. Aos servidores públicos que possibilitaram o bom andamento do trabalho.

À minha família e esposo, que compreenderam este momento ímpar em minha vida e que tiveram paciência e amor para comigo nos dias mais difíceis. Enfim, que me ajudaram a escrever *linhas inéditas* na história da minha família.

Aos meus amigos, companheiros de estudo, de luta e de vida, compartilhadores de sonhos e realizações!

E, finalmente, meu agradecimento aos órgãos de fomento à pesquisa na pós-graduação, sendo a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, nacional) e a Fundação Araucária do Paraná, que garantiram a materialidade necessária para que eu pudesse concretizar o que apenas se encontrava no pensamento — sem esses recursos eu não teria podido vivenciar tão intensamente o mestrado e o meu processo de pesquisa.

A todos os que ainda apreciarão este trabalho, dedico a energia vital que nele desprendi! Avante, sempre avante!

Saludos latino-americanos!

A EDUCAÇÃO ESCOLAR BOLIVARIANA DA VENEZUELA E O CHAMADO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI (2005-2012)

RESUMO: O objetivo central dessa pesquisa bibliográfica e documental é a identificação e a análise das influências teórico-políticas do chamado “Socialismo do Século XXI” no processo de reestruturação do sistema escolar venezuelano. Os pressupostos desse Socialismo incidiram sobre o movimento de criação, experimentação e consolidação da Educação Bolivariana. O histórico educacional da Venezuela, anterior a eleição de Hugo Chávez em 1998, esteve condicionado à conjuntura política e à situação econômica estabelecida no país, que, mediante eleições democráticas, mantinha dois partidos de direita no poder em regime de alternância. Essa condição política gerou pobreza e exclusão social, cultural e educacional do povo, sobretudo a partir da década de 1980, ocorreu a penetração do neoliberalismo no país, o que levou à diminuição dos recursos destinados à educação, resultando no abandono do sistema educativo, para os mais pobres. A eleição democrática do presidente Chávez, em 1998, marca a história política econômica e também educacional da Venezuela. Tão logo Chávez assumiu e promulgou a Constituição da República Bolivariana da Venezuela em 1999, ocorreu a refundação do Estado, agora ancorado em um novo marco conceitual democrático e em um parâmetro de democracia participativa, com o protagonismo popular e de enfrentamento ao imperialismo estadunidense. Com a reconfiguração do contexto político e econômico do país, emergiu a necessidade de formar uma nova consciência social, que implicou a alteração do sistema educacional em consonância com o legado histórico-cultural latino-americano, a partir de parâmetros políticos, filosóficos e pedagógicos autênticos da Educação Bolivariana. O projeto societário, denominado de Revolução Bolivariana, orientou mudanças no ordenamento político, econômico e social do país, refletindo também na nova composição do sistema educacional. Sob o respaldo ideológico, econômico e jurídico do Estado Bolivariano, mediante o incremento maciço de recursos financeiros aos setores sociais e da elaboração de documentos orientadores do caminho revolucionário escolhido pela Venezuela, de construção da pátria socialista, - como o *Projeto Nacional Simón Bolívar - Primeiro Plano Socialista. Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (PPS-2007-2013)*; *Proposta do candidato da pátria - comandante Hugo Chávez - para a gestão Bolivariana Socialista (2013-2019 (depois da sua morte, esse documento foi redefinido como Segundo Plano Socialista)*; e o *Programa do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV)*, - a educação escolar incorpora nesse processo a orientação conceitual e pedagógica, e a autonomia relativa para transformar-se, tanto no plano teórico-formal quanto em prática pedagógicas implantadas. Por conseguinte, ocorreu a consolidação de um currículo de marca socialista — *Diseño Curricular Nacional Bolivariano (2007)* —, seguido pela oficialização da Educação Bolivariana na *Ley Orgánica de Educación*, de 2009. Portanto, as múltiplas transformações ocorridas na Venezuela durante os governos Chávez inflaram e condicionaram a implementação de um sistema nacional de educação condizente com a necessidade do povo venezuelano. As estatísticas comprovaram que, nos mandatos de Chávez, os avanços sociais e educacionais foram expressivos e que não seriam alcançados sem vontade política e um plano governamental e de Estado que abrangesse, na totalidade, um conjunto de ações articuladas e simultâneas nas esferas econômica, política, social e cultural.

Palavras-chave: Educação Escolar Bolivariana da Venezuela; Socialismo; Democracia; Governos Chávez; Socialismo do Século XXI.

THE BOLIVARIAN SCHOOL EDUCATION OF VENEZUELA AND THE CALLED SOCIALISM OF THE XXI CENTURY (2005-2012)

ABSTRACT: The main objective of this bibliographic and documental research is the identification and the analysis of the theoretical-political influences of the called "Socialism of the XXI Century" in the restructuring process of the Venezuelan school system. The assumptions of this Socialism focused on the movement of creation, experimentation and consolidation of the Bolivarian Education. The educational historic of Venezuela, before Hugo Chavez's election in 1998, was conditioned to the political and the economic situation established in the country, which, through democratic elections, held two right-wing parties in the power on an alternation regime. This political condition generated poverty and social, cultural and educational exclusion of the people, especially from the 1980s, it occurred the penetration of neoliberalism in the country, which led to a decrease of the resources for education, resulting in the abandon of the educations system, to the poorest. The democratic election of President Chavez in 1998, marks the economic policy history and also educational of Venezuela. As soon as Chavez took over and promulgated the Constitution of the Bolivarian Republic of Venezuela in 1999, occurred the re-foundation of the State, now anchored in a new democratic conceptual mark and in a participatory democracy parameter, with the popular prominence and of confronting the United States imperialism. With the reconfiguration of the political and economic context of the country, it emerged the need of forming a new social consciousness, which entailed the modification of the educational system in consonance with the historical and cultural Latin-American legacy, from political, philosophical and pedagogical authentic parameters from Bolivarian Education. The societal project, called Bolivarian Revolution, directed changes in the political, economic and social system of the country, reflecting also in the new composition of the educational system. Under the ideological, economic and legal support of the Bolivarian State, by the massive increase of financial resources to the social sectors and the elaboration of oriented documents of the revolutionary path chosen by Venezuela, of the socialist homeland construction, - 2 as the *National Project Simón Bolívar – First Socialist plan. Economic and Social Development of the Nation (PPS-2007-2013)*; *Proposal of the homeland candidate – Commander Hugo Chávez – for the Socialist Bolivarian management (2013-2019 (after his death, this document was redefined as a Second Socialist Plan)*; and second the *United Socialist Party Program of Venezuela (USPPV)*, - the school education incorporates in this process the conceptual and pedagogical guidance, and the relative autonomy to become, both in the theoretical formal plan as in implemented pedagogical practices. Therefore, there was the consolidation of a socialist mark curriculum – *Diseño Bolivarian National Curriculum (2007)* -, followed by the officialization of Bolivarian Education in the (*Ley Orgánica de Educación*) (*Organic law of Education*), 2009. Therefore, the multiple transformations occurred in Venezuela during Chávez governments inflated and conditioned the implementation of a national system of education consistent with needs of Venezuelan people. The statistics proved that, in Chávez's mandates, the social and educational advances were significant and would not be achieved without political will and a governmental plan and of State that covered, in full, a set of articulated and simultaneous actions in the economic, political, social and cultural spheres.

Keywords: Bolivarian School Education of Venezuela; Socialism; Democracy; Chávez governments; Socialism of the XXI Century.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	ix
INTRODUÇÃO.....	13
1 DA ORIGEM DO SOCIALISMO DO SÉCULO XIX AO CHAMADO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI	23
1.1 A emergência do socialismo no século XIX	23
1.2 Análise da conjuntura política e da situação econômica e social da Venezuela nas décadas de 1980 e 1990 — condicionantes históricos que antecederam a Revolução Bolivariana e o chamado Socialismo do Século XXI	39
1.3 A transição venezuelana rumo à "construção do Socialismo do Século XXI" — o socialismo com a identidade latino-americana?	50
1.4 O Socialismo do Século XXI: discutindo a Venezuela bolivariana.....	66
2. HISTÓRIA POLÍTICA DOS GOVERNOS CHÁVEZ E DA EDUCAÇÃO BOLIVARIANA	79
2.1 Antecedentes históricos e políticos do sistema educacional venezuelano e a emergência do novo Sistema Educativo Bolivariano	80
2.2 A Educação Bolivariana: trajetória e aspectos legais a partir dos governos Chávez.....	98
2.3 O processo de democratização da educação venezuelana: políticas educacionais inclusivas do Sistema Educativo Bolivariano	109
3. AS PROPOSIÇÕES DO CHAMADO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI NOS DOCUMENTOS DOS GOVERNOS CHÁVEZ: ASPECTOS E INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR BOLIVARIANA	114
3.1 Os substratos teóricos e as orientações políticas do chamado Socialismo do Século XXI expressas no 1º e 2º Plano Socialista da Nação.....	116
3.2 Da formação do Estado capitalista à análise da organização do Estado venezuelano baseado no modelo produtivo socialista: como o 1º Plano Socialista da Nação apresenta sua IV diretriz	130
3.3 As orientações socialistas do Programa de Governo do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) contempladas na Lei Orgânica de Educação de 2009.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145

REFERÊNCIAS.....	153
------------------	-----

INTRODUÇÃO

A Venezuela, nos últimos anos, tem ganhado destaque no cenário mundial, e não por acaso tem sido alvo de inúmeras críticas do "establishment" internacional e nacional em relação às suas escolhas soberanas das políticas econômicas e sociais nos governos de Chávez. Embora a mídia tentasse, durante os mandatos do referido presidente, sistematicamente rotular, construir e manipular uma determinada visão da conjuntura social venezuelana, a Venezuela, nesse período, não pode ser entendida como apenas mais um país latino e “subdesenvolvido” em crise. Assim, para um melhor entendimento, cabe questionar: *—Em que circunstâncias históricas surge o debate sobre o Socialismo do Século XXI? —Quais são as implicações desse debate nas definições das políticas educacionais bolivarianas?*

Com essas indagações sobre o processo da Revolução Bolivariana e da Educação Bolivariana fundamentada no debate do Socialismo do Século XXI, esta dissertação, ancorada no momento histórico vivido pela Venezuela, destaca a trajetória econômica, política e cultural desse país, trajetória que culminou na emergência da Educação Bolivariana¹, tendo em vista que as transformações que eclodem no ordenamento político, econômico e social de uma nação possibilitam e abrem espaços para transformações também nos processos formativos e educacionais. Partindo desse entendimento, assinala-se a indissociável relação entre Estado, sociedade e educação. Nesse sentido, há que se educar o tipo de homem que deve ser sujeito histórico de uma determinada sociedade.

No caso desta pesquisa, o interesse da autora em pesquisar a Educação Bolivariana a partir do início do debate do Socialismo do Século XXI, compreendendo as mudanças políticas na América Latina, vem desde a graduação. Ainda em 2011, durante o período de formação em Pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, a temática de iniciação à pesquisa foi sobre a educação venezuelana (na época esse trabalho foi vinculado ao PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do CNPq). A primeira aproximação com o objeto se deu por meio do desenvolvimento de uma pesquisa

¹ No texto, a expressão Educação Bolivariana vai escrita com as letras iniciais maiúsculas, isso para remeter especificamente ao sistema educativo bolivariano da Venezuela, que compreende a educação básica nos níveis de educação inicial, primária e média. Quando se tratar do conjunto de concepções referentes ao ideário bolivariano, então a expressão vai escrita com letras minúsculas iniciais: educação bolivariana.

bibliográfica e documental referente às estratégias de acesso a e permanência na educação escolar venezuelana².

Depois de duas bolsas estudo de Iniciação Científica, como forma de dar continuidade aos estudos relacionados à temática e compreender os aspectos históricos e políticos que expressaram o acesso à educação escolar básica, desenvolveu-se o Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia³.

Diante dos resultados obtidos por meio das pesquisas realizadas e das apreensões sobre a realidade venezuelana, tornou-se pertinente o aprofundamento nos estudos relacionados à Venezuela e, mais especificamente, à forma como foram conduzidas as políticas educacionais nos governos Chávez, formatando um novo Sistema Educacional em paralelo com o sistema vigente até 2009⁴.

Para tanto, fez-se necessário conhecer sumariamente a conjuntura política no referido país, para compreender os acontecimentos que contribuíram e que culminaram com a Refundação do Estado⁵, medida que foi confirmada pela vontade popular via *referendum*. Dessa forma, entende-se também a importância da elaboração, experimentação e legalização de um novo sistema educacional em consonância com o novo projeto societário venezuelano.

Nessa direção, é importante destacar que a história política e econômica da Venezuela e de vários países da América Latina foi marcada pela penetração do "novo" liberalismo, que fomentou o aprofundamento de mundialização da economia, sob a promessa de promover o crescimento e alavancar o setor financeiro dos países dependentes e periféricos. Diversas teorias e generalizados argumentos políticos se moveram por uma suposta crise de ineficiência do Estado, culminando

² Essa pesquisa investigou o processo de universalização do acesso à educação venezuelana, e de que forma o Estado promoveu as estratégias de permanência, principalmente no subsistema de educação básica. Os resultados foram publicados na forma de artigo, intitulado "A universalização do acesso e as estratégias de permanência da educação escolar venezuelana no subsistema de educação básica (1999-2010)", orientado pela professora doutora Francis Mary Guimarães Nogueira.

³ Trabalho intitulado "O Acesso à Educação Escolar no Subsistema de Educação Básica na Venezuela: história das políticas educativas nos governos Chávez (2003-2011)", com a mesma orientadora.

⁴ Estava em vigor, até o ano de 2009, a Lei Orgânica de Educação, de 1980, e o seu regulamento de 1983.

⁵ Conforme o preâmbulo da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, a nova Carta Magna tem como finalidade suprema refundar a República para o estabelecimento de uma sociedade democrática, participativa e protagonica, em um Estado de justiça, que consolide valores de liberdade, independência, paz e solidariedade (VENEZUELA, 1999, p. 1).

na necessidade de uma completa reforma do aparelho estatal, reforma que atingiu também o campo educacional e de forma muito negativa.

Diante dessa orientação, e acompanhando este movimento, foram implementadas reformas educacionais nos países latinos nas décadas de 1980 e 1990. No entanto, as proposições iniciais de crescimento e estabilidade econômica na realidade se materializaram em cortes brutais no orçamento para o setor social destas nações, resultando na exclusão escolar da classe trabalhadora e deterioração do sistema público de ensino.

Diante desse passado contundente que assola as nações latino-americanas, a Venezuela, desde o início do século XXI, nos governos Chávez, tem buscado alterações substanciais nas políticas econômicas, procurando fazê-lo por meio de políticas sociais e educacionais estratégicas que visam reverter a situação de exclusão política, cultural, educacional e social da população, que foi marginalizada economicamente de forma expressiva, nos anos de 1980 e 1990.

Tendo em vista a peculiaridade do processo venezuelano e sua importância no cenário latino-americano, evidencia-se a necessidade de pesquisas e estudos que permitam um aprofundamento na temática, pois, ao propor a Refundação do Estado, a Venezuela apresenta a possibilidade de construção de um novo modelo de homem, sociedade e educação, modelo esse baseado em princípios e em valores contrários à economia e à ideologia neoliberal.

Ao considerar esses aspectos é pertinente compreender a influência do modelo produtivo socialista e dos ideais do Socialismo do Século XXI no processo de reestruturação do sistema escolar venezuelano e implantação da Educação Bolivariana, que, para além de uma inovadora proposta curricular, tem a finalidade de corrigir falhas históricas que obstaculizaram o acesso a e a democratização da educação escolar no referido país (JAÚREGUI, 2006).

Nesse processo, a Venezuela vem se destacando, diferentemente de outros países integrantes da América do Sul, desde 1999, com a eleição do presidente Hugo Chávez. O país tem anunciado a construção de uma nova sociedade mediante um processo revolucionário de enfrentamento ao capitalismo em sua fase imperialista estadunidense. Para tanto, a república bolivariana, por meio de ampla participação popular, veio delineando o caminho a ser percorrido para a promoção de transformações políticas, econômicas e culturais, alterando significativamente as

condições sociais da grande maioria da população e, de forma incipiente, um novo modelo produtivo.

De acordo com essa orientação, o chamado Socialismo do Século XXI, expresso no novo projeto societário venezuelano, brota do desejo de mudança, e do descontentamento frente à hegemonia capitalista que tem dominado o cenário latino-americano. Diante disso, torna-se, ainda em processo de lapidação, uma estratégia política, mesmo depois da morte de Chávez, na metade da segunda década do século XXI, uma alternativa de enfrentamento à forma societária predominante.

As mudanças do país compreendem a elaboração e o desenvolvimento de um projeto socialista de âmbito nacional, projeto que vem sendo construído continuamente pela via democrática representativo-burguesa.

Tal projeto teve seu cerne ainda em 1998, com a eleição democrática do presidente Hugo Chávez, que iniciou seu primeiro mandato em 1999. Com Chávez na presidência da república, denominado e aclamado pelo povo como o “Comandante Supremo da Nação”, esperavam-se profundas transformações na sociedade venezuelana, principalmente nos setores sociais, tendo em vista a história de vida de Chávez, seus ideais e a sua trajetória política e militar⁶.

Além de toda a esperança depositada na figura de Chávez por sua luta e amor à pátria, aquele momento histórico vivido pela sociedade venezuelana, assolada por altos índices de pobreza e extrema pobreza, e com cerca de 80% da população sem acesso às necessidades básicas de saúde e educação (FLORES, 2010), sinalizava para a veemente necessidade de uma profunda e radical ruptura em direção a uma completa transformação política, econômica, social e cultural, bem

⁶ Hugo Rafael Chávez Frías, conhecido como Hugo Chávez, nasceu em 28 de julho de 1954, em Sabaneta, no estado de Barinas-VE, e morreu em 5 de março de 2013. Filho de dois professores, foi criado pela avó paterna, porém nunca perdeu o contato com a família. Iniciou seus estudos em Sabaneta, posteriormente tornou-se bacharel em Ciências e, ao entrar para a Academia Militar da Venezuela, licenciou-se em Ciências e Artes Militares, no ramo da engenharia terrestre. Nesse período, Chávez aprofundou suas leituras e estudos acerca dos ideais bolivarianos. Em 1992, descontente com a situação política e econômica que assolava os setores sociais, devido à alternância democrática por 40 anos de apenas dois partidos políticos de direita na presidência do país, Chávez, ocupando o posto de tenente-coronel, realizou uma tentativa de golpe contra o então presidente Andrés Pérez. Após o fracasso de seu intento, foi preso por dois anos. Ao sair da prisão sob anistia política do presidente Rafael Caldera, Chávez, já conhecido nacionalmente, deu continuidade aos seus ideais bolivarianos e à sua militância política, fundando o “Movimento V República”. Em 1998, foi eleito democraticamente presidente da Venezuela, com 58% dos votos. Sob a nova constituição do país, Chávez foi reeleito, em 2000, 2006 e 2012, continuando na presidência até sua morte, em 5 de março de 2013 (Disponível em: <<http://www.buscabiografias.com/bios/biografia/verDetalle/4273/Hugo%20Chavez%20Frias>>. Acesso em: abr. 2014).

como para a reconfiguração do modelo educativo e de novos rumos para as políticas sociais e educacionais.

Com a promulgação da Constituição da República Bolivariana da Venezuela⁷ em 1999, na qual é proposta a refundação do Estado para a construção de uma nova sociedade, mais justa e democrática, entra em cena a necessidade de se pensar coletivamente em um projeto político e social de longo alcance e que fosse capaz de atacar as mazelas sociais causadas por décadas de exclusão política e econômica. Cabe, pois, considerar que nesse momento o país ainda tinha como orientação política e econômica o "Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação de 2001 a 2007", sobretudo, permaneciam sobre a população venezuelana os impactos econômicos e sociais advindos dos ajustes fiscais da "Agenda Venezuela" vigente até 1998.

Nessa direção, em consonância com os pressupostos da constituição bolivariana, elaborou-se o "Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista – Desarrollo Economico y Social de la Nación 2007-2013". Esse projeto teve por finalidade propor diretrizes para a superação da ideologia e monopólio capitalista, por meio da construção do Socialismo do Século XXI e da formação de uma nova consciência cidadã (VENEZUELA, 2007b). Isso implicaria, entre outras coisas, a reestruturação ou alteração do sistema educacional, considerando-se que o espaço destinado à educação formal, nesse documento, é imprescindível para a formação da consciência social, sobretudo, da consciência socialista.

Dessa forma, entende-se a intrínseca relação entre o projeto societário da Venezuela e a educação bolivariana, pois, em um importante momento de transição política e econômica, é indispensável e essencial que Estado, sociedade e educação possam compor uma estrutura alinhada e convergente.

Tendo presente a natureza do objeto investigado nesta pesquisa, cabe mencionar que o objetivo geral deste trabalho consiste em identificar e analisar as influências teórico-políticas do Socialismo do Século XXI na educação escolar bolivariana da Venezuela, no período circunscrito de 2005 a 2012. O recorte temporal desta pesquisa corresponde ao momento histórico em que Hugo Chávez

⁷ A nomenclatura oficial do país passa a ser República Bolivariana da Venezuela, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte e subscrita na Constituição da República Bolivariana da Venezuela, Nº 36.860, de 30 de dezembro de 1999 — não se devendo esquecer a sua confirmação no "Referendum Aprobatorio".

mencionou, pela primeira vez e publicamente, o conceito político⁸ “Socialismo do Século XXI”, cunhado pelo intelectual alemão Heinz Dieterich em 1998 (DIETERICH, 2007) no “Fórum Social Mundial”, em Porto Alegre - Brasil, no ano de 2005. Este ano pode ser considerado o ponto que demarca o início do debate acerca desse projeto de sociedade e partidário, pois Chávez, ao discursar, expôs para o mundo que estaria emergindo um novo projeto societário para o século XXI, projeto no qual não há espaço para a selvageria capitalista. Também é necessário esclarecer que, embora venham ocorrendo novos e importantes fatos históricos na Venezuela após a morte de Chávez, esta pesquisa limita-se, em seu recorte, até o ano de 2012, e, por isso, restringe-se aos acontecimentos referentes aos governos Chávez.

Para tanto, para orientar o objetivo geral desta pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) historicizar a trajetória da Educação Bolivariana no período de 1999 a 2009; (ii) identificar e analisar no caderno governamental "Escuelas Bolivarianas: avance cualitativo del proyecto", de 2004, no Currículo Nacional Bolivariano de 2007 e na Lei Orgânica de Educação (LOE) de 2009, as orientações teórico-políticas do Socialismo do Século XXI; (iii) destacar os substratos teóricos e orientações políticas do "Projeto Nacional Simón Bolívar-Primeiro Plano Socialista. Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007-2013)" e da "Proposta do candidato da pátria - comandante Hugo Chávez - para a gestão Bolivariana Socialista (2013-2019)", também conhecido como o 2º Plano Socialista, sobre o papel da educação escolar no desenvolvimento da Venezuela; (iv) explicar a nova ética socialista do século XXI e sua implicação para o sistema educacional venezuelano; e (v) identificar, no Programa do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), orientações que estão contempladas na LOE de 2009. Tais objetivos devem ser contemplados nos capítulos seguintes, pois permitem o levantamento de aspectos necessários para que se tenha condições de responder ao objetivo geral proposto.

Com base nessa orientação, esta pesquisa fundamentou-se em fontes bibliográficas e documentais constitucionais e de outros contornos normativos e oficiais, tais como: a Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999), a Lei Orgânica de Educação (2009), o Currículo Nacional Bolivariano (2007), o Projeto

⁸ Vale mencionar que Heinz Dieterich, cunhador do termo, refere-se ao Socialismo do Século XXI enquanto conceito político (DIETERICH, 2007).

Nacional Simón Bolívar - Primeiro Plano Socialista. Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (PPS-2007-2013), a Proposta do candidato da pátria - comandante Hugo Chávez - para a gestão Bolivariana Socialista (2013-2019) e o Programa do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

Na sequência da introdução segue o primeiro capítulo. Nesse capítulo I, ainda antes da caracterização da trajetória da Educação Bolivariana e de seus aspectos legais, fez-se pertinente o debate sobre o socialismo e a construção do chamado Socialismo do Século XXI, pois o reconhecimento e o destaque das orientações e dos pressupostos do Socialismo do Século XXI favorecem a compreensão da nova ética socialista, que consiste na refundação ética e moral da nação venezuelana por meio de um projeto que "[...] hunde sus raíces en la fusión de los valores y principios de lo más avanzado de las corrientes humanistas del socialismo y de la herencia histórica del pensamiento de Simón Bolívar"(VENEZUELA, 2007b, p. 3), e que sobretudo, alimenta-se também nos valores cristãos herdados pelo povo latino-americano e nas correntes mais autênticas do cristianismo.

Nesse capítulo, para possibilitar melhor compreensão das raízes teóricas e históricas do Socialismo do Século XXI, a pesquisa exigiu o estudo de fontes bibliográficas referentes ao socialismo marxiano e marxista dos séculos XIX e XX. Buscou-se, dessa maneira, compreender e apreender, por meio da literatura socialista, a origem do socialismo, desde o socialismo utópico, sem perder de vista os ensaios elaborados acerca do Socialismo do Século XXI.

Para isso, discutiu-se, com base em autores marxistas, a história do marxismo enquanto corrente filosófica de compreensão da realidade, e do socialismo enquanto prática social e política do método materialista histórico-dialético. Na sequência, um breve panorama da conjuntura política e da situação econômica e social da Venezuela durante os anos de 1980 e 1990, apontou os condicionantes históricos que antecederam a Revolução Bolivariana e o chamado Socialismo do Século XXI.

Buscou-se refletir, diante das atuais condições históricas, se há, na realidade concreta venezuelana, dados empíricos que confirmem ou não se está ocorrendo uma transição revolucionária neste país nas mudanças econômicas, políticas e sociais, caracterizada como Revolução Bolivariana e no projeto de construção

contínua do Socialismo denominado, nos documentos oficiais do país, de Socialismo do Século XXI, nos governos Chávez.

Da mesma forma, o debate acerca do momento de transição vivido pela Venezuela também foi tratado neste capítulo, pois apresenta elementos que permitem compreender o momento político de construção do chamado Socialismo do Século XXI. Para tanto, utilizaram-se as seguintes fontes bibliográficas: “*Marx y el Socialismo Hoy: Venezuela y la Revolución Bolivariana*”, de Rodolfo Sanz; “*Capitalismo y Revolución Bolivariana en Venezuela*”, de Rafael Correa Flores (et al.), “*La Transición Venezolana al Socialismo*”, de Jorge A. Giordani, e “*Socialismo del Siglo XXI: hay vida después del neoliberalismo?*”, de Atilio A. Boron.

Em meio ao debate sobre o Socialismo do Século XXI, foram analisados, também, os elementos que caracterizam o Socialismo do Século XXI enquanto construção latino-americana.

Após a categorização de conceitos fundamentais a este estudo, como *socialismo*, *transição*, *democracia* e *Socialismo do Século XXI*, para a análise do objeto em questão, tornou-se de fundamental importância, no segundo capítulo, a historicização da trajetória da Educação Bolivariana a partir da Resolução nº 179, de 15 de setembro de 1999, do então ministro da Educação, Hector Navarro Diaz, documento que implantou, em caráter experimental, esse modelo educacional na Venezuela. Dessa forma, identifica-se o objeto em questão com vistas a compreender a história da educação venezuelana anterior aos governos Chávez e como essa história esteve imbricada ao movimento de mundialização da economia e subordinada aos pressupostos do neoliberalismo econômico desde a década de 1970, com o aprofundamento dessa etapa do capitalismo sobre a América Latina, cujo acirramento se deu a partir da década de 1990.

Em 1999, frente à situação de abandono dos setores sociais do país, situação provocada pelas reformas e pelos ajustes dos últimos governos neoliberais, que priorizaram o setor econômico em detrimento do social, o governo bolivariano de Chávez iniciou a Revolução Bolivariana com a finalidade de estabelecer uma nova organização política, econômica e cultural no país. A partir de então a Educação Bolivariana acompanhou as mudanças que se sucederam na sociedade venezuelana. Diante de uma nova acepção de Estado e da incorporação de novos instrumentos democráticos, a educação também precisou democratizar-se, então,

para isso, modificou sua base conceitual e pedagógica. Desde o início dos governos Chávez, a Educação Bolivariana veio consolidando-se juridicamente por meio de resoluções, decretos e leis, e também apresentando seu novo arcabouço teórico e político por meio da construção de documentos oficiais, como o Currículo Nacional Bolivariano de 2007 e a Lei Orgânica de Educação de 2009.

Ainda no capítulo II, apresentam-se alguns avanços na área da educação mediante e após a implementação da Educação Bolivariana, que possibilitou a reorganização do sistema educacional do país e o estabelecimento de programas educacionais como as "Missões Educativas", para que, assim, fossem contempladas todas as pessoas, mesmo com diferentes idades e diferentes necessidades educativas. Essas políticas educacionais promovidas pelo governo bolivariano garantiram o acesso escolar, alavancando os índices de escolarização em todos os níveis e colocando o país entre as nações com menos desigualdade social e educacional.

Assim, na compreensão da história política dos governos Chávez e da Educação Bolivariana, ali se encontram os elementos que forjaram a necessidade de consubstanciação de outra estrutura social e, conseqüentemente, educacional. Nessa direção, a apreensão das orientações e das definições a respeito da constituição do novo Estado venezuelano e de seus pressupostos de democracia participativa e de integração latino-americana também indica o caminho para o entendimento dos elementos fundantes da via venezuelana para a construção do chamado Socialismo do Século XXI.

A discussão realizada no decorrer do primeiro e do segundo capítulos tratou de apresentar os ensaios elaborados acerca do chamado Socialismo do Século XXI e suas implicações na construção da sociedade socialista venezuelana. E, de igual forma, também caracterizar e compreender os condicionantes históricos, políticos e econômicos que viabilizaram a elaboração e a implementação da Educação Bolivariana como expressão no campo educacional e da nova concepção de Estado e de sociedade que se gestou com o advento da Revolução Bolivariana.

Urgiu, então, a necessidade de aprofundamento na análise documental, pois, desde a Constituição de 1999, e desde a edição da Resolução nº 179, de 1999, referente à Educação Bolivariana, foram elaborados diversos documentos em consonância com as proposições do chamado Socialismo do Século XXI e com os

fundamentos do novo Estado socialista, evidenciando, assim, a continuidade e a evolução na trajetória de implantação e de legalização da nação socialista e, respectivamente, da educação bolivariana.

De acordo com essa orientação, o terceiro capítulo, movido pela necessidade de apreender e compreender a essência e os fundamentos do projeto societário venezuelano, buscou analisar documentos oficiais que caracterizaram e legitimaram a construção do chamado Socialismo do Século XXI. Seus pressupostos permeiam o espaço escolar e, sobretudo, influenciaram na elaboração de documentos norteadores da Educação Bolivariana, como o Currículo de 2007 e a Lei Orgânica de Educação de 2009.

Para tanto, conforme o objetivo desse capítulo, foram elencados, para análise, dois documentos centrais do governo bolivariano: o "Projeto Nacional Simón Bolívar - Primeiro Plano Socialista. Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (PPS-2007-2013)", mais conhecido como 1º Plano Socialista da Nação, e a "Proposta do candidato da pátria - comandante Hugo Chávez - para a gestão Bolivariana Socialista (2013-2019)", que, por representar a continuidade do projeto societário bolivariano, popularizou-se como o 2º Plano Socialista da Nação.

Como esse projeto, além de societário, se desdobrou no campo político e político partidário, fez-se necessário, e de igual importância, a incorporação do Programa de Governo do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), Programa que apresenta pressupostos do chamado Socialismo do Século XXI e orientações do governo socialista que compõem a educação bolivariana, e que foram, posteriormente, contempladas na Lei Orgânica de Educação de 2009.

Considera-se, a partir de toda a sistematização no decorrer dos capítulos, que o ideário do chamado Socialismo do Século XXI, nos governos Chávez, para além de representar uma bandeira na luta pela construção da pátria socialista, converteu-se numa prática social e também política, isso porque está transversalmente incorporado no projeto nacional do governo venezuelano e no programa partidário do PSUV.

I CAPÍTULO

DA ORIGEM DO SOCIALISMO DO SÉCULO XIX AO CHAMADO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI

Requer-se, para a compreensão do objeto de investigação definido nesta dissertação, o entendimento do conceito de Socialismo do Século XXI, seja no seu processo de elaboração teórico-prático, seja na sua influência nas políticas educacionais nos governos Chávez a partir de 2005. Para esse entendimento se faz necessária uma imersão histórica em pelo menos dois séculos recentes, para identificar a conjuntura econômica e social na qual foi produzida a teoria do socialismo, bem como na qual foram concebidos os fundamentos que caracterizam o socialismo, pois, sem esse retorno à origem do pensamento socialista no século XIX e sua contínua elaboração no século XX, não se pode discutir e analisar os diversos ensaios elaborados sobre o Socialismo do Século XXI e o próprio programa do PSUV.

1.1 A emergência do socialismo no século XIX

Compreender as raízes históricas do socialismo implica, por uma razão metodológica, a recuperação do pensamento social de construção do marxismo, pois o socialismo se nutriu e sustentou-se sua prática programática nas teorias marxiana e marxista, e representou, no campo político, todas as grandes revoluções e movimentos contra o capital em tentativas de converter a prática social dos homens. Dessa forma, embora não sejam sinônimos, a origem do conceito de socialismo relaciona-se com a história do comunismo⁹. De acordo com Hobsbawm

⁹ Trata-se de uma corrente política revolucionária, cuja finalidade consiste na luta pela transformação do mundo. Marx, na década de 1840 conheceu e se identificou com o comunismo, um movimento ligado a ideia da comuna, unidade de governo autônomo. Em relação ao termo, chamava-se de socialistas as teorias dos intelectuais, e, de comunistas as dos operários revolucionários, Marx e Engels optaram pelo último termo. Quanto a definição de "comunismo", enquanto movimento político, para Marx trata-se de uma corrente que defende o ponto de vista crítico radical dos trabalhadores contra o capitalismo. Também compreende a projeção de uma nova sociedade. Assim, Marx, em seus escritos, define o comunismo como: "uma forma social sem exploração nem dominação, onde os produtores livremente associados - sem a violência do Estado - decidem o que, como, quanto e para que produzir e consumir" (KOHAN, s/d, p. 2). Conforme propunha Marx, na futura sociedade comunista cada indivíduo será completamente livre entregando à sociedade tudo o que suas capacidades permitam. Em troca, obterá tudo que necessita (KOHAN, s/d).

(1983), o socialismo moderno não deriva de Platão ou de Thomas More, ou da literatura socialista produzida por escritores estrangeiros anteriores a Marx. A teoria comunista produzida nesse período pré-marxista enfrentava dificuldades, em razão de que os intelectuais urbanos alegavam que uma sociedade comunista necessitava de precedentes e nessa questão residia a problemática de apresentá-la como plausível.

Cabe mencionar que, já naquela época, havia muitos exemplos históricos de comunidades cristãs comunistas que serviram de inspiração na formulação das bases do socialismo moderno, pois disseminavam ideias e princípios socialistas bem próximos dos atualmente conhecidos. As antigas tradições religiosas e filosóficas contribuíam para com a tradição do direito natural do homem sem a existência da propriedade privada, e traziam como herança a ideia do comunitarismo. As sociedades primitivas, isto é, as que viviam no "comunismo primitivo" sem atingir a propriedade privada, eram vistas como modelos da praticabilidade e viabilidade do socialismo (HOBBSAWM, 1983).

Com o advento do racionalismo iluminista, em especial no século XVIII, ocorreu um avanço na forma de conceber a sociedade, pois a razão fornecia, então, uma abordagem crítica em relação à capacidade humana de promover revoluções sociais e de buscar a felicidade universal. Os conceitos que compunham o ideário acerca da sociedade socialista começaram a ganhar forma a partir da teoria rousseuana. Embora Jean-Jacques Rousseau estivesse longe de ser definido como um socialista, sua teoria sobre o igualitarismo já afirmava que a propriedade privada é a fonte de toda a desigualdade social e, por isso, precisava ser distribuída de forma igualitária. Esse pensamento era revolucionário para a época e incitou os primeiros movimentos comunistas modernos (HOBBSAWM, 1983). Um exemplo foi Graco Babeuf, que, durante a Revolução Francesa, destacou-se por seus ideais de sociedade e pela organização do movimento conhecido como a “Conspiração dos Iguais”¹⁰.

¹⁰ Trata-se de movimento que visava alcançar a igualdade efetiva dos homens pela organização de uma comunidade dos “bens e do trabalho” e teve como líder Graco Babeuf, agitador rural, que, em 1795, se tornou um enérgico revolucionário, contrário ao princípio da propriedade privada e inimigo dos monopólios, defensor de um sistema comunista de produção e de distribuição da riqueza, que haveria de fazer desaparecer a miséria. O movimento, no entanto, foi “esmagado” pelo novo governo, denominado de “diretório”, que decretou a execução de todos os envolvidos (SOLE, 1989).

O modelo social apresentado por Rousseau influenciou não somente os pensadores socialistas franceses, como também, a filosofia clássica alemã, bem como a teoria pré-marxiana, que tinha na igualdade o conceito central do primeiro comunismo (HOBSBAWM, 1983).

As mudanças sociais iniciadas com a Revolução Industrial alimentaram ainda mais a tradição política e revolucionária do comunismo, pois as experiências dos proletariados francês e inglês, na sociedade capitalista que se erigia, possibilitavam outros vieses de análise.

A partir de então o termo "comunista", sob a perspectiva do comunismo marxiano, passou a representar um programa, enquanto o termo "socialista" tinha, em sua origem, um aspecto analítico e crítico, pois era utilizado para definir aqueles que tinham uma visão particular da natureza humana, ou que acreditavam na necessidade de um modo diferenciado de ação social nas questões de interesse público. No decorrer dessa história europeia, no entanto, o conceito socialismo foi recebendo uma conotação genérica para todas as aspirações de uma sociedade organizada que se baseasse no modelo associacionista ou cooperativista. O termo passou a ser associado, a partir de 1830, à reestruturação radical da sociedade, com os mais diversos defensores (HOBSBAWM, 1983).

No século XIX surgiram grandes pensadores socialistas ingleses e franceses, como Robert Owen (1771-1858), François-Charles Fourier (1772-1837) e Saint-Simon (1760-1825).

Entre esses autores, Owen, empresário capitalista e proprietário de fábricas, destacou-se por seu caráter prático e empresarial ao projetar as suas comunidades utópicas, pois afirmava, irredutivelmente, que os três grandes obstáculos à reforma social eram a: propriedade privada, a religião e o casamento nos moldes da sociedade burguesa. A forma como esse teórico analisava a estruturação econômica do capitalismo, derivando premissas e conclusões de caráter socialista, contribuía na elaboração do ideário socialista (HOBSBAWM, 1983). Owen defendia ainda que o caráter humano era formado pelas circunstâncias externas e, por isso, era necessário que a sociedade criasse circunstâncias associadas à busca da felicidade e harmonia, e da cooperação em detrimento da concorrência e do conflito.

Saint-Simon, por sua vez, também apresentava uma doutrina coerente atribuindo uma importância fundamental à indústria produtiva. Foi, sobretudo, quem

cunhou o termo "industriais", e teorizou sobre a possibilidade da revolução industrial. Foi, assim, precursor de uma concepção de história específica das classes exploradas e da compreensão de que "[...] os sistemas sociais são determinados pela maneira como é organizada a propriedade; a evolução histórica, pelo desenvolvimento do sistema produtivo; e o poder da burguesia, pela sua posse dos meios de produção" (HOBSBAWM, 1983, p. 47). Na teoria saint-simoniana também se destacam elementos importantes, como o reconhecimento da subordinação da política à economia e a exploração do homem pelo homem.

Nas doutrinas de Saint-Simon encontram-se princípios de combate à pobreza e à disparidade social, e de rejeição ao modelo de liberdade e de igualdade propalado durante a Revolução Francesa, considerados, pelo autor, como individualistas e tendenciosamente direcionados à concorrência e à anarquia econômica, com críticas severas ao anarquismo do capitalismo liberal-burguês. Nesse sentido, o autor reconheceu implicitamente que a industrialização é incompatível com uma sociedade não planificada (HOBSBAWM, 1983).

Fourier também contribuiu com a emergência do marxismo, pois serviu de inspiração devido à sua crítica feroz à sociedade burguesa e ao comportamento burguês, bem como devido à sua defesa implacável da libertação da mulher, explicitando indícios de uma concepção dialética da história. A sua capacidade de análise do trabalho tornou-se uma contribuição ímpar à tradição socialista, pois o autor via, na industrialização e no progresso tecnológico, um caminho sem volta — e que a humanidade não fez a melhor escolha ao optar pela civilização (HOBSBAWM, 1983).

Do ponto de vista filosófico, Fourier tinha uma concepção individualista, já que acreditava que a finalidade suprema da humanidade se baseava na satisfação das necessidades psicológicas individuais e na obtenção do máximo prazer pelo indivíduo. Embora Fourier e Saint-Simon possuísem algumas divergências de pensamento, de forma geral acreditavam que a transformação ocorreria pela construção de disposições sociais que permitissem a interação harmoniosa entre tipos psicológicos inatos.

Nesse sentido, constata-se, nas teorias desses pensadores, a presença de uma esfera moral/ideológica, esfera que se torna, em sua concepção, o ponto de partida para a compreensão de todos os aspectos do comportamento humano e da

formação social. Ainda que alguns elementos para a reflexão crítica da história e da estrutura econômica do capitalismo fossem apresentados de forma incipiente, essas teorias moral, política e religiosa, sem considerar práticas de Estado ou de classe, são vistas como os únicos obstáculos para a realização da tão sonhada harmonia social.

Mediante esse entendimento, a partir da produção de textos marxistas em meados do século XIX, esses autores receberam o cunho de “socialistas utópicos”, incluídos na categoria do “socialismo utópico”, conforme esses marxistas da época. A obra “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, de Friedrich Engels (1820-1895), publicada em 1880, trouxe os elementos fundamentais que consolidaram essa categorização.

Engels (1880) assevera que as teorias apresentadas por esses autores eram incipientes e, sobretudo, nada mais faziam que divagar sobre o estado inicial da produção capitalista. Para o autor, pretendia-se, por meio da razão, encontrar soluções para os problemas sociais, mas que, no entanto, as condições econômicas da época ainda eram insuficientes para tal feito, cabendo à razão, então, um papel paliativo:

Tratava-se, por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias. (ENGELS, 1880, p. 3-4).

Sobre a crença dos socialistas utópicos, de que o socialismo se encerra numa verdade absoluta, Engels argumenta que:

[...] a verdade absoluta, a razão e a justiça variam com os fundadores de cada escola; e como o caráter específico da verdade absoluta, da razão e da justiça está condicionado, por sua vez, em cada um deles, pela Inteligência pessoal, condições de vida, estado de cultura e disciplina mental, resulta que nesse conflito de verdades absolutas a única solução é que elas vão acomodando-se umas às outras. E, assim, era inevitável que surgisse uma espécie de socialismo eclético e medíocre, como o que, com efeito, continua imperando ainda nas cabeças da maior parte dos operários socialistas da França e da Inglaterra: uma mistura extraordinariamente variegada e cheia de matizes, compostas de desabafes críticos, princípios econômicos e as imagens sociais do futuro menos discutíveis dos diversos fundadores de seitas, mistura tanto mais fácil de compor quanto mais os ingredientes individuais iam perdendo, na torrente da

discussão, os seus contornos sutis e agudos, como as pedras limadas pela corrente de um rio. Para converter o socialismo em ciência era necessário, antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade. (ENGELS, 1880, p. 7).

Assim, o socialismo utópico, conforme afirma Engels (1880), consiste no entendimento de que "[...] socialismo é a expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça, e é bastante revelá-lo para, graças à sua virtude, conquistar o mundo [...]" (ENGELS, 1880, p. 7). Ou seja, a transformação social total, que abrange a eliminação do individualismo, da competição e da influência da propriedade privada, ocorreria no plano racional e ideológico sem embates e a necessidade da luta de classes e organização do proletariado enquanto classe revolucionária no processo de transição. O autor acrescenta ainda que o modo capitalista de produção se encontrava, na época, pouco desenvolvido, e da mesma forma ocorria com os antagonismos entre a burguesia e o proletariado. Por isso, no início do século XIX, os conflitos decorrentes da nova organização social, ainda em fase germinal, não poderiam ser solucionados (ENGELS, 1880).

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) construiu as bases da razão e da dialética moderna, com o acúmulo do pensamento racionalista desde Descartes, e portanto foi um dos pilares do pensamento de Marx e do marxismo. O método racionalista e idealista de Hegel sustentou a reviravolta do método materialista histórico-dialético. Segundo a teoria hegeliana, a existência do homem seria determinada pela sua razão, pois seria a partir dela que o homem construiria o mundo real. Baseando-se no estudo da mente, ou espírito, Hegel colocou o movimento histórico no âmbito da filosofia para afirmar que a razão humana poderia atingir o saber absoluto. Assim, a análise da consciência humana, bem como a compreensão da autoconsciência, permitiria ao homem analisar o mundo à sua volta e, então, direcionar suas ações (MCLELLAN, 1983).

A compreensão do real se daria, então, pelo estudo da religião e da arte, que revelariam o saber absoluto e, sobretudo, possibilitariam que o homem reconhecesse no mundo as fases de sua própria razão. Para o autor, essas fases eram definidas como "alienações", criadas pela mente humana, no entanto, independentes e superiores a ela (MCLELLAN, 1983). Hegel também identificou, nesse processo, um movimento que, ao mesmo tempo, suprime e conserva, além de ter mencionado o que ele denominou de "poder do negativo", uma espécie de tensão

entre o estado presente das coisas e o seu futuro. No ato da negação, as coisas poderiam transformar-se em algo diverso. Foi a essa constatação que Hegel aplicou a denominação de “dialética” (MCLELLAN, 1983).

Não menos importante é a tese principal de Ludwig Feuerbach, de que Deus se tratava de uma projeção dos atributos e desejos das potencialidades humanas e que bastaria aos homens tomarem essa consciência para que pudessem restituir a si mesmos a “essência genérica” que haviam alienado. Feuerbach também apontava para o mesmo ponto de partida de Hegel, o mundo das ideias (MCLELLAN, 1983). Sobretudo, Feuerbach argumentava que “[...] a verdadeira relação entre o pensamento e o ser consiste no fato de que o ser é o sujeito, o pensamento é o predicado; e, enquanto o pensamento nasce do ser, o ser não nasce do pensamento” (MCLELLAN, 1983, p. 71).

As concepções religiosas e idealistas feueuerbachianas abriram precedentes para que a concepção materialista da história ganhasse ainda mais forma. Marx e Engels, ao redigirem as 11 teses sobre Feuerbach, apontaram metodologicamente as diferenças entre o materialismo, do qual tratavam os autores idealistas, sobretudo Feuerbach, do materialismo que eles propunham. A respeito disso cabe a citação da 1ª tese sobre Feuerbach:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora - o de Feuerbach incluído - é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é aprendido sob a forma do *objecto* [*Objekt*] ou da *contemplação*; mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*, não subjectivamente. Daí decorreu que o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo - mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*] efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento; mas ele não aprende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, n'A *essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é aprendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica-suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica” (MARX; ENGELS, 2009, p. 123).

Marx advertiu ainda, nas teses seguintes, para o fato de que, se há uma verdade objetiva em relação ao pensamento humano, não se trata de uma questão teórica, mas prática, pois é na prática que o homem pode provar a verdade, a natureza de seu pensamento. Outra constatação consiste no entendimento, desses autores, de que, se os homens são produtos das circunstâncias, não se pode excluir

o fato de que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens na sua prática revolucionária. Do mesmo modo, a essência humana não é uma abstração intrínseca isolada, mas, pelo contrário, em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais. (MARX; ENGELS, 2009).

Assim, a vida social é puramente prática, compreendida na prática humana e na própria compreensão dessa prática. Assim, portanto, os autores definem que o ponto crucial do materialismo idealista se refere à sociedade típica burguesa, enquanto que o novo materialismo proposto pela nova compreensão da história tem seu ponto de partida na sociedade humana. A grande razão disso é que interpretar o mundo não é suficiente o bastante para transformá-lo (MARX; ENGELS, 2009).

Foi com base no pensamento dos socialistas utópicos e, paralelamente, nas formulações teóricas hegelianas e nas teses feuerbachianas, que o marxismo encontrou o caminho para desenvolver-se enquanto teoria. De fato, os princípios descobertos por Hegel adquiriram, na doutrina marxista, aplicabilidade no mundo "real", ou seja, se Hegel havia partido do plano ideal, o marxismo partiria então do plano real.

A teoria marxiana identificou uma nova concepção da história e, com ela, no plano político, a possibilidade do socialismo. A prática social revolucionária poderia, então, levar a uma nova forma de organização social e de produção da vida. Essa sociedade alternativa, chamada de socialista, após um período de transição, levaria, mediante determinados condicionantes históricos e políticos, à sociedade comunista.

Desses entendimentos decorreu a obra "A Ideologia Alemã", escrita por Marx e Engels em 1845, e que trouxe uma nova concepção materialista da história, bem como outra forma de compreender a realidade social. A partir desse escrito, os autores abandonam a concepção da história baseada na desumanização e humanização do homem, de negação e afirmação da sua essência, pois, segundo Vázquez (1977),

[...] já não se parte da essência do homem para explicá-la, mas sim de fatos reais e empíricos passíveis de comprovação: a produção e as relações que nesta os homens contraem. Nas contradições do próprio movimento do real, isto é, na existência efetiva dos homens, e não numa essência, à margem dessa existência, descobre-se o que o homem é verdadeiramente. Já não se trata da essência do Homem, mas sim daquilo que os indivíduos reais são em sua vida e em sua história [...]. (VÁZQUEZ, 1977, p. 419-420).

As premissas da concepção materialista de que tratam Marx e Engels assentam-se na abstração das reais condições materiais de vida do homem e, portanto, podem ser constatadas empiricamente. Os homens distinguem-se dos animais por produzirem seus meios de subsistência, logo, produzem indiretamente sua vida material. Se os homens são sujeitos de sua própria história, são igualmente os responsáveis pela produção de novos meios e de novas formas de subsistência e, respectivamente, de outro modo de produção da vida (MARX; ENGELS, 2009).

Assim, a essência dessa concepção de história decorre do fato de que a história e o desenvolvimento existem mediante o desenvolvimento e o intercâmbio da produção material dos homens, que, ao mudarem sua realidade, também modificam o seu pensamento e o produto do seu pensamento. Isso significa que "Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência" (MARX; ENGELS, 2009, p. 32).

Na mesma direção caminha a necessidade da libertação real dos homens, necessidade que não ocorre no plano filosófico e ideológico, mas no mundo real a partir de meios e situações reais. Para os autores:

[...] de modo algum se pode libertar os homens enquanto estes não estiverem em condições de adquirirem comida e bebida, habitação e vestuário na qualidade e na quantidade perfeitas. A "libertação" é um ato histórico, não um ato do pensamento, e é efetuada por relações históricas [...]. (MARX; ENGELS, 2009, p. 35).

A partir dessas constatações da concepção materialista da história, o comunismo passa a ser visto como uma possibilidade real, pois, para o revolucionário marxista, mediante a produção de condições materiais objetivas, o homem pode alcançar um novo modo de produção da vida, visto que o sujeito histórico é o autor da sua própria história.

A crítica à projeção da futura sociedade socialista, baseada ainda em um socialismo ideal e contemplativo oriundo dos socialistas utópicos, veio em fevereiro de 1848 com o "Manifesto do Partido Comunista".

Esse período de meados do século XIX foi marcado pelo rompimento com "verdades" cristalizadas acerca da história social humana, sobretudo rompimento com aspectos que até então caracterizavam e sustentavam o socialismo utópico. Eis que emergia a doutrina do "socialismo científico", que consiste numa transformação revolucionária na forma de concepção e de desenvolvimento do pensamento social.

No Manifesto de 1848, Marx e Engels fazem uma exposição das ideias do socialismo científico, tendo como referência a produção acerca da concepção materialista da história. Por sua vez, essa obra tornou-se uma arma teórica contra a escravidão capitalista em direção à revolução do proletariado.

De modo geral, o Manifesto assegura a premissa da conquista do poder político pelo proletariado a partir da destruição do aparelho opressor utilizado pela burguesia para exercer seu domínio de classe, o Estado burguês (MARX; ENGELS, s/d). Mesmo assim, contudo, o estabelecimento da sociedade comunista e livre da opressão do sistema capitalista, devido a uma necessidade histórica, perpassaria por um “período político de transição”, período no qual o Estado teria de ser relegado à ditadura revolucionária do proletariado. Esse período transitório corresponderia, na prática, ao estabelecimento da sociedade socialista. Mediante esse entendimento, Marx formula sua primeira tese acerca do socialismo e do comunismo, afirmando que ambos nada mais são do que duas fases de desenvolvimento do novo regime social comunista (MARX; ENGELS, s/d).

O pensamento marxista acerca da história, possibilitou a concepção materialista histórico-dialética, concepção na qual se enraíza a teoria socialista a partir do século XIX.

Com a formulação da teoria materialista, o comunismo passa a ser uma possibilidade programática política real. Assim, o conteúdo do Manifesto pode ser considerado a expressão do momento histórico e político desse período e, sobretudo, um documento que fundamenta científica e rigorosamente a emergência do socialismo no plano teórico.

O conhecimento da história social e material dos homens abriu precedentes para que os autores enunciassem o comunismo como uma força, um espectro a ser desvendado. Conforme redigiram os autores, “O comunismo já é reconhecido como força por todas as potências da Europa” (MARX; ENGELS, s/d, p. 21),

Assegura-se, a partir dessa nova compreensão, que a história das sociedades tem sido a história das lutas de classes, lutas nas quais opressores e oprimidos em constante oposição vivem em guerra, seja esta de forma explícita ou disfarçada, e que só terminará com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das suas classes antagônicas (MARX; ENGELS, s/d). Assim será porque

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado. (MARX; ENGELS, s/d, p. 22).

Dessa forma é que se passou a afirmar a existência de duas grandes classes sociais diametralmente opostas e antagônicas, burguesia e proletariado. Compreendê-las requer o movimento de identificação dos componentes históricos que as forjaram.

As grandes navegações, a descoberta da América, o comércio colonial, a troca de mercadorias, etc., esses grandes eventos levaram à decomposição da sociedade feudal e permitiram que a burguesia tivesse um novo campo de ação. Nesses séculos de história era preciso implantar uma nova organização social, uma ordem que correspondesse às necessidades geradas a partir da abertura dos novos mercados.

Com a expansão dos mercados e o aumento da procura de mercadorias, a manufatura foi sendo substituída pela maquinaria, que revolucionou a produção industrial. O processo de industrialização, por sua vez, produziu os milionários da indústria, a burguesia moderna (MARX; ENGELS, s/d).

À medida que o mercado mundial crescia vertiginosamente com o desenvolvimento do comércio, das navegações e dos meios de comunicação, a burguesia multiplicava cada vez mais seus capitais.

É conveniente salientar que cada etapa percorrida pela burguesia envolvia um progresso político correspondente. Assim sendo, a burguesia, desde o estabelecimento do mercado mundial, conquistou a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno, aniquilando a monarquia absolutista, ao mesmo passo em que caíam por terra as relações feudais, patriarcais e idílicas. Nesse período assevera-se que “A burguesia desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário” (MARX; ENGELS; s/d, p. 23).

Acontece que essa revolução da burguesia, no desempenhar de seu papel histórico, reduziu a dignidade humana ao simples valor de troca e as liberdades humanas conquistadas a duras penas foram substituídas por uma única e perversa liberdade, a liberdade de comércio. A exploração da maioria dos seres humanos, que antes era velada pela religião e política, passou a ser escancarada de forma direta, cínica e brutal.

Ao subverter o sentido ontológico do trabalho, essa classe submeteu as atividades sociais, até então respeitadas, ao jugo do capital, fazendo com que todos — desde médicos até poetas — se tornassem trabalhadores assalariados, assim transformando as relações sentimentais e familiares em relações monetárias. Os autores revelam que a burguesia foi a primeira a provar o que pode realizar a atividade humana. Além disso, essa minoria social tem consciência de que só pode existir com uma condição, a de estar incessantemente revolucionando os instrumentos de produção, as relações de produção, assim como também todas as perversas relações sociais (MARX; ENGELS, s/d).

Destaca-se que esta revolução levada a cabo pela burguesia, resultou na exploração do mercado mundial, na globalização, que criou novas necessidades e uma universal interdependência das nações, submetendo o campo à cidade, subordinando o Oriente ao Ocidente. É importante compreender que, ao suprimir a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população, essas transformações obtiveram como consequência a centralização política e a livre concorrência, ambas as instâncias evidentemente dominadas pela supremacia econômica e política da classe burguesa (MARX; ENGELS, s/d).

Deve-se, no entanto, advertir para de que, diante dessas condicionalidades, a contradição se faz presente, já que as modernas relações de produção e de propriedade burguesa produzem crises comerciais que ameaçam a existência desse modelo de sociedade. Segundo os autores, a epidemia da superprodução reconduz a sociedade a um estado de barbárie momentânea, pois existem demasiados meios de subsistência, demasiada civilização, demasiados empreendimentos industriais e comerciais. Nas palavras dos mesmos pensadores:

O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las. (MARX; ENGELS, s/d, p. 26).

Todo esse contexto ilustra a assertiva de Marx e Engels (s/d), de que a burguesia não somente forjou as armas que a sepultarão como também produziu os homens que as manejarão, o proletariado. Com essa afirmação, e pressupondo o emaranhado de contradições que permeiam a típica sociedade burguesa, a

compreensão materialista da história permite a crença de que a classe proletária pode, em determinadas condicionalidades históricas e temporais, ser de fato uma classe eminentemente revolucionária.

A teoria marxista acerca da história humana denunciou que, com o desenvolvimento da maquinaria e com a acentuada divisão do trabalho, a classe trabalhadora estaria fadada à manutenção de sua subsistência e à perpetuação de sua espécie. Diante dessa constatação e, sobretudo, mediante a tomada de consciência, a classe operária organiza-se em constante luta. Mesmo assim, no entanto, como as condições não são iguais para ambas as classes, e tampouco o são seus interesses, “Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (MARX; ENGELS, s/d, p. 28). De acordo com esse entendimento, é importante considerar que “[...] toda luta de classes é uma luta política” (MARX; ENGELS, s/d, p. 28). Por produzir contradições, como condição para perpetuar sua existência, a burguesia, ao mesmo tempo fornece aos trabalhadores educação política e as armas necessárias contra ela mesma.

O progresso da indústria tirou o isolamento dos operários resultante da competição e possibilitou a sua união revolucionária. De acordo com esse aspecto, “A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (MARX; ENGELS, s/d, p. 31).

Os elementos acima destacados revelam os acontecimentos econômicos e sociais do período. De igual modo, também se podem entender as razões e os fatores condicionantes históricos nos quais surgiu o projeto socialista do século XIX e sua contínua elaboração no século XX.

Dessa forma, o entendimento sobre a origem e a construção da teoria marxiana remonta à consistência do projeto socialista desses séculos, realidade que foi inicialmente expressa no Manifesto de 1848, trazendo consigo a essência do socialismo.

De modo geral, em seu germe, o socialismo compreenderia determinados aspectos para a derrubada do Estado burguês e construção da sociedade socialista. Entre esses determinados aspectos ou estratégias/etapas, seriam necessários três: (i) constituição dos proletários em classe, (ii) derrubada da supremacia burguesa e (iii) conquista do poder político pelo proletariado.

Tendo em vista tais objetivos, cabe agora a consideração de que a abolição das relações de propriedade não é uma característica exclusiva do comunismo, pois todas as relações de propriedade, na história, têm-se modificado continuamente com as transformações dos condicionantes históricos (MARX; ENGELS, s/d).

Marx e Engels ainda assinalam que a Revolução Francesa aboliu a propriedade feudal em benefício da propriedade burguesa, no entanto o comunismo não se caracteriza pela abolição da propriedade geral, mas pela abolição da propriedade burguesa. Assim sendo, a teoria comunista pode ser resumida na seguinte fórmula: abolição da propriedade privada. Cabe, contudo, a ressalva de que não se trata de abolir a propriedade pessoal que seja fruto do trabalho e do mérito, nem tampouco a propriedade do pequeno burguês ou camponês, visto que a essas propriedades, a elas o progresso industrial continua a aboli-las diariamente. Da mesma forma, o trabalho assalariado de maneira alguma cria propriedade para os trabalhadores (MARX; ENGELS, s/d).

Ocorre que o capital é um produto coletivo e que deve ser colocado em movimento pelos esforços de todos os membros da sociedade (MARX; ENGELS, s/d). O capitalista, ao se apropriar do capital, além de ocupar uma posição pessoal na produção, ocupa também uma posição social, revelando uma transformação no caráter social da propriedade.

O trabalho assalariado é o produto dessa relação, oferece o mínimo necessário à subsistência para que o operário possa viver como operário, conservando e reproduzindo sua vida. Assim, assevera-se que “[...] não haverá mais trabalho assalariado quando não mais existir capital” (MARX; ENGELS, s/d, p. 34).

O comunismo propõe, então, a eliminação da individualidade, da independência e da liberdade burguesa, pois essa tríplice caracterização acaba resumindo-se apenas na liberdade de comprar e vender. Cabe, pois, compreender que “O comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de sua parte dos produtos sociais, apenas suprime o poder de escravizar o trabalho de outrem por meio dessa apropriação” (MARX; ENGELS, s/d, p. 33).

A partir dos aspectos supramencionados, aspectos que fornecem elementos importantes para a compreensão do objeto elencado nesta pesquisa, é pertinente o destaque do pensamento comunista/socialista acerca da educação.

No que diz respeito à educação, o manifesto esclarece que “Os comunistas não inventaram essa intromissão da sociedade na educação, apenas mudam seu caráter e arrancam a educação à influência da classe dominante” (MARX; ENGELS, s/d, p. 34-35). A essa advertência acrescenta-se o fato de que a “família”, tal qual o imaginário social burguês a concebe, só existe na sua plenitude para a classe burguesa. Dessa forma, o discurso burguês sobre família e educação unidos por doces laços torna-se demasiadamente repugnante. Torna-se repugnante pelo cinismo discursivo diante das consequências nefastas do grande capital, que, inapelavelmente, destrói os laços familiares dos trabalhadores na medida em que os transforma em mercadorias — vale dizer, na medida em que torna o seu trabalho mercantilizado (MARX; ENGELS, s/d).

Se, para o capital, tudo é mercadoria, então a humanização do homem, a igualdade de gênero e a busca pela coletividade, pela unidade social e pelo trabalho libertador tornam-se questões irrelevantes e, por isso, inatingíveis (daí o cinismo), para e nesse modo de produção.

De igual forma, em relação ao ideário de pátria na sociedade burguesa, cabe a ressalva de que os comunistas não podem abolir a pátria, pois os trabalhadores não têm pátria. Sendo assim, não podem tirar deles o que nem mesmo possuem. Da mesma maneira, as demarcações e os antagonismos nacionais tendem a desaparecer na medida em que crescer a unidade e a supremacia dos trabalhadores: “Suprimi a exploração do homem pelo homem e tereis suprimido a exploração de uma nação por outra” (MARX; ENGELS, s/d, p. 35).

Por conseguinte, parte-se do entendimento de que “As idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante” (MARX; ENGELS, s/d, p. 36). As ideias se modificaram no curso do desenvolvimento histórico, porém a religião, a moral, a filosofia, a política e o direito mantiveram-se ao longo dessas transformações. Para esses pensadores, certas formas de consciência só se dissolverão por completo com o total desaparecimento dos antagonismos de classes (MARX; ENGELS, s/d).

A revolução comunista propõe a ruptura radical com ideias tradicionais e com as relações tradicionais de propriedade (MARX; ENGELS, s/d). Então, a “revolução operária”, nesse viés, é o advento do proletariado como classe dominante conquistando a democracia.

Para o triunfo dos trabalhadores, algumas medidas estratégicas podem ser praticadas em vários países. Segundo o Manifesto, essas medidas serão diferentes e atenderão às necessidades das respectivas nações. Entre tais medidas destaca-se a importância da educação pública e gratuita para todas as crianças, a eliminação do trabalho infantil e a combinação da educação com a forma de produção material (MARX; ENGELS, s/d, p. 37).

Na projeção societária socialista ocorre o desaparecimento dos antagonismos de classe e a concentração de toda a produção nas mãos dos indivíduos associados. Dessa forma, o poder público perderá seu caráter político. O poder político, por sua vez, é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Com a eliminação dessas contradições, os ditos pensadores afirmam que, “Em lugar da antiga sociedade burguesa [...], surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, s/d, p. 38).

Diante dos aspectos acima relacionados, vale mencionar que o “Socialismo do Século XXI” proposto nos documentos oficiais venezuelanos nutre-se do aporte teórico marxista, no entanto, até o momento, não se intitula como marxista e comunista.

Desse modo, a literatura marxiana e marxista, guardando as diferentes condições históricas em que ambas foram produzidas, oferece elementos fundamentais para a compreensão da essência socialista, e de categorias que precisam ser empiricamente confirmadas para o entendimento da luta pela construção do novo socialismo.

1.2 Análise da conjuntura política e da situação econômica e social da Venezuela nas décadas de 1980 e 1990 — condicionantes históricos que antecederam a Revolução Bolivariana e o chamado Socialismo do Século XXI

Tendo visto o processo histórico acerca do socialismo e do pensamento dialético no século XIX é importante identificar também o movimento social e político mais recente que envolve a Revolução Bolivariana e o chamado Socialismo do Século XXI.

A história venezuelana é marcada pelos traços nefastos do colonialismo e do imperialismo, e, assim como outras nações latino-americanas, tem seu passado atrelado a oligarquias políticas e forte penetração de capital estrangeiro.

Partindo de um panorama da forma como foi sendo delineada a política democrática venezuelana, esta teve início em 1958, com o pacto do *Punto Fijo*, pacto que foi consolidado em 1961 mediante a distribuição de rendas petroleiras internacionais sucedida da formação de uma clientela política. Esse sistema, para Rey (1972 apud HELLINGER, 2003), surgiu para que houvesse a reconciliação entre os políticos que buscavam a democracia eleitoral desde o ano de 1936 e, também, como uma forma de obter o controle sobre o petróleo e o desenvolvimento econômico, de modo que a economia não ficasse totalmente dependente desse produto.

O sucesso petrolífero entre os anos de 1973 e 1983, e, sobretudo, sua nacionalização em 1976, contribuiu para a realização de um projeto nacional que tinha, nesse momento, o objetivo central de promover uma associação entre a democracia, a nacionalização do petróleo e o desenvolvimento econômico (HELLINGER, 2003).

Em 28 de fevereiro de 1983, em um dia conhecido como “Sexta-Feira Negra”, o então presidente Luis Herrera Campíns anunciou uma forte crise financeira que provocou a crescente desvalorização da moeda venezuelana, deixando o país sem alternativas de recuperação. No ano de 1989, no início do segundo governo do presidente Carlos Andrés Perez, devido às péssimas condições de vida da população, e a adoção governamental de um plano de austeridade fiscal massacrante para os pobres, eclodiu o movimento popular chamado *El Caracazo*, movimento antineoliberal que se espalhou rapidamente por todo o país,

impulsionando a necessidade de adoção de um sistema populista de governo e de mudanças radicais.

Houve, nesse período, intervenção política em vários setores, isso atrapalhando a realização de projetos de caráter democrático. De modo geral, três forças políticas tentaram, cada uma a seu modo e conforme sua ideologia, modificar a situação nacional. Dentre tais grupos políticos estavam: *La Causa Radical*, formado por executivos do petróleo em conjunto com outros populares. Esse grupo desafiava o *Puntofijismo* — o grupo de situação. E, por fim, um grupo de militares que compunham o *Movimiento Bolivariano Revolucionário* (MBR), comandado por Hugo Chávez. Cada um desses movimentos tinham interesses opostos aos dos outros dois, mas representavam a visão dos diversos estratos sociais vigentes à época (HELLINGER, 2003).

Chávez e seus aliados finalmente assumiram o governo nacional pela via democrática, isso tendo ocorrido no final da década de 1990, mas o golpe de 2002 —, que tentou a deposição forçada do presidente, a dissolução da Assembleia Nacional e a anulação da Constituição Nacional de 1999 — demonstrou que o pacto *Puntofijista* ainda não havia acabado e, embora, tenha fracassado essa tentativa de golpe de Estado que perdurou por aproximadamente 48 horas, este evento expressou a forte organização e mobilização política dos grupos econômicos antichavistas.

As políticas fomentadas a partir dos movimentos de trabalhadores, sociedade, classe média e empresarial marcaram a história da Venezuela, e criaram um estilo chavista de oposição. Nesse sentido, o petróleo, a distribuição de renda e a democracia se interligaram nas questões materiais e ideológicas.

A história política venezuelana é composta por recorrentes golpes diante de crises de ordem política e econômica provocadas pela concentração de renda, pela exploração petroleira e pela penetração de capital estrangeiro.

De 1945 a 1948, o partido *Acción Democrática* (AD), de Rómulo Betencourt, mediante um golpe de Estado, implementou um programa que previa ligeiras mudanças, como a eleição para o estabelecimento de um novo congresso, a restituição de garantias constitucionais, bem como liberdade de imprensa e de organização sindical. Assim, a AD venceu, por meio do golpe militar, o liberalismo e o nacionalismo do general deposto Isaías Medina Angarita (HELLINGER, 2003).

O partido de Bitencourt declarava que o golpe de 1945 foi uma necessidade para abrir caminho à democracia e que Medina agia por interesses nacionais, fazendo a divisão do dinheiro entre governo e companhias petrolíferas sob um discurso de que a política do país deveria beneficiar a todos.

Nesse momento formava-se um grande conflito entre os simpatizantes de Medina e Bitencourt. De modo geral, a AD condenava as maneiras de governar e os interesses do general, e alegavam que a política do *PuntoFijo* foi uma tentativa de evitar o golpe de 1948, que finalizou esse triênio, iniciando a ditadura Marcos Pérez Jimenez (1952-1958).

Nessa conjuntura, o Partido Democrata Cristão (Copei), de Rafael Caldera, forte opositor à ideologia da AD, destacou-se entre 1969 e 1974. Buscava-se, nesse período, uma política de conciliação entre as forças políticas do país. A política baseada no *puntofijismo*, com a alternância desses dois partidos no poder, beneficiava-se da política americana e da Segunda Guerra Mundial. Durante o governo de Carlos Andrés Perez (1974-1979), Bitencourt, mesmo exilado, mantinha relações com políticos liberais estrangeiros (HELLINGER, 2003).

Os *puntofijistas* alimentavam uma democracia de classe, no caso, pela e para a elite, contrapondo regimes participativos mais radicais. Em 1975, a companhia petrolífera foi nacionalizada e esperava-se grande transformação no país. Cogitava-se, então, que a nacionalização total do petróleo traria prosperidade à nação, no entanto essa decisão trouxe consequências desastrosas. Após um período de bonança para a população trabalhadora, durante os anos de 1950, o fluxo de dinheiro diminuiu, e tornou-se difícil manter o capital, isso devido à enorme corrupção.

Após a década de 1980, o poder aquisitivo da população decaiu, dando origem a uma grave crise política em que os partidos se dividiam formando facções, o que causou desestruturação, assim causando falta de organização nas áreas estaduais e nacional.

Em fevereiro de 1989, Jaime Lusinchi, presidente entre os anos de 1984 e 1989, rende-se à AD e, em seu segundo mandato, desapareceu com a era populista. Logo depois de tomar posse lançou um pacote de tarifas e de aumentos, o que culminou em um grande movimento de revolta popular, que posteriormente desembocou no *Caracazo*.

Foi no ano de 1992 que aconteceu o golpe de Estado do, na época, tenente coronel Chávez, que alcançou seu objetivo de projetar-se nacionalmente, porém Chávez e seus aliados não conseguiram capturar o presidente Carlos Andrés Pérez, nem realizar o levante civil no país. Mesmo assim, alguns militantes civis também saíram às ruas com suas "boinas", manifestando o desejo de participar ativamente desse momento vivido pela nação.

Segundo a análise de Maya (apud HELLINGER, 2003), as manifestações e os protestos organizados por alguns partidos políticos e sindicatos contrários a Chávez perderam suas autonomias pela maneira democrática como Chávez chegou ao poder nas eleições de 1998.

De acordo com Buxton (1992 apud HELLINGER, 2003), a esfera política venezuelana é marcada por fortes tensões. Durante os períodos eleitorais ocorreram no país corrupções, deslealdade, subornos para se conquistar a vitória nas urnas, tudo envolvendo líderes de partidos como a AD e *La Causa Radical* (LCR).

Rafael Caldera, presidente do país pela segunda vez no período de 1994 a 1999, também enfrentou uma grave crise em seu governo. Na tentativa de superar essa crise, que resultava da forma como se vinha delineando a política governamental nos últimos anos, Caldera abriu o setor petroleiro para o capital, lançando um programa de ajustes estruturais, com recursos e subsídios, e aumento salarial para os servidores públicos. Ocorreu que essas medidas não foram suficientes para evitar a crise frente a uma piora gradativa da qualidade de vida de toda a população.

As dificuldades se agravavam e buscava-se, nesse momento, no país, uma nova política governamental que possibilitasse mudanças radicais. A campanha de Ramón José Velásquez (LCR), presidente de 1993 a 1994, trazia em seu bojo um programa diferente, desenvolvido e organizado por seu fundador — Alfredo Maneiro, um antigo líder guerrilheiro esquerdista, que enfatizava a importância dos movimentos sociais e da formação de lideranças.

Ao final dos anos de 1980, o sindicato controlado pelo LCR já superava o dos metalúrgicos. Velásquez tinha uma relação estreita com os trabalhadores, o que lhe garantia a vitória sobre outros partidos. Usava, sobretudo, a luta como ponte para melhorar a moeda e vencer as eleições de 1989. Em razão disso, conseguiu chegar ao Congresso e controlar Caracas, sustentado por uma organização social

qualificada como meio partido político e meio movimento social, não muito diferente do que foi o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil.

Velásquez, em seu mandato, governava a economia com estilo examinativo, com política própria desenvolvida pelo "Partido Revolucionário Democrático do México" e por "sandinistas", primeiros revolucionários nicaraguenses. Sobretudo, controlava sindicatos, telecomunicações, canais de televisão, resistindo a privatizações, porém negociava benefícios para a classe trabalhadora (HELLINGER, 2003).

Ao apoiar a realização de Assembleia Constituinte provocava críticas principalmente na classe média. Velásquez foi perdendo força nas eleições seguintes devido à falta de comunicação entre os trabalhadores e outras classes, e, também, porque o poder permanecia nas mãos de um pequeno grupo de líderes de modo informal. Ocorriam, nesse momento, rebeliões, apesar de uma grande melhora econômica atingida em 1997, com o crescimento de 3,6% do produto nacional bruto. Havia, no entanto, ainda muita corrupção, o que se tornava um forte argumento na campanha oposicionista (HELLINGER, 2003).

Nesse contexto de extrema disputa política, Chávez novamente se recoloca no cenário nacional, trazendo em seus discursos a figura de Zamora, um importante líder venezuelano assassinado em 1860, durante a Guerra Federal (1859-1863). Chávez exaltava o mártir em programas de televisão e rádios semanalmente. Utilizando-se de um discurso igualitário, denunciava o racismo e o privilégio das elites, assim ressuscitando a figura de Zamora para conquistar as classes mais pobres, constituídas, na maioria, de negros e pardos.

Com o enfraquecimento da política nacional e a crise que assolava a população, Chávez apropriou-se do momento político vivido pelo país para iniciar sua campanha. Com a colaboração de um tutor político, um ativista venezuelano influente, conseguiu patrocínio para a campanha da candidatura à presidência do país em 1998. Pensando na candidatura, converteu o partido *Movimiento Bolivariano Revolucionário 200* (MBR) em *Movimiento V República* (MVR), atraindo muitos simpatizantes, tanto populares quanto partidários e políticos. Na contramão, os partidos opositores, temendo uma vitória esmagadora de Chávez, adiantaram as eleições, o que foi em vão, já que Chávez venceu a disputa eleitoral.

A partir das eleições de 1998, Chávez convocou a Assembleia Nacional Constituinte para escrever uma nova Constituição e promoveu referendo popular. A forma com o presidente eleito democraticamente conduzia seu governo não agradava os inconformados políticos clientelistas de direita. Em razão disso foram convocadas novas eleições em junho de 2000, pleito no qual todos os eleitos deveriam concorrer, e, mais uma vez, Chávez obteve uma vitória esmagadora, vencendo de 57% dos votos válidos contra 36% do seu rival mais votado (HELLINGER, 2003).

Durante sua campanha, o presidente eleito já propunha a elaboração de uma nova Constituição, em relação ao que os partidos adversários também se mostravam bastante resistentes. O partido AD, principal opositor do governo, dividiu-se, formando duas facções.

O mandato chavista iniciou unindo forças com instituições públicas, criando programas para atacar problemas na saúde, na educação, ou para resolver problemas referentes à população indígena e fronteiriça, problemas no transporte público, etc. Tais programas surtiram efeito imediato, resultado bom devido à situação crítica em que se encontrava a população pobre, e isso mostrava como o governo bolivariano pretendia superar situações históricas supostamente irremediáveis.

Os programas sociais do governo Chávez ganhavam cada vez mais notoriedade e expandiam o número de adeptos do modelo governamental chavista. Havia, contudo, também controvérsias que dividiam algumas opiniões entre a população, talvez sendo a opinião, em grande parte, daqueles que marcaram abstenção nas eleições.

Nas eleições de 1998, Chávez superou os líderes do velho sistema, mas a vitória real ainda estava longe de se completar, pois a forte oposição tencionava, não aceitando o processo de construção da nova Constituição. Até mesmo alguns colaboradores do governo bolivariano relutavam frente à ideia da nova Carta Magna, alegando que se praticava a mesma política *puntofijista*.

Era necessário, nesse período, acelerar a economia e melhorar a qualidade de vida da nação. Isso implicaria a reformulação do sistema político e econômico do país, e no urgente rompimento com o imperialismo estadunidense. Para isso, o presidente Chávez, juntamente com seus colaboradores, procurou professores

universitários para estudarem um amplo material de pensadores renomados que tratavam, em seus escritos, das relações internacionais e da dominação estadunidense logo após a Guerra Fria.

Na condição de presidente da Venezuela na época, Chávez manteve-se fiel aos seus ideais e a sua posição política de enfrentamento à subjugação imperialista. Por isso optou por não cooperar com os Estados Unidos, nem com a guerra contra a Colômbia. Diante das inundações que assolaram o país, renegou a ajuda estadunidense, pois percebia os Estados Unidos como uma ameaça à liberdade e à união da América Latina.

A partir da "Declaração de Caracas" (documento final referente à I Reunião de Ministros da Energia da Comunidade Sul-Americana de Nações), a Venezuela comprometeu-se em colaborar para com o mercado de petróleo e energia, atuando nas negociações ambientais, fiscais e energéticas. Essa decisão dividiu, no entanto, as opiniões no país. Mesmo com uma política de defesa dos direitos humanos, Chávez foi acusado de favorecer aliados e financistas.

O governo então foi marcado por forte embate e tensão política. Como estratégia, Chávez optou por trocar o MVR pelo MBR, dividido em duas facções. Alguns setores da oposição comentavam que o comandante desejaria acabar com o congresso mediante um golpe. Até mesmo, o poder comunicativo de Chávez e o uso da televisão estatal por ele preocupava os adversários políticos e provocava debates sobre a liberdade de expressão (HELLINGER, 2003).

Criou-se, ainda, um meio de diálogo entre o presidente e a população. Assim, via emissora de rádio, Chávez respondia a questionamentos do povo. Chamado de paternalista por alguns, mas também admirado por muitos, a popularidade de Chávez crescia em 2002. Por outro lado, um grupo de opositores declarava que 90% das regiões de baixa renda não tinham o necessário para sobreviver, com 55% vivendo em condições de extrema pobreza. Isso levou a um acentuado declínio do partido governamental, chegando a manifestações e até a confronto com líderes opositores supostamente envolvidos com Washington, que anunciavam a renúncia do presidente, instalando um golpe. A população, porém, pedia pelo regresso de Chávez, o que forçou, em menos de 48 horas, o retorno do presidente ao Palácio de Miraflores.

Durante o primeiro mandato chavista eclodiram vários movimentos sociais pró e contra Chávez. Há que se reconhecer, contudo, que, em nome da justiça social, o governante conseguiu, em curto prazo, unir o desenvolvimento do petróleo à economia, respeitando e promovendo a democracia.

Cansada de uma sucessão de regimes desde 1958, a população mudou a realidade do país ao eleger democraticamente Chávez. Para o povo, a década de 1980 foi o início do fim do antigo regime, afetado pela crise mundial e pelo sistema capitalista globalizado. Mesmo assim, contudo, as reformas que se seguiram ainda não superaram as contradições econômicas e os problemas sociais históricos do povo venezuelano, assim como a corrupção e a falta de participação política da sociedade eram pontos nodais que precisavam ser atacados.

Diante desses aspectos, destaca-se, como sendo um ponto positivo no processo de formação educacional e política, a oferta de cursos superiores mais amplos para os jovens que seguissem carreira militar. A educação em várias licenciaturas foi proposta por Chávez e, sobretudo, salienta-se que se trata de uma novidade na formação militar na América Latina. Desse modo, a carreira militar visa a preparação de jovens críticos e atuantes para a solução de problemas sociais.

Também é importante considerar que as manifestações que ocorreram em 1989 contribuíram para a derrota do governo atual na época, e deram visibilidade ao partido de Chávez, até então considerado clandestino. Nesse ano, as eleições para governadores já comprovava a vontade geral de mudanças. Em 1993, o presidente Pérez, por mau uso de fundos, foi destituído pelo Congresso, e ficou sob o encargo dos governadores o fortalecimento da política e a estabilização da situação econômica do país. Nesse momento os militares já planejavam uma rebelião e Chávez demonstrava o desejo de juntar-se a eles, promovendo uma revolução nacional.

A década de 1990 iniciou turbulenta, pois a tentativa de golpe militar fracassou em 1992. O presidente do período, Pérez, permaneceu no posto e encarcerou militares, entre eles, Chávez. Entretanto grupos políticos admitiam a legitimidade das manifestações, alegando que teriam seriam por insatisfação da sociedade perante sucessivos erros administrativos e organizacionais.

Aliados governamentais alertavam que Pérez poderia ser golpeado com violência e, por isso, se fazia necessária a adoção de medidas de prevenção. Nesse

intuito, Pérez lança um programa de ajuste macroeconômico. Lançou um programa, sem, contudo, contar com a participação de políticos internos, o que acabou consistindo em um grave erro, causando revolta total na sociedade. Com a popularidade de seu governo em baixa, Pérez cede seu lugar a Rafael Caldera nas eleições seguintes (HELLINGER, 2003).

Com a situação política em contínua turbulência, movimentos opostos ao governo, como o de Chávez, aproveitaram para percorrer os mais diferenciados lugares do país, com participantes políticos e ligados a movimentos sociais, preparando o caminho para a candidatura de Chávez à presidência da república em 1998. Os militares discutiam e planejavam ações, e, comunicando-se com civis, criavam organizações e procedimentos que os diferenciavam do governo da época, desenvolvendo uma ideologia radical desde os anos de 1980.

Do mesmo modo, o desenvolvimento do projeto “Simón Bolívar” foi uma estratégia para a vitória eleitoral de Chávez. Sob o juramento de serem honestos, trabalhadores, humildes e solidários, em 1996, os militantes chavistas, conseguiram que representantes de todas as entidades federais e colaboradores do próprio governo aderissem ao projeto, aumentando assim o contingente de adeptos da sociedade civil. Também realizavam assembleias utilizando como símbolo a árvore com três raízes, que representava o projeto nacional da organização, projeto baseado no pensamento venezuelano do século XIX de figuras históricas como Ezequiel Zamora, Simón Rodríguez e Simón Bolívar.

Utilizando-se desse símbolo, Chávez alcançou o êxito esperado na candidatura de 1998. Desde o ano de 1992 seu plano de governo defendia uma nova Constituição Nacional para o estabelecimento de uma sociedade sem violência. Com esse propósito, em 1997, Chávez inscreveu-se para concorrer às eleições de 1998, e, para isso, formou um movimento denominado de “Quinta República”, movimento que se tornou uma ferramenta para a disseminação de sua ideologia.

Chávez contou também com o respaldo de outros partidos, mas que só tinham em comum o apoio à sua candidatura e a certeza de sua vitória nas urnas, uma vez que a recessão econômica devido ao declínio do preço do petróleo causou um rápido empobrecimento da população, atraindo, assim, críticas acerca do péssimo desempenho do governo de Calderas, que, mesmo implantando um

programa de ajuste macroeconômico chamado de “Agenda Venezuela”, similar ao de Pérez, se já via afetado com a crise e a divisão de forças políticas. Chávez, por sua vez, desenvolvia um discurso antineoliberal e de total ruptura com o passado, conquistando a população como sujeito político e popular (HELLINGER, 2003).

De modo geral, a presidência de Hugo Chávez, iniciada em 14 de fevereiro de 1999, trouxe novos marcos históricos para a política venezuelana. Chávez começou seu mandato tomando as medidas que propunha em sua campanha, de pronto convocando um referendo popular para eleger a Assembleia Geral Constituinte. Conseguiu esse referendo mediante uma aliança governamental que obteve 125 deputados contra apenas 6 da oposição. Com isso, em dezembro do mesmo ano teve aprovação do projeto da Constituição por referendo popular. É importante ressaltar, contudo, que o mandato chavista iniciou enfrentando dificuldades, tencionamento político, inclusive com manifestações de grupos civis que reclamavam a inclusão de seus interesses na Carta Magna.

Nesse contexto turbulento, a nova Constituição foi aprovada em dezembro de 1999. Em seu novo texto, atualizou a defesa dos direitos humanos, incorporando direitos indígenas e ambientais, e, da mesma forma, apresentou novas pautas para o Poder Judiciário, trazendo elementos de aprofundamento da democracia política com participação popular direta, elevando para cinco os poderes públicos ao incluir o "Poder Cidadão" e "Eleitoral".

Com o passar dos anos foram tecidas críticas à Constituição, seja pelo poder de legislação que concede ao presidente, seja devido à eliminação de financiamento a partidos políticos, o que, segundo os críticos, dificultaria a candidatura de grupos e de setores sem recursos, e, também, devido à excessiva função do Estado em todas as áreas da vida social. Por outro lado, havia a concordância de que a nova Constituição favorecia e fortalecia a democracia direta.

Nos primeiros anos dos governos Chávez, os resultados foram considerados médios, pois a recessão econômica continuava recaindo sobre a população. Com isso, o ministro das "Minas e Energia", Rodriguez Araque, e sua equipe, sugeriu uma mudança na política petrolífera venezuelana, mudança em comparação com a década anterior. Desse modo se fez necessário que a Venezuela assumisse um papel ativo na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Com essa nova política petrolífera, Chávez retomou projetos nacionais e estatais com muito êxito, fortalecendo o preço do barril de petróleo no mercado internacional. Assim, problemas relacionados à disciplina fiscal foram superados e a macroeconomia foi revertida para melhor. Seguiu-se que dados informados pelo Banco Central venezuelano demonstraram um crescimento de 3,2% do PIB no mesmo período e a inflação despencou para 14,2%, sendo a menor dos últimos 15 anos. Também se atingiu superávit nas contas, pois as reservas internacionais aumentaram em 21,6 milhões de dólares. Considerando-se que o governo bolivariano precisou vencer gastos extraordinários antigos, os resultados foram satisfatórios (HELLINGER, 2003).

Contudo, mesmo assim algumas estratégias de Chávez geravam desconfiança, principalmente no fator econômico. O presidente, então, buscou a permanente regulação do país na economia, com prioridade para a agricultura, com benefícios a pequenas e médias empresas, com apoio ao capital nacional, com permanência de propriedade estatal sobre a indústria petrolífera e com incentivos às propriedades comunitárias, como assegurado na Constituição.

Mesmo com todas as medidas adotadas por Chávez, é fundamental entender que a situação do país ainda está distante do projeto idealizado pelo governo bolivariano. É preciso, no entanto, destacar que se trata de um momento de transição, momento no qual vêm ocorrendo esforços governamentais orientados para a inclusão de direitos sociais para todos, inclusive para as "donas de casa" e trabalhadores informais, de modo que possam pertencer ao sistema de seguro social.

A diminuição da inflação, a volta do poder ao povo como sujeito político, a forma de se pensar a política pelo e para o povo, tudo isso demonstrou que Chávez e seus aliados conseguiram, por meio da Revolução Bolivariana, em um curto período de tempo, provocar uma profunda mudança socioeconômica, pois os problemas sociais históricos da população empobrecida finalmente foram colocados em foco e atacados mediante políticas sociais massivas e próximas da realidade e da necessidade dos venezuelanos, e, sobretudo, por um processo político flexível e em contínua construção.

1.3 A transição venezuelana rumo à construção do “Socialismo do Século XXI” – O socialismo com a identidade latino-americana?

Como já exposto, a sociedade venezuelana tem passado por profundas transformações desde 1999, ano de início dos governos Chávez e da Revolução Bolivariana. Deve-se, aliás, reconhecer que esse momento político vivenciado pelo país sob a gestão democrática bolivariana se apresenta de forma muito peculiar, pois não somente se distingue, na forma de governar, dos demais países latino-americanos, como também do restante do mundo. Tendo em vista essa condição, na qual se encontra a Venezuela, e tendo em vista a origem e a forma de articulação do Estado moderno mediante a luta de classes, emerge a necessidade de compreensão do atual período histórico.

Nessa direção, e mormente considerando-se a temática tratada nesta pesquisa, o conceito de transição se faz pertinente. Por isso o conceito merece ser apreciado. Conforme Sanz (2012), o debate acerca da transição não é novo, pois desde a Revolução Bolchevique em 1917 se buscam explicações sobre a forma e a respeito dos meios com os quais se chegará ao socialismo e à possível concretização da nova humanidade.

Os dicionários comumente definem a palavra “transição” como a passagem de um estado a outro, ou de uma maneira de ser a outra distinta, contudo também pode significar uma espécie de estado intermediário entre um ponto de partida e outro ao qual se pretende chegar.

O autor ainda acrescenta que, em uma linguagem mais coloquial, o termo transição refere-se ao deslocamento físico de um ponto até outro ponto. Nas palavras desse pensador, “[...] transición es para muchos transitar, desplazarse, moverse em uma determinada dirección, partiendo de otra em la cual se está. Es la noción física y cuantitativa de la transición” (SANZ, 2012, p. 79).

Para as ciências médicas existe um “estado de transição”, estado que se caracteriza como o momento intermediário entre a colisão de uma ou mais moléculas com a concentração da maior quantidade de energia. No campo das ciências sociais, em específico no campo da economia política, a transição também recebe um significado de um estado intermediário entre o existente, do qual se parte, e outro inexistente e por ser constituído ao qual se deseja chegar (SANZ, 2012).

Acerca desse entendimento, o autor assinala que

La transición no es el objetivo, es sólo el período en el cual aquella que sí lo es, la transformación, llega a producirse. La transición es el momento de mayor tensión, la fase en que se acumula y concentra la mayor cantidad de energía política, social y económica de las nuevas fuerzas y clases dominantes, para garantizar el resultado final: la transformación radical del viejo modo de producción en otro nuevo, (SANZ, 2012, p. 81).

Sanz (2012) adverte, contudo, para o fato de que, no sentido estrito, nem toda transição gera o produto desejado, por isso, pode existir transição sem que se produza transformação, pois “[...] un proceso de transición política puede concluir perfectamente sin producir transformaciones sustanciales en el modo de producción y distribución [...]” (SANZ, 2012, p. 81). Para esclarecer, o autor complementa que

En las ciencias sociales, el concepto de transición debe ser asumido como lo abstracto y el de transformación como lo concreto. La transformación, el producto final que puede ser medido y cuantificado. (SANZ, 2012, p. 81).

Martorano (2001) assinala que, no processo de transição, as novas relações socialistas que se estabelecem podem liberar um enorme potencial produtivo e criativo nos trabalhadores, entendendo-se que esse potencial esteve sufocado pelas perversas relações capitalistas. Da mesma forma, ocorreria um movimento ininterrupto de transformações das relações de produção durante todo o período de transição socialista. Há, contudo, que se considerar que as novas relações de produção não são instauradas imediatamente e automaticamente apenas com a estatização dos meios de produção. Desse modo,

A transição pode ser assim identificada com a contínua revolucionarização das relações de produção, determinante não apenas para o desenvolvimento das forças produtivas e consequente satisfação das necessidades sociais sempre em crescimento, como também para o seu êxito nas esferas política e ideológica. (MARTORANO, 2001, p. 32)

Assim discutida a conceituação do termo “transição” e tendo entendido sua acepção no campo das ciências sociais, é necessário reiterar a história educacional da Venezuela, pois dessa forma se identificam os antecedentes e os elementos históricos que compunham o movimento de transição, tanto na esfera social quanto na educacional, considerando-se que a conjuntura social, política e econômica de uma nação incide diretamente sobre a sua história educacional.

Como já visto, assim como em outros países latino-americanos, a Venezuela tem seu sistema educativo marcado pela influência do neoliberalismo, que levou à privatização e à elitização do ensino, com o cerceamento e a negação de recursos destinados à educação, principalmente com o aprofundamento da globalização dos mercados a partir da década de 1990. Os resultados produzidos foram o desmantelamento do sistema educativo e, conseqüentemente, a exclusão das camadas mais pobres da população, que permaneceu desassistida pelo Estado capitalista e centralizador, populações que ficam sem acesso à educação e em condições de extrema pobreza (MELO, 2004).

Esse contexto seguiu agravando-se cada vez mais, e, sobretudo, sem sinais de reformas ou de alterações políticas e sociais que favorecessem a classe trabalhadora. Nas eleições de 1998, dado o cenário eloquente, a sociedade venezuelana, assolada por altos índices de violência e miséria, não hesitou em acreditar no programa de governo denominado de "Primeiro Plano Socialista da Nação", e de eleger Chávez, do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), como presidente da república.

Como anteriormente exposto, ainda em 1999, ano de início do primeiro mandato de Chávez, a Resolução nº 179, de 15 de setembro, apontava para o começo de grandes transformações no sistema educativo. Reafirma-se, assim, a importância dessa resolução, que levou à implementação, em caráter experimental, das *Escuelas Bolivarianas*, baseadas nos valores e nos ideais sociais de Simón Bolívar. Dessa forma, atribuí-se à Educação Bolivariana¹¹ um importante papel no desenvolvimento do projeto societário em curso, pois a ela se delega a incumbência de, no espaço-escolar, promover a construção contínua da consciência latino-americana e da pátria socialista. De acordo com os pressupostos bolivarianos, a emancipação da Venezuela somente se consolidará mediante a integração latino-americana, que possibilitará a constituição de uma nação forte, livre e soberana, preparada para enfrentar as ameaças externas e resolver os problemas internos (NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2009a).

No mês de dezembro do mesmo ano, a Resolução nº 179 recebeu contornos legais, sendo confirmada no artigo nº 107 da Constituição: "Es de obligatorio

¹¹ Os princípios do ideário bolivariano e a fundamentação teórica, filosófica e política da Educação Bolivariana, bem como sua estrutura pedagógica e contornos legais serão tratados no decorrer do Capítulo II deste trabalho.

cumplimiento en las instituciones públicas y privadas, hasta el ciclo diversificado, la enseñanza de la lengua castellana, la historia y la geografía de Venezuela, así como los principios del ideario bolivariano” (VENEZUELA, 1999, p. 23).

Compreende-se, dessa forma, que a Educação Bolivariana pode ser considerada a grande política educativa dos governos Chávez para superar as lacunas educacionais deixadas pelos governos anteriores e promover avanços no processo educativo (JÁUREGUI, 2006). Sobre esse aspecto, entende-se que a Educação Bolivariana ao ser institucionalizada pelo Estado venezuelano sinalizou para uma mudança no ideário pedagógico da educação nacional, além disso, o fomento de recursos financeiros destinados à educação apresentou-se como uma forma de superar uma condição histórica de negação do acesso à educação escolar.

De acordo com esses aspectos, a Venezuela tem buscado uma transformação radical do modelo educativo, já que este se encontrava mergulhado em ideais próprios de uma sociedade capitalista, e, para isso, tem-se apoiado na teoria revolucionária de Simón Bolívar e nos princípios do chamado Socialismo do Século XXI.

É nesse cenário de tensões e de transformações que emerge o conceito político “Socialismo do Século XXI”, assim cunhado por Heinz Dieterich¹² em 1998, o qual tem sido amplamente divulgado desde o ano 2000 pela América Latina, e também vêm sendo utilizado para designar os pressupostos que orientam a construção do novo projeto de sociedade e país que a Venezuela pretende alcançar (VENEZUELA, 2007b). Como já visto, Hugo Chávez mencionou o conceito durante um discurso no “Fórum Social Mundial” que ocorreu em 2005. O presidente ressaltou, contudo, que o Socialismo do Século XXI há de ser inventado e, para isso, faz-se necessário todo o vigor e toda a união do povo latino-americano.

Nessa direção, para efetivar o projeto de país com o qual se elegeu, Chávez reforçou a importância dos princípios do Socialismo do Século XXI e da teoria revolucionária de Simón Bolívar¹³ no processo em curso. Reafirmou que é a

¹² Escritor, sociólogo e filósofo de origem alemã, conhecido mundialmente como o ideólogo do conceito “Socialismo do Século XXI”. Atualmente reside no México, país onde leciona Sociologia e Metodologia na Universidade Autónoma Metropolitana do México. Autor de mais de 30 livros sobre América Latina e globalização, foi conselheiro do governo venezuelano e de outros países latino-americanos. Site consultado: <<http://www.esquerda.net/autor/heinz-dietrich-steffan>>. Acesso em: mar. 2014.

¹³ Simón Bolívar (1783-1830) foi militar e líder político venezuelano conhecido como o “Libertador”. Sua teoria revolucionária consistia na crença da luta pela independência da América Latina do jugo

inspiração no pensamento de Bolívar que permite recuperar princípios e visões de mundo pautados na soberania nacional e na integração latino-americana em conformidade com a denominada “Revolução Bolivariana” (NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2009a).

Tendo presente esses aspectos, é pertinente considerar que, embora ainda não haja uma clara definição ou consenso sobre o Socialismo do Século XXI, pois ainda se encontra em construção (SANZ, 2012; ZUCK, 2011), há algumas acepções acerca desse termo. Assim, a primeira dessas acepções decorre do entendimento do próprio autor do "Socialismo do Século XXI", pois Dietrich (2007) afirma que, ao cunhar o termo, idealizou uma sociedade pós-capitalista que colocasse fim à economia de mercado com a combinação de uma democracia participativa e do estabelecimento de um sistema econômico não mais regido por preços. Nas palavras do autor o Socialismo do Século XXI consiste

[...] na busca por um modelo alternativo à economia de mercado. A idéia é criar uma sociedade pós-capitalista, que ponha fim a esse ciclo de 5 mil anos, levando em conta a intenção humanista do socialismo histórico, mas com diferenças qualitativas. Há dois elementos principais. O primeiro se baseia na economia de equivalência de valores, já discutida por Karl Marx e David Ricardo. Quero dizer que a economia deve operar sobre valores, não mais sobre preços. O segundo é a ampla participação dos cidadãos no processo decisório, seja político, econômico ou social. O cidadão comum participará na aprovação do orçamento federal, decidirá se o país deve ir à guerra. Participará em questões federais, municipais e empresariais, podendo decidir sobre investimento e jornada de trabalho. (DIETRICH, 2007).

Tendo presente o conceito de seu idealizador, o Socialismo do Século XXI também foi descrito por Sanz (2012), que o define atualmente como a busca por um modelo inédito de sociedade, totalmente adaptada aos desafios científicos e tecnológicos da atualidade, e que visa a ruptura com a nefasta herança deixada pelos governos totalitaristas.

Para Zuck (2011), o Socialismo do Século XXI tem sido utilizado para denominar o processo em curso na Venezuela e distingui-lo de outros processos

européu. Bolívar conduziu a rebelião latino-americana contra o império espanhol, lutou pela libertação da Venezuela, da Colômbia e também do Equador, do Peru e do Alto Peru (Bolívia). Seu pensamento e legado remetem a união política da América Latina e ao enfrentamento da hegemonia européia (GOTT, 2004).

socialistas, pois, conforme Ponce (2006 apud ZUCK, 2011), nem tudo o que recebe rótulo socialista no século XXI pode ser considerado socialismo.

Há, sobretudo, uma necessidade de se construir um conceito de socialismo baseado nas reivindicações históricas do marxismo crítico e da práxis social. Conforme aponta o documento venezuelano sobre o Socialismo do Século XXI:

El socialismo científico sigue vigente como arma de guerra contra la explotación [...] el Socialismo del Siglo XXI se basa en el viejo socialismo, pero se adapta a los nuevos tiempos y lugares, tomando lo bueno de la experiencia del siglo XX, se enriquece y se amplía con nuevos conocimientos de otros pueblos y corrigiendo las tendencias erróneas que nos obligaron a replegarnos [...] es el socialismo 'repotenciado'. (VENEZUELA, 2007b, p. 22 apud ZUCK, 2011, p. 177).

Lebowits (2007 apud ZUCK, 2011) assevera que nada cai do céu, tampouco o socialismo. Dessa forma, o socialismo é um processo que resulta das condições adequadas às suas circunstâncias de produção, ou seja, seu desenvolvimento está atrelado às particularidades e às características históricas de cada país, que, aos poucos, vai construindo seu próprio caminho.

Para Boron (2009), o socialismo com os traços do século XXI não pode reduzir-se à construção de uma nova fórmula econômica, por mais anticapitalista que esta seja. Tampouco pode resumir-se a uma fórmula de redistribuição de bens materiais. Para o autor, trata-se da superação do “economicismo”, por meio da

[...] creación de un hombre y una mujer nuevos, de una nueva cultura y un nuevo tipo de sociedad, caracterizados por la abolición de toda forma de opresión y explotación, [por] el primado de la solidaridad, [por] el fin da la separación entre gobernantes y gobernados, y [por] la reconciliación del hombre con la naturaleza [...]. (BORON, 2009, p. 75).

Já para Pineda (2010) o Socialismo do Século XXI pode ser compreendido como uma nova modernidade, visto que a modernidade capitalista, estruturada em uma racionalidade de meios e finalidades, tem entrado em declínio, fazendo emergir um novo modelo de desenvolvimento social baseado no humanismo e socialismo. Sobretudo, o autor assegura que o Socialismo do Século XXI consiste em um processo de rupturas, mudanças e transformações. Pineda (2010) ainda acrescenta que,

Al Socialismo del Siglo XXI, lo imaginamos como um sistema profundamente democrático. Donde se respeten todos los derechos

humanos. Donde el ciudadano sienta que es um ser humano, no solo desde el punto de vista biológico, sino que logre sentirse viviendo en un colectivo del cual es parte activa, actor fundamental. En fin, lo imaginamos como una formación social en la cual existe la justicia y la inclusión social (p. 271).

Nota-se, desta forma, que, apesar de ser um conceito ainda muito recente, o Socialismo do Século XXI já recebeu diversas definições. Embora tais concepções conservem a "essência" do pensamento acerca do socialismo e, sobretudo, representem sua fase histórica de construção, ambas possuem suas próprias peculiaridades. Considerando-se essa condição, cabe o sobreaviso de que, de acordo com o propósito pretendido nesta pesquisa, parte-se ainda de uma outra concepção a respeito do Socialismo do Século XXI, qual seja, a venezuelana, que, embora não divirja das demais, no entanto também tem sua própria identidade.

Nesse sentido, tendo em vista o objeto de estudo aqui em questão, bem como seu recorte geográfico, é necessário esclarecer que, neste trabalho, se apreende esse conceito como político, tal como cunhado por Dietrich, e a partir da compreensão do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez e da via venezuelana dada ao Socialismo do Século XXI.

Assim sendo, o conceito que permeia esta pesquisa é o formulado por Chávez após seis anos de gestão governamental em constante choque com os desígnios implacáveis e inescrupulosos do Imperialismo, situação que o levou a compreender que somente o socialismo pode fazer justiça social (BENÍTEZ, 2005).

Nessa direção, o conceito chavista¹⁴ acerca do Socialismo do Século XXI teve seu cerne ainda na década de 1980, numa estreita relação com a prática política de seu criador, que, já naquela época, esboçava a chamada "árbol de las tres raíces",

¹⁴ Relativo ao pensamento de Hugo Chávez, o "chavismo", em seu conceito politológico compreende a doutrina fundada por Chávez ainda em 1992, quando ele liderava movimentos de rebelião militar. O termo, no entanto, tem ganhado maior expressão a partir de 1998 com a eleição de Chávez para a presidência da Venezuela. O chavismo embasa-se no ideal de pátria com vistas à máxima inclusão social do povo venezuelano, para alcançar soberania, independência e libertação frente às potências estrangeiras, cuja finalidade é alcançar o modelo geopolítico idealizado por Simón Bolívar. Assim, o chavismo representa a continuação do ideário bolivariano de integração da América Latina e Caribe, buscando o internacionalismo proletário do marxismo por meio de alianças com todos os povos que resistem ao imperialismo, ao colonialismo e ao neoliberalismo. Embora o chavismo seja considerado uma ramificação do socialismo científico, este difere do socialismo ortodoxo do século XX, pois compreende e incorpora diferentes classes sociais que, de alguma forma, se sintam exploradas pelo capitalismo — e não somente o proletariado —, além de recorrer à via eleitoral democrática para promover revoluções políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2013).

ou " árvore das três raízes", símbolo que se tornou a principal fonte ideológica de Chávez (BENÍTEZ, 2005).

Para compreender a base do pensamento chavista, por ora se faz necessário entender no que consiste e se fundamenta cada uma das "raízes". A primeira é tida como a raiz bolivariana¹⁵, que representa ideais de igualdade e liberdade, com uma visão geopolítica de integração da América Latina; a segunda raiz nos remete à ideologia zamorana, em homenagem à Ezequiel Zamora¹⁶, considerado o general do povo soberano e representante da força e união cívico-militar; e, por fim, a terceira e última é a raiz robinsoniana dedicada à Simón Rodríguez¹⁷, professor de Bolívar e sábio da educação popular e do ideário de liberdade e igualdade. Na árvore das três raízes encontram-se os substratos ideológicos que alimentam o movimento revolucionário e o Socialismo do Século XXI (BENÍTEZ, 2005).

É, contudo, importante ressaltar que, além de apoiar-se na "árvore das três raízes", o pensamento chavista a respeito do Socialismo do Século XXI também recebeu influências do marxismo, referência indispensável no processo de construção do socialismo moderno. Cabe, no entanto, ressaltar que, embora seja influenciado pela corrente marxista, Chávez caracterizou o Socialismo do Século XXI como "um novo socialismo", um socialismo novo que apresenta ideias precisas, inclusive ideias ligadas às mais autênticas correntes do cristianismo, cujas bases são as próprias raízes do povo latino-americano e de seus ancestrais (BENÍTEZ, 2005).

De acordo com Chávez, os elementos que compõem e definem o Socialismo do Século XXI são os seguintes: (i) a moral (no sentido de ética e generosidade

¹⁵ Remete a Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar (1783-1830), mais conhecido como Simón Bolívar — libertador, político e militar venezuelano que foi líder das revoluções que libertaram, sem empreender batalha violenta, vários países da América Latina, como Venezuela, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Bolívia. Site consultado: <http://www.e-biografias.net/simon_bolivar/>. Acesso em: abr. 2014.

¹⁶ Ezequiel Zamora (1817-1860), venezuelano, defensor dos camponeses, lutava por "Tierra y hombres libres" e almejava a distribuição equitativa da terra e a irmandade entre os homens. Foi chamado pelo povo de "General del Pueblo Soberano", isso por organizar, liderar e triunfar na batalha de "Santa Inés" contra a oligarquia, em 1859. Site consultado: <<http://www.consulventoronto.com/doc/sipnosis%20E%20Zamora%20pelicula.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

¹⁷ Simón Rodríguez (1769-1854), grande intelectual e profundo conhecedor da sociedade hispano-americana. Foi professor e mentor de Simón Bolívar. Em 1797, após uma tentativa revolucionária fracassada, foi expulso da Venezuela por seus ideais de emancipação e independência. Passou então a residir na Jamaica e adotou o nome de Samuel Robinson. Site consultado: <<http://www.venezuelatuya.com/biografias/rodriguez.htm>>. Acesso em: abr. 2014.

perante a vida); (ii) a democracia participativa (povo soberano); (iii) igualdade conjugada com a liberdade (sem privilégios); e (iv) cooperativismo e associativismo (mudança do sistema de funcionamento metabólico do capital) (BENÍTEZ, 2005).

Ademais, vale destacar que, embora, o projeto de âmbito nacional, em curso na Venezuela, tenha suas próprias diretrizes e seus próprios encaminhamentos na construção da sociedade socialista, mesmo assim referências a grandes figuras e intelectuais como Ernesto "Che" Guevara, José Martí, Simón Rodríguez e Simón Bolívar são imprescindíveis à compreensão e continuidade do ideário que compõe o Socialismo do Século XXI.

Na discussão acerca do modelo de socialismo que a Venezuela vem galgando, relembrar a contribuição de Ernesto "Che" Guevara é importante em um período revolucionário de transição. Vásquez (2010) afirma que não é uma tarefa fácil refletir sobre o pensamento e a ação de um dirigente revolucionário exemplar, como o foi Che. Apesar de a vida e luta de Che ser retratada de diversos ângulos, e de variadas formas, e, sobretudo, do seu fim trágico, sua figura é respeitada, pois, inegavelmente, foi um homem fiel aos seus ideais.

A grande contribuição de Che residia na necessidade do estímulo moral na formação da consciência socialista durante a construção do socialismo, na unidade do internacionalismo proletário e no papel que adquire a luta armada. Sua cooperação teórica e prática na Revolução Cubana, na práxis da construção do socialismo, levantou uma nova visão de problemas vitais, como as relações entre o indivíduo e as massas, os dirigentes na função de estimular o desenvolvimento da consciência social, a formação do homem novo, a eliminação de toda a censura à expressão artística do novo homem e o papel do revolucionário de vanguarda à frente do povo.

A vida de Che representa a luta de um homem decidido pela causa socialista, pois compartilha de traços ímpares, como coragem e espírito de sacrifício próprios de grandes combatentes que respondem às aspirações das camadas e classes oprimidas em um determinado momento histórico. Assim, Che foi um herói revolucionário consciente de seu tempo, das possibilidades e das dificuldades da luta revolucionária.

Sua prática social apoiou-se no conhecimento da realidade e não em critérios escolásticos. Foi, portanto, um revolucionário consciente e não um rebelde sem

causa, um aventureiro, ainda que toda e qualquer revolução seja imprevisível. Che pode ser, então, considerado um expoente da política revolucionária realista, longe do romantismo idealista. Sobretudo, Vázquez salienta que:

A lição de vida e de morte do *Che* [grifo do autor] confirma, uma vez mais, que a história, são os próprios homens que a fazem e que a revolução, só podem fazê-la se se elevam da condição de mero produto de uma estrutura social a sujeitos conscientes de sua história. E, nesse terreno, o *Che*, com sua palavra e a sua ação, com a sua vida e a sua morte, deixa um testemunho exemplar daquilo que pode fazer um homem em nosso tempo quando está impregnado de uma verdadeira consciência socialista. Por isso, o *Che* é inconcebível sem o socialismo [...]. (VÁZQUEZ, 2010, p.18).

Com a mesma importância na história latino-americana, Simón Carreño Rodríguez, *maestro de América*, nasceu na Venezuela, na capital Caracas, em 28 de outubro de 1771. Seus pais foram Ramón de la Plaza e Arístides Rojas, escritores venezuelanos do século passado. Além de um grande intelectual, Simón tinha uma personalidade forte, independente e ativa.

Nessa época o país passava por uma problemática de ordem moral, ideológica e sociológica, oriunda de uma estratificação étnico-racial, com acentuada divisão social e econômica que agravava a situação de miséria e enfermidade de grande parte da população negra e pobre. Simón Rodríguez, na educação, atuava ensinando o povo marginalizado, denunciando e desmascarando essa cruel realidade (GONZÁLEZ, 2004).

Acerca disso, Castellano (2012) assevera que a América Latina e o Caribe têm sua história moderna marcada por injustiças, exclusões, desigualdade social, desigualdade econômica, entre outras mazelas coletivas ocasionadas por governos excludentes e pelos critérios próprios da lógica do Capital. Conforme essa pensadora, as mudanças nos campos ideológico-político, econômico-social e geopolítico começaram a partir do século XV, sendo fortalecidas nos séculos seguintes a ponto de provocarem transformações revolucionárias no século XVIII, como a abolição do poder clerical e da monarquia, divisão da vida social e a sociedade baseada na razão.

Sobre a contribuição educacional e pedagógica do escritor e pedagogo venezuelano Simón Rodríguez, que foi mestre de Simón Bolívar, é importante mencionar que o projeto educativo elaborado por ele buscava o rompimento com o pensamento do dominado, do sujeito colonial, por meio da reconstrução do sujeito

social. Assim, o projeto de Simón Rodríguez, denominado de Educação Social, consiste em permitir que o sujeito atinja a emancipação necessária para ter a autonomia de pensar e de refletir por si mesmo. Em razão disso, Rodríguez foi considerado um excêntrico louco, justamente pelas suas ideias e práticas pedagógicas (FERNÁNDEZ, 2013).

Em 1792 ganhou notoriedade ao tornar-se professor do menino Simón Bolívar e em 1793 recebeu sob seu encargo a educação de 114 estudantes. Em 1794 escreveu seu primeiro texto crítico a respeito da educação, tendo-o feito por solicitação da escola onde trabalhava, para uma reforma interna. Nesse escrito, Rodríguez apresenta seu viés educacional e a necessidade de uma escola gratuita, obrigatória, prática e social, com condições físicas e humanas de qualidade.

Até 1797 dedicou-se exclusivamente à educação de Simón Bolívar, ano em que saiu exilado da Venezuela (para onde nunca mais voltaria) devido à defesa veemente de seus ideais sociais e por um suposto envolvimento em ações políticas republicanas. Nos anos seguintes, Simón Rodríguez viajou pelo mundo, desenvolveu trabalhos relacionados à educação popular na América Central, na América do Norte, Europa e Rússia, passando, então, a adotar o nome de Samuel Robinson (FERNÁNDEZ, 2013).

Sobre a contribuição robinsoniana para com a educação bolivariana, é interessante entender que o projeto de Educação Social e popular de Rodríguez baseava-se na educação social para o trabalho, na defesa de uma escola onde se promovam os saberes socialmente produtivos, na qual não haja dissociação entre conhecimento e prática. Para Robinson, todos devem aprender fazendo, inclusive as pessoas que pertencem à classe dominante, eliminando da sociedade preconceitos históricos sobre o trabalho manual.

Propõe, então, uma sociedade nova, sem distinção entre a teoria e a prática, porque é justamente nessa prática social, nesse comportamento histórico, que são preservadas e perpetuadas as relações de poder e de dominação coloniais. Por isso, a verdadeira revolução, conforme o pensamento robinsoniano, está na educação social para o trabalho. Com base nessa filosofia Simón Bolívar foi educado e dessa educação decorreu e decorre também o legado do ideário bolivariano.

Em sua produção, Rodríguez refere-se à vida numa possível sociedade nova. Para tanto, há que se produzir uma nova educação social, um pensamento hegemônico que compreenda que tanto os filhos e as filhas dos ricos devem aprender a fazer atividades práticas manuais (como arar a terra, fabricar velas, construir móveis, etc.), como os filhos e as filhas dos pobres, negros e índios devem aprender a ler e escrever as línguas nativas e o idioma nacional por igual, como uma forma de proporção e inserção social (FERNÁNDEZ, 2013).

Dessa maneira, pode-se afirmar que Rodríguez se assemelha aos teóricos da pedagogia crítica, pois entende a necessidade de uma educação ao longo da vida. Da mesma forma, compreende que o ato de "pensar" só pode ser exercitado no processo educativo quando adquire um sentido para o educando. Vale dizer que é preciso existir um "porquê" e um "para quê" para se aprender. O objetivo da educação, a partir desse ponto de vista, é o de formar uma sociedade inteligente, uma sociedade capaz de pensar por si mesma.

Em relação à América Latina, o pensamento mais difundido de Rodríguez consiste na afirmação de que a América Latina deve ser original nas suas ideias, deve pensar por si mesma e copiar somente aquilo que lhe é conveniente como sociedade. Isso significa que a educação, na América Republicana, deve ter suas próprias propostas. Essa nova sociedade — que se espera que trilhe seus próprios caminhos em busca de seus próprios horizontes, dos quais não se desista nunca — tem de ser, portanto, uma sociedade inteligente (FERNÁNDEZ, 2013).

O legado moral e social deixado por Simón Rodríguez ultrapassa seu tempo histórico e sua excepcionalidade reside no rompimento com o discurso clássico da época, tanto na forma como no conteúdo. Implicando a ruptura com a imitação, com modelos "prontos e acabados", com transplantes culturais, para que, então, emergja a necessidade de inventar, criar no espírito da modernidade. Há que se inventar uma nova sociedade, capaz de produzir uma escola diferente, que permita a emancipação humana, de tal forma que seja possível inventar tudo novamente, em termos próprios e de diversas formas, em um movimento de inverso e reverso, de transmutação constante da realidade. Sobretudo, o ideário robinsoniano adverte para o fato de que uma revolução política e econômica não pode mudar nada sem que antes ocorra uma revolução do pensamento (FERNÁNDEZ, 2013).

Da contribuição robinsoniana emergiu o ideário bolivariano de Simón Bolívar e sua principal preocupação estava na construção de uma pátria livre e soberana e na busca de meios e alternativas próprias do povo latino-americano para o estabelecimento de uma nova república.

Bolívar influenciou o processo independentista latino-americano e, na área educacional, sua preocupação residia na função que a educação assume na formação do cidadão para a república e seu pensamento sobre a educação deve ser compreendido a partir da perspectiva da classe social abastada, à qual Bolívar pertencia. Em meio a um período histórico de profundas transformações políticas, de rompimento com o colonialismo para a instauração da república, a educação, na visão de Bolívar, devia desempenhar um papel fundamental na formação de um novo homem para a república. Nesse sentido, a educação ficaria sob encargo do Estado, sendo então pública e universal, formadora da moral e das virtudes republicanas (DANCINI, 2011).

Cabe salientar, contudo, que Bolívar pertencia a um setor privilegiado da América Espanhola e, por isso, seu pensamento educacional refletia sua condição econômica e social, sobretudo a influência do iluminismo e de liberalismo do século XVIII europeu (DANCINI, 2011).

Cabe ainda acrescentar, à contribuição robinsoniana e bolivariana, o pensamento independentista e libertador do pensador e político cubano José Martí, que nasceu em 1853 e se destacou por seu engajamento político na luta pela independência de seu país do jugo espanhol, e pela construção de uma unidade entre todas as nações latino-americanas.

Seu pensamento e suas ações foram marcados por uma forte temporalidade histórica e, por outro lado, de um humanismo que se pretendia atemporal. Como um ativo intelectual crítico, em relação às injustiças e às opressões que observava no contexto colonial, Martí propunha pensar a respeito dos limites e das possibilidades da humanidade na construção de novas alternativas para os povos oprimidos. Para ele, era necessário pensar o seu tempo a partir das relações concretas que o produziam, pois Martí, sobretudo, considerava vital e urgente a prática social sobre a sociedade contemporânea a ele, assim como construía as suas próprias concepções sobre o ser humano, sobre a política, sobre a liberdade e sobre a identidade (ROCHA, 2014).

Martí acreditava que o pensamento de Bolívar serviu de inspiração para a elaboração de uma perspectiva contraposta ao pensamento que predominava sobre a identidade latino-americana. Esse pensamento consistia na crença de que era preciso “civilizar” as nações através da modernização, expurgando traços de barbárie advindos dos ancestrais dos povos nativos (ROCHA, 2014).

A ideia de criar uma identidade latino-americana perseguia Martí e atravessou grande parte de seus escritos. Em seu ensaio denominado “*Nuestra América*”, publicado em 1891, Martí convoca os povos latino-americanos a subverterem a perspectiva colonialista e a reinventarem uma América emancipada, política, filosófica e epistemologicamente (ROCHA, 2014). Assim, em seus escritos, Martí atuava denunciando o racismo embutido no projeto político que pretendia implantar novos impérios na América Latina. Ainda nesse período demonstrava estar consciente de que a herança colonial espanhola não era a única ameaça à independência e à união latino-americana, mas, sobretudo, havia a necessidade de avaliar o avanço do imperialismo estadunidense (ROCHA, 2014).

Para Martí, há que se construir um novo projeto político, um projeto novo que recupere as raízes comuns dos povos, que tenha autenticidade contra o projeto civilizacional advindo de fora. Rocha (2014) assevera que:

“Ser autêntico” para Martí não tem um sentido meramente abstrato, ou seja, ele não se apoia na ideia universal do “bom selvagem” e nem na possibilidade de encontrar essas raízes intactas, exatamente como elas teriam sido antes do processo colonial. Martí acredita na formação de uma nova identidade política, projetada para o futuro, mas fincada na necessidade de reelaborar o seu próprio passado e se relacionar com ele de maneira libertadora (p. 10).

Assim, torna-se necessário assumir a unidade latino-americana partindo de um paradigma de contramodernidade, baseado em um discurso de libertação que rejeita o ato de pensar a política deslocada da cultura, da história, dos valores, das subjetividades (ROCHA, 2014).

A partir dos ideais de todos os pensadores supramencionados, tem aqui conseguido constituir o arcabouço referente ao projeto socialista venezuelano, projeto que tem sido chamado de Socialismo do Século XXI. Em um momento de transição política e econômica, ou seja, de desgaste e de correlação de forças, o Socialismo do Século XXI apresenta-se como um “ideal” a ser alcançado, como uma

espécie de motor propulsor, ainda que, no momento, se restrinja ao plano ideológico e formal.

Cabe, pois, reforçar que o Socialismo do Século XXI, tal como descrito nos documentos venezuelanos, tem autenticidade, visto que seu cerne remonta às raízes latino-americanas, apoiando-se em ideias revolucionárias de grandes pensadores, cada um segundo seu tempo histórico.

O viés venezuelano de construção do socialismo no presente século parece depositar as esperanças de avanço e sucesso no concernente à fundamentação filosófica e ideológica, na junção dos ideários robinsoniano, bolivariano e nos ideais revolucionários de Che e Martí. Assim, portanto, o Socialismo do Século XXI, embora se alimente do socialismo bolivariano e, sobretudo, por ele seja composto, ambos não podem ser considerados sinônimos.

O socialismo venezuelano corresponderia, então, à recuperação de ideais estratégicos oriundos e disseminados nos últimos séculos por grandes pensadores latino-americanos. Esses ideais, no entanto, não são apenas retomados tal qual foram pensados por seus idealizadores, mas são readaptados conforme as necessidades que emergem a partir dos novos condicionantes históricos.

O socialismo bolivariano se torna uma fonte referencial teórica para a contínua elaboração do chamado Socialismo do Século XXI, e este último, aparentemente, representa a sistematização de toda a produção moral e axiológica latino-americana que conseguiu chegar até o momento.

O socialismo latino-americano tem nome e identidade, pois a própria negação ao transplante cultural e ideológico e a recusa de modelos imperialistas e neocolonialistas de governo demonstram que é necessária a construção de novos e diferentes meios e alternativas de produção da vida. Admite-se, então, que, no processo venezuelano de transição, é preferível o "erro" de percurso do que a aceitação cômoda da subjugação imperialista. Assim, toda a tentativa é válida, desde que seja de resistência, de luta pela independência no plano real, e não apenas no formal. O audacioso projeto revolucionário venezuelano enfrenta as dificuldades inerentes à sua condição, visto que o "novo", o "desconhecido", pode trazer contornos surpreendentes, contradições inconciliáveis. Há, contudo, que se lembrar a máxima marxiana de que as circunstâncias fazem os homens, mas os homens também fazem as circunstâncias. Não há como percorrer uma longa

caminhada sem que antes seja dado o primeiro passo. O Socialismo do Século XXI é, pois, ao mesmo tempo o ponto de partida e também o ponto de chegada.

1.4 O Socialismo do Século XXI: discutindo a Venezuela bolivariana

Para a construção do Socialismo do Século XXI são necessárias variadas formas resultantes da luta do povo e esse movimento de luta se torna até mesmo mais importante que diretrizes formalizadas por um comando central.

Desde o ano de 2006, a Venezuela se encontrava em um processo de mudanças profícuas, não somente em sua estrutura interna, mas também em outros setores. No âmbito latino-americano e caribenho, o país tem despertado o interesse e a curiosidade dos países vizinhos.

Partindo desse pressuposto, a Venezuela vive um tempo de transições políticas e com marcas de um regime que se nega a desaparecer, resultado do recente passado, no entanto que vislumbra novos tempos, imbuídos de contradição, mas também com oportunidades.

Pois, o socialismo é algo que não se constrói sozinho, não se decreta politicamente, e nem economicamente, mas, se desenvolve de maneira cultural e social, principalmente no caso da Venezuela, país que por quase um século dependeu de recursos do petróleo e da renda internacional captada diariamente.

O início de um novo período, em um novo século de um novo milênio, requer o movimento constante de reflexão-ação para não incorrer na eternização de contradições e de conflitos vividos, e para que a história não cristalice o passado, senão que abra as portas para um futuro a ser escrito mediado pelas contemporâneas ações humanas. Frente a isso, e longe de ilusões e desesperanças — pois foram muitos os fracassos de lutas vividas por milhares de seres humanos que entregaram suas vidas e trabalho em defesa do socialismo —, há que se considerar o legado histórico de todos os que se esforçaram e se sacrificaram por uma sociedade justa, pela igualdade social em todo o globo terrestre. Da mesma forma, não se pode esquecer de observar e analisar concretamente a atualidade, bem como as limitações temporais que se esgotam atualmente (BORON;GIORDANI, 2009).

Na Venezuela a partir do ano de 1999, as intenções e os desejos de mudanças foram instituídos na Constituição do país. Há, entretanto, que se esclarecer que o socialismo não se formalizou, e essa palavra também não aparece

no texto da nova Carta Magna, pois somente se faz uma referência à construção de uma nova sociedade, referência cujo significado remete ao socialismo.

Com isso, questiona-se: —*O que é ou significa, de fato, o Socialismo do Século XXI para Venezuela?*. Esse debate requer a análise das reais necessidades da nação diante do atual contexto nacional, bem como, o estudo com profundidade do processo de mudança real e objetiva pelo qual passa a sociedade venezuelana. Segundo Albert Einstein (apud GIORDANI, 2009), para a construção do novo socialismo necessita-se de realizações práticas e não apenas de palavras, já que palavras não levam a lugar nenhum, mas é pela atuação, pelo que se pode fazer no momento, que, aos poucos, a realidade vai sendo transformada. Acerca disso, Mészáros (2008), aponta que a educação tem um papel prático no processo de transformação socialista, pois, os indivíduos sociais precisam de uma consciência moral que consista em uma intervenção efetiva e continuada na sociedade para uma mudança social racionalmente concebida.

Boron (2009) assinala que assim como buscava-se a partir da Revolução de 1948 a organização de um partido experiente e a atualização do programa partidário, que, apesar de combativo no início do século XIX, precisaria ser reelaborado a partir dos princípios gerais expostos no Manifesto do Partido Comunista, o mesmo ocorre com o Socialismo do Século XXI — conceito que redefine o projeto socialista anterior, que, de acordo com as transformações ocorridas ao longo de século XX e acrescentando experiências revolucionárias recentes, novamente se reelabora.

Examinando o presente contexto, junta-se, às possibilidades futuras de mudança transformadora, a radicalidade nos propósitos, nas ações e nas reflexões da realidade. Ocorre, contudo, que ainda se vive o imperialismo, apesar de já ter ficado no passado o imperialismo resultante da Segunda Guerra Mundial. Esse imperialismo da segunda metade do século XX foi construtor de impérios que expressavam a expansão do capital, tanto no capitalismo do século XX, como na experiência soviética durante o mesmo período, fundamentada na extração de trabalho pouco remunerado, na sociedade capitalista e na política adotada durante o desenvolvimento soviético, sobretudo, alimentando uma ideologia que exclui qualquer possibilidade de mudança estrutural de ordem social estabelecida, que

impossibilita identificar algo de errado com a sociedade posta (BORON, 2009; GIORDANI, 2009; MÉSZÁROS, 2008)

A história venezuelana foi marcada por uma prática rentista, pois, com o aproveitamento da riqueza petrolífera, não se produz renda, senão a que se capta internacionalmente. É desse modo que foi desenvolvida a política econômica na Venezuela desde a época do descobrimento dessa riqueza energética natural, e o processo de distribuição de renda em todo esse regime tem sido concentrado em "poucas mãos" e também no exterior. Milhões de dólares foram depositados fora do país, deixando um país com extensas riquezas naturais numa realidade excludente cheia de pessoas empobrecidas (GIORDANI, 2009).

Considerando esse histórico Chávez, em seu debate público no ano de 2005, declarou para o mundo que todos os países latino-americanos têm promovido debates sobre o capitalismo, incluindo temas como imperialismo, classes, dominações, exploração e luta de classes. Da mesma forma, revelou a necessidade de se construir um pensamento hegemônico social que faça frente à ideologia capitalista imperialista.

Nessa direção, algumas ideias contribuem para o debate e a reflexão acerca do novo projeto socialista: (i) os valores e os princípios moduladores devem integrar um projeto que se identifique socialista; (ii) o programa desse projeto deve mostrar o caminho, desde o universo dos valores até se concretizar a construção do socialismo com políticas públicas para a sua implementação; e (iii) deve considerar o "sujeito histórico" desse projeto e suas diferentes características (BORON, 2009).

Um projeto socialista de âmbito nacional não pode ser ambíguo em relação à sociedade burguesa, por isso sua crítica deve ser radical e intransigente. Apesar das experiências na fase keynesiana do capitalismo dos anos de 1980, e de todo o sofrimento vivido levar a uma reação neoconservadora, é indubitavelmente fundamental realizar reformas estruturais profundas e que permaneçam na sociedade. Para Giordani (2009) a possibilidade de construir um novo modelo de socialismo está aberta, da mesma forma como aberta está a própria história do futuro e, nessa direção, tanto a teoria como a prática dessa construção tendem a avançar na busca por uma sociedade mais igualitária e justa. Esses seriam os primeiros passos. A democracia, tal como se entende, precisa desenvolver-se como doutrina política favorável à intervenção do povo no governo ou como o predomínio

do povo e do governo político sobre o Estado. A revolução é tomada, então, como uma mudança violenta nas instituições públicas, econômicas e sociais de uma nação, ou como uma mudança rápida e profunda em qualquer situação.

Assim, qualificar a democracia no sentido revolucionário ou a revolução em sua modalidade democrática são questões diferentes que, na Venezuela, têm também implicações de várias naturezas. Com isso, pode-se afirmar que, tanto no preâmbulo da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, quanto em seu conteúdo textual, não aparece a palavra "revolução", mas ali se sinaliza para uma mudança do termo "democracia" como uma condição da reestruturação da república. Assim, portanto, o termo "democracia revolucionária" é apresentado em função de uma mudança estrutural profunda e radical e que alcança raízes não somente no exercício do poder da maioria no país, como também na incidência de diferentes modos de produção e de distribuição dos excedentes produzidos. Esses elementos são parte integral dessa democracia definida na Constituição venezuelana — qualificada como revolucionária (GIORDANI, 2009).

Sobretudo, essa forma de democracia expressa a luta pela transformação da república, pela independência, por mudanças estruturais que modificam o nível de vida da maioria do povo. A marca constitucional colocada no processo constituinte em curso torna-se parte dessa luta do povo para conquistar a independência conforme aspirações próprias.

A história mostrou os enormes desafios nos avanços para construir o socialismo em Cuba, e nos demais países que iniciaram essa caminhada. Vê-se, então, a necessidade de um projeto urgente para concretizar esse audacioso e grandioso objetivo. Para a superação econômica, o socialismo renovado não pode se reduzir somente à construção de uma nova fórmula econômica. Acerca disso, Ernesto "Che" Guevara tinha razão quando afirmava que o socialismo, meramente como fórmula de redistribuição de bens materiais, não o interessava. Trata-se, pois, de criar possibilidades para que sejam formados homens e mulheres novos, com outra cultura, numa sociedade nova e caracterizada pela abolição de todo e qualquer tipo de opressão e exploração — sociedade na qual seja possível construir a solidariedade social, acabando com a divisão entre governantes e governados e promovendo cada vez mais a reconciliação do homem com a natureza. Sobre esse aspecto, é necessário que haja uma educação para toda a vida, em um processo de

auto - educação para o desenvolvimento da consciência socialista, que possibilite a emancipação humana, pois, o capitalismo contrariamente e cotidianamente produz a desumanização do homem e o embrutecimento do trabalhador. A educação nesse movimento tem um grande impacto para a mudança na forma de reprodução material da sociedade, já que trata-se de uma força capaz de contribuir de maneira positiva no processo de transformação (BORON, 2009; MÉSZÁROS, 2008).

Conforme Hourtart (apud BORON, 2009), alguns princípios devem orientar o novo socialismo, entre os quais consta o predomínio do valor do uso sobre o valor de troca. Considerando que o valor de troca impõe a lógica do mercado e a lei do valor corresponde à totalidade da vida social, isso significa o fim do sujeito e, sobretudo, submete a humanidade à lógica destrutiva do capitalismo. Há também a necessidade do estabelecimento de uma nova relação do homem com a natureza, que se encontra agredida brutalmente pelas consequências catastróficas do capitalismo. Do mesmo modo é necessário promover a desmercantilização e a democratização de todas as áreas da vida social, isso realizável a partir de uma “política econômica concentrada”.

Declarou Chávez em 2005 que o Socialismo do Século XXI deveria acontecer pelo menos em quatro áreas essenciais. Assim, mencionou primeiramente o caráter moral, no sentido ético da vida, destruída pelo materialismo e pela sociedade burguesa. Chávez convocou toda a sociedade venezuelana a lutar contra os “demônios” do capitalismo, a saber: individualismo, egoísmo, ódio e privilégios. Para ele, o socialismo proposto para a Venezuela tem orientações como: (i) a defesa da ética, da generosidade, da dignidade e da autonomia dos sujeitos sociais; (ii) a promoção da democracia participativa, assim potencializando a soberania popular; e (iii) a conciliação da liberdade com a igualdade, sendo que a primeira, sem a segunda, forma uma sociedade de excluídos e explorados, privilegiando uma minoria. Para o socialismo proposto, a justiça social é essencial em seu projeto, e as virtudes e valores da nova ética socialista devem permear toda a organização pós-capitalista.

Nessa direção, em relação à economia, o novo socialismo requer mudanças no associativismo, na propriedade coletiva, no cooperativismo, além de uma ampla quantidade de sugestões e autogestões que associem formas de propriedade pública e coletiva. Trata-se de um novo socialismo, no qual se estabelece a

propriedade coletiva (não necessariamente estatal) dos meios de produção, com a democratização fundamental das esferas da vida social.

Conforme o teórico marxista canadense, Michael Lebowitz, citado pelo presidente venezuelano Chávez em seu programa dominical “Alô, Presidente”, em fevereiro de 2007, esse socialismo não pode ser construído sobre os defeitos de uma sociedade problemática, pois se iniciaria com defeitos, com alguns vícios da velha sociedade. Assim, o socialismo que se constrói a longo prazo deve progressivamente eliminá-los, vencendo defeitos da antiga sociedade que se infiltra na nova. Ainda de acordo com Lebowitz, a dialética, como movimento do real precisa, sobretudo, concretizar-se na prática social por meio de experiências revolucionárias (BORON, 2009).

A transição política vivida na Venezuela marca um momento histórico de aceleração rumo ao socialismo, e isso significa uma imensa necessidade de formas produtivas associadas ao trabalho coletivo que se confirmem na associação livre de empresários que estejam dispostos a desenvolver condições e formas produtivas alternativas. A diferença de modelos econômicos, sociais, públicos e privados vem construindo um espaço de confrontação pelo domínio da produção. O tipo de capital público sujeita-se, principalmente no caso venezuelano, à captação de renda de caráter internacional proveniente do petróleo e de seus derivados. Por outro lado, a economia social existente sobrevive da distribuição resultante dessa renda petrolífera, a qual poderia servir para fundamentar a aceleração da economia a partir da economia social, convertendo-se, com o tempo e direção política adequada, num processo de transição produtiva que permitisse a formação de uma produção livre associada, medida que resultaria na eliminação da racionalidade do trabalho pouco remunerado e na renda internacional que respalda empresas públicas. Esse fundo deveria implicar a sustentação do modelo produtivo atual venezuelano, criando alternativas produtivas diferentes (GIORDANI, 2009).

Em relação ao perfil do novo socialismo, e considerando-se a Comuna de Paris, Lebowitz (apud BORON, 2009), assinala que se deve repensar o socialismo à luz das experiências do século XX. Diante disso, enumera elementos que definitivamente não devem caracterizar o socialismo do futuro. Em primeiro lugar, o Socialismo do Século XXI não é, e nem deve ser, estatista, mas, sim, deve trazer o desenvolvimento integral da pessoa humana, sabendo-se que a sua construção

requer uma sociedade democrática participativa e protagônica. Nesse sentido, é importante o debate sobre isso, para que não haja confusões e equívocos entre estadismo e socialismo, e sobre a natureza e o caráter transitório do Estado.

O Estado, especialmente no socialismo, porém também no capitalismo, longe de se extinguir, acentuou-se como uma marca presente até adquirir grandes proporções e produzir efeitos incompatíveis com o progresso do socialismo, revelando a alienação da cidadania, sem que o patrimônio público seja propriedade do povo. Assim, a hipertrofia quantitativa do estadismo, devido às necessidades de capitais econômicos e a hostilidade imperialista em relação ao socialismo, tem provocado mudanças estatais incompatíveis (BORON, 2009).

Em segundo lugar, há que se compreender que socialismo não é populismo, o que estimula a organização autônoma de classes e o desenvolvimento da consciência revolucionária. O que se necessita evitar é o aparecimento e a cristalização de atitudes passivas, e que os problemas sejam todos resolvidos pelo Estado, pois isso se torna um grave obstáculo na construção do homem novo e da cultura socialista.

Em terceiro lugar, o novo socialismo não deve ser totalitário, pois precisa partir do pressuposto de que os seres humanos são diferentes e, portanto, possuem diferentes necessidades e habilidades. Desse modo o desenvolvimento humano requer reconhecimento e respeito às diferenças.

Há que se destacar ainda que os produtos de experimentos tecnológicos ocorridos durante o século XX abafaram a construção da sociedade socialista. Pois, a tecnologia levou a um grande êxito a economia de escala, mas acabou destruindo o meio ambiente. Essa situação sugere que o socialismo deve dispor-se a lutar contra a perversa lógica do capital, pois a prática no século XX provou que apenas o desenvolvimento e o progresso tecnológico ainda são insuficientes para romper com a lógica do capitalismo (BORON, 2009).

Para Giordani (2009) o socialismo venezuelano passa da lógica do capital ao trabalho para ir além do capital. Trata-se de uma alternativa superior, na qual o trabalho é considerado objeto da estratégia socialista. Busca-se, então, o pleno desenvolvimento das potencialidades criadoras dos indivíduos sociais e a satisfação das necessidades individuais não alienadas e, para os trabalhadores, a ação dos

produtores livres associados para permitir satisfazer as necessidades tanto de quem produz, quanto para quem se beneficiará dessas realizações, ou seja, os produtores.

Sobre o projeto socialista, este precisa abranger variadas áreas. Em uma simples comparação com o projeto russo, desde o seu começo não se falava de sustentabilidade ecológica, tampouco, da emancipação da mulher, já que se imaginava que, com o fim do capitalismo, isso seria solucionado. Nada nesse sentido aconteceu, no entanto. Partindo desse aspecto e dada essa e outras demandas e urgências sociais, é imprescindível lutar pelo avanço do socialismo, por meio de políticas concretas, no terreno de ideias despojadas e também práticas.

Vale lembrar a economia centralmente planejada, na história do projeto socialista do século XX, contrapondo a permanência de seus valores como planos centrais, foi equiparada ao socialismo, que apareceu como produto de uma época sem razões para mantê-lo. A isso se acrescenta a realidade de Estado czarista, da Primeira Guerra Mundial, das agressões contra a República Soviética, que fez com que a socialização da economia fosse assimilada a uma estatização econômica inadequada, atualmente adversa aos projetos socialistas nas condições econômicas mundiais (BORON, 2009).

Partindo da base que sustenta a produção venezuelana com a renda advinda do petróleo, a captação de recursos do exterior segue sendo a ferramenta principal da economia venezuelana. Essa renda é condição necessária para sustentar o processo social. A satisfação das necessidades vem da regulação e determinação do processo produtivo como contrapeso à dinâmica acumulativa, precedida pela mudança no propósito de acumular riquezas. Um segundo elemento se refere ao sentido da propriedade, que relaciona o sujeito produtor com o objeto da atividade produtiva, o qual se encontra radicalmente desvinculado devido à fragmentação e à degradação de trabalho, que chega a "coisificar" o sujeito produtor como não pertencente aos meios de produção, que lhe são desconhecidos. Na sociedade socialista já não se determinaria o trabalho por tempo mínimo de produção, pois, pelo contrário, o tempo de produção dedicado a qualquer bem ou serviço estaria determinado pela sua utilidade de sustento e movido por uma consciência ética emancipadora (GIORDANI, 2009).

Cabe mencionar que Boron (2009) alerta para o fato de que a política econômica do socialismo deve, então, partir do reconhecimento de novas

realidades, fazendo-o com humildade e sensatez suficientes para evitar formas independentes que se mostrem válidas a todo momento e lugar. Parafraseando Fidel, o mesmo Boron destaca que o maior erro, no princípio e ao longo de uma revolução, consiste na crença de que alguém sabe, de fato, construir o socialismo. Da mesma forma, Raul Castro, em seu discurso em 24 de fevereiro de 2008, pronunciou, numa seção constitutiva da "VII Legislatura da Assembleia Nacional do Poder Popular", que uma das limitações do centralismo planificador consiste na tendência a aplicar a mesma "receita" de construção do socialismo em todos os lugares.

Essa forma de entender o socialismo resulta em pensamentos ainda piores, pois muitos acreditam que cada problema inerente à nova sociedade exige medidas de alcance nacional para serem resolvidos. Segundo o discurso proferido por Castro, deve-se buscar uma reforma estatal com estrutura mais compacta e funcional, reduzindo o número de organismos de administração central, distribuindo melhor as funções, minimizando a quantidade de reuniões, coordenações, favores, conciliações, regulamentos e circulares, etc. Sobretudo, concentrando atividades econômicas decisivas na atualidade que estão muito dispersas, realizar melhor empregabilidade no quadro, observando-se a situação estatal, nacional e global. Essa é uma visão apropriada da realidade que combina com características que estruturam o funcionamento da organização cubana. É, contudo, interessante e pertinente analisar cada realidade, para novas construções.

O neoliberalismo impulsionou pensamentos únicos a partir do conselho de Washington e, também, uma esquerda "tímida" no tempo, que precisa constantemente repensar o socialismo, eliminando o modelo soviético, observando os erros e os acertos do passado para reconstruir um novo parâmetro de socialismo. Nessa direção não existe sujeito único e nem sujeito pré-constituído na transformação socialista. Se o capitalismo do século XIX e início do XX centralizava os excluídos trabalhadores da indústria, na contemporaneidade traz dados históricos de lutas de classes no processo de enfrentamento do sistema, demonstrando o importante papel dessas massas, que, no passado, eram tachadas de incapazes de colaborar com o projeto socialista (BORON, 2009).

Atualmente, o capitalismo tem sido reprovado não somente pela dificuldade de unidade dos trabalhadores industriais, pois, para Houtart (apud BORON, 2009), ocorre que a sustentação real e formal da maioria da população do planeta, a coerência do capital expandido extraordinariamente e o número da diversidade de ações sociais que existem contradiz a burguesia. Historicamente, nunca houve tantas classes e grupos sociais subordinadas ao capitalismo e, ao mesmo tempo, mobilizadas para combatê-lo. O mercado aparece na sociedade capitalista como autorregulador neutro, atuando supostamente como distribuidor de recursos e proporções produtivas, enquanto que, no socialismo, a construção de uma sociedade socialista perpassa pela autorregulação magnífica, pelas trocas produtivas e distributivas por parte dos produtores livres associados que vivem do trabalho, livremente associados como produtores que combatem e superam a alienação do produto. Por outro lado, o trabalho, em seu modo respeitoso ao capital, estabelece uma luta antagônica irreversível ao tratar de superar lógicas do mesmo capital (GIORDANI, 2009).

Miliband (1985, apud BORON, 2009) discorre que, se há, em alguns lugares, um capitalismo democrático e sociedades abertas com um aparato tirânico do capital na economia, é porque a classe trabalhadora do Ocidente rejeitou o capitalismo e decidiu transformá-lo. A centralidade dessa classe trabalhadora é, pois, singular se comparada ao capitalismo. Exige-se, então, a reunião das condições necessárias para inverter essa ordem. Essa mudança na anatomia das classes populares explica a crise encontrada em estruturas tradicionais. Partidos e sindicatos não se adaptam à realidade, assim dando lugar a novos movimentos sociais que mostram uma realidade diferente, porém não contrária ao protagonismo de classes.

Contudo, há a apreciação de uma transformação que não subestima possibilidades, que conserva as reivindicações, de classes, de mulheres, de jovens, de ecologistas, de pacíficos e de defensores dos direitos humanos, e de todos aqueles grupos que não ignoram a construção social e política criadora da unidade, a qual se dá justamente por essa diversidade. A linguagem, a cultura, as tradições, as mentalidades e as ideologias desses componentes populares são diversas, e devem ser trabalhadas de forma organizada por uma política coerente. Essa tarefa torna-se muito complexa, pois não está atrelada a conceitos vagos e metafísicos.

Também é importante compreender a problemática dos sujeitos e a falsa oposição que se semeia entre os variados partidos e movimentos sociais.

Os partidos e movimentos representam o modo de articular interesses da população. Trata-se de interesses que não se contradizem, e sim se complementam. Utilizam-se de diferentes cenários, dos partidos, das marcas das instituições políticas e dos movimentos no seio da sociedade civil. Por isso, segundo Gramsci, o partido é soberano e corresponde a um coletivo popular que deve cumprir a função de conectar o estreitamento dos laços com sua própria base (BORON, 2009).

Em relação à consciência revolucionária, a incógnita consiste em como determinar a maturidade da consciência revolucionária no campo popular. Referente a esse tema, Boron (2009) assinala que Fidel declarou, em 1971, na "Universidad de Concepción", no Chile, que a obrigação das forças populares é determinar com precisão o nível de consciência política real e as possibilidades reais de luta do povo na conjuntura do desenvolvimento histórico. O neoliberalismo obteve um decisivo triunfo na batalha ideológica de convencer a sociedade e, principalmente, as camadas populares, de que tal ponto não existe. O sentido da batalha de ideias precisa de fato demonstrar que há vida depois do neoliberalismo, que outro mundo é possível e que a história não tem a última palavra. É, no entanto, necessário que forças políticas e sociais de esquerda tenham clareza sobre as teorias e os fundamentos que possibilitam uma leitura correta da conjuntura nacional e internacional, determinando com precisão a correlação de forças e a eficácia na organização para atrair, acoplar e organizar a resistência popular, incluindo a capacidade didática e o pensamento crítico em conjunto com as camadas populares. Do contrário, pode-se chegar apenas ao revolucionarismo retórico.

A partir da compreensão de que a exploração de trabalho pouco remunerado é natural no capitalismo, sabendo-se que este se move por meio de uma dinâmica acumulativa baseada no lucro, entende-se que a geração de riqueza na Venezuela tem importantes raízes na renda atraída internacionalmente, e que superar essa condição implicaria, então, a mudança das relações internas de produção e distribuição de renda e sobras da produção (GIORDANI, 2009).

A mudança nas relações produtivas, para além da transição política que se vive, requer alterações substanciais com transformações nas relações sociais. O primeiro elemento desse processo é a utilização da renda petrolífera internacional

para continuar o pagamento da dívida social acumulada por várias décadas, bem como a utilização de mecanismos concretos para mudar padrões produtivos e importar bens capitais de tipo intermediário. Da mesma forma, deve ocorrer a distribuição dos excedentes pelo sistema financeiro público (GIORDANI, 2009).

Para Giordani (2009), na construção dessa "Economia Social" como parte do novo modelo produtivo, é que se faz o Socialismo do Século XXI. Este, por sua vez, também tem sua origem nas Empresas de Produção Social (EPS), que são conflito de classes e a dominação burguesa.

A construção do sujeito do Socialismo do Século XXI requer, desse modo, o reconhecimento de que não há um, mas vários sujeitos, e que se trata de práxis social, ou seja, de entidades econômicas destinadas à produção de bens e serviços nas quais o trabalho tem significado próprio, não alienado, mas autêntico, não existindo divisão social e hierárquica do trabalho. Assim, a riqueza social deve ser distribuída de forma autodeterminada, com entidades autossustentáveis com igualdade de sustento entre seus integrantes e baseadas em um plano participativo — pois planejar o futuro requer não somente melhor conhecimento da realidade, mas, inteligência para perceber o rumo dos acontecimentos que virão.

Giordani (2009) assinala que os objetivos emancipadores do socialismo, considerando os escritos de Mészáros, contrapõem vários objetivos que operam dentro da lógica do capital, assegurando um "trabalho com significado" aos indivíduos e com uma "distribuição autodeterminada da riqueza social", tanto material como cultural e, finalmente, fazendo frente à intervenção do governo, com a criação das condições materiais e políticas necessárias, mediante as quais se pode assegurar o "gradual enfraquecimento do Estado".

No sistema socialista, a planificação existe como possibilidade de superação da racionalidade econômica, como processo social que se opõe à irracional, incontrolável e destrutiva lógica capitalista, e que deve ser capaz de permitir o desenvolvimento das forças produtivas num marco de autorregulação inteligente dos produtores associados. Na transição ao socialismo prevalece a produção de valores de uso, diretamente de acordo com a satisfação das necessidades humanas.

Em suma, há que se considerar que a Venezuela vive momentos de profundas mudanças e que elas se acentuaram a partir dos anos 1990, com a revolta popular denominada de *El Caracazo*. Desde então, iniciou-se uma sequência

de eventos e acontecimentos políticos que têm colocado o país como uma referência no continente latino-americano, pela luta e enfrentamento ao domínio estrangeiro e ao sistema de exploração capitalista, principalmente após a chegada de Chávez ao poder pela via democrática.

O Socialismo do Século XXI na Venezuela parece desenhar-se mediante uma nova forma de se fazer política governamental e também de Estado, pela delegação gradativa e contínua do poder de decisão (Poder Popular e Poder Eleitoral) ao povo, e de administração econômica (cooperativas, EPS, etc.), ações possibilitadas por meio do equilíbrio financeiro e da distribuição de renda aos diversos estratos sociais ignorados por séculos de exclusão política e econômica. Essa realidade, ou seja, essa nova forma de fazer política e de gerir o Estado e os recursos financeiros só tem sido possível a partir da identificação das origens históricas dos problemas enfrentados pela população venezuelana ao longo dos últimos anos. Sob o respaldo dessas constatações causais é que o governo de Chávez tem buscado o incremento maciço de recursos para a implementação de medidas estratégicas que solucionem tais problemáticas.

II CAPÍTULO

HISTÓRIA POLÍTICA DOS GOVERNOS CHÁVEZ E DA EDUCAÇÃO BOLIVARIANA

Neste capítulo aborda-se a trajetória política dos governos Chávez, bem como as mudanças estruturais que se processaram na conjuntura política venezuelana a partir de 1999, ano de início do primeiro mandato de Hugo Chávez e da Revolução Bolivariana¹⁸. Essa abordagem tem em vista analisar como foi sendo constituindo o projeto governamental do recém-eleito presidente e sua política socialista, esta que posteriormente foi denominada de Socialismo do Século XXI, para que, dessa forma, seja possível compreender a influência desse conceito político na criação e na implementação da Educação Bolivariana.

A compreensão da história política venezuelana possibilita a caracterização dos condicionantes históricos que impeliram a emergência de outro sistema educacional, este com bases pedagógicas e conceituais distintas, mas ainda concomitantes com o sistema educacional anterior ainda vigente. Dessa forma, a Educação Bolivariana, no campo educacional, representa um marco dos governos Chávez, pois foi produzida para, e mediante, as novas necessidades educacionais que eclodiram no país a partir da Revolução Bolivariana. Assim, não há como se compreender a implantação do novo sistema educativo, e a relevância que a educação bolivariana assumiu nesse contexto, sem aportar para o movimento político, econômico e cultural que justifica e respalda a sua existência.

¹⁸ Inspirada nos ideais patrióticos de Simón Bolívar, a Revolução Bolivariana caracteriza-se como um processo de mudanças que consistem em uma rearticulação do poder infraestrutural do Estado na tentativa de transformar o modelo estatal competitivo herdado das administrações anteriores por meio de sua reintegração à sociedade marginalizada e abandonada historicamente. Dessa forma, concebe-se um novo complexo "estado-sociedade", agora com mais estabilidade e justiça social, cuja finalidade se centra na diminuição da marginalização e da pobreza. A Revolução Bolivariana assume como estratégia a luta contra a exclusão socioeconômica e marginalização política do povo (FLORES, 2010).

2.1 Antecedentes históricos e políticos do sistema educacional venezuelano e a emergência do novo Sistema Educativo Bolivariano

Durante os anos de 1980 ocorreu, na América Latina, a disseminação da ideologia neoliberal, movida pela mundialização dos mercados. O discurso neoliberal pressupunha uma suposta crise e ineficiência do aparelho do Estado, mazela que deveria ser sanada mediante uma nova organização na forma de gestão das políticas estatais.

No setor social houve uma combinação de avanços e de insuficiências nas políticas públicas de ajuste. Esperava-se que ao menos fossem mantidas as tendências favoráveis de investimento na infraestrutura social das décadas anteriores. Como, no entanto, o investimento na área social ocorre lentamente, a queda nos coeficientes de investimento público e de gasto social acentuou-se nesses anos, gerando diferenças abissais de desigualdade (SOARES, 1995).

A reforma neoliberal mediante a adoção de "pacotes de ajustes" produziu um novo panorama social nos países latino-americanos. A década de 1980 ficou marcada por aspectos negativos na evolução do nível e da estrutura de emprego, que consequentemente levou à queda da renda média e a índices regressivos no que diz respeito à sua distribuição. O resultado foi deterioração das condições de vida da população e redução das oportunidades da maioria das famílias. A condição social da América Latina durante os anos 1980 foi marcada pela agudização e pelo contraste entre bem-estar e pobreza, com percentuais alarmantes de extrema pobreza (SOARES, 1995).

Apesar da crise, durante os anos 1980 continuou aumentando o nível educacional da população, contudo essa expansão educativa na América Latina ainda não foi proporcional à necessidade da população. Os avanços globais em matéria de educação não acompanharam ganhos equivalentes com relação à renda. Os jovens que não estudam e nem trabalham constituem atualmente uma proporção maior que ao princípio da década. Essa situação afeta principalmente àqueles pertencentes a famílias de baixa renda, indicando o risco de marginalidade e elevada vulnerabilidade econômica e social dos povos latino-americanos (SOARES, 1995).

Os países da América Latina, de fato, já experimentaram, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, diversas reformas políticas sob o discurso e a alegação de

necessidade de estabilização econômica e superação da recessão e vulnerabilidade social. Os indicadores sociais a partir da década de 1990 revelam, no entanto, que, apesar de os governos neoliberais fazerem um discurso de abertura econômica e social, e de até mesmo proporem, em seus planos de governo, programas e políticas públicas de caráter popular, suas ações, no que tange à materialidade, isto é, no que tange ao provimento dos recursos financeiros suficientes para a efetivação de tais políticas, não correspondem e não evidenciam a priorização econômica do coletivo social.

Soares (1995) adverte para o fato de que, em relação aos programas sociais e às políticas públicas gestadas nas últimas décadas, algumas apresentavam um perfil mais conservador (neoliberal) e outras se projetaram na direção da chamada concepção universalista. Assim, as primeiras vieram, de forma geral, acompanhadas de políticas de ajuste econômico, e as segundas vieram no bojo de processos de redemocratização pelos quais passavam alguns países nos anos de 1980. Então, embora fossem propagados programas e concepções diferenciadas, essas políticas tiveram resultados parecidos, pois aumentaram o processo de deterioração dos serviços públicos sociais e o empobrecimento da população.

A reestruturação dos programas sociais, por meio da descentralização, focalização e privatização, é reconhecida como estratégia preconizada pelo neoliberalismo, sobretudo quando se trata de países latino-americanos em processos de ajuste econômico. O objetivo, nesse caso, é o de redimensionar e o de redirecionar o gasto social, no entanto, sem aumentar seu incremento (SOARES, 1995).

A Venezuela, assim como outros países latino-americanos, apresenta um histórico educacional marcado pela nefasta presença do neoliberalismo, e de seus pressupostos reformistas ao longo da década de 1990, que culminaram no corte brutal de orçamento aos setores sociais, corte do qual a educação escolar também não foi poupada. Então, como resultado frente às intervenções neoliberais, ocorreu o desmantelamento do sistema educativo e, conseqüentemente, a exclusão das camadas mais pobres da população.

Acerca do contexto educacional venezuelano, Melo (2004) nos oferece, em sua obra “A Mundialização da Educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela”, um arcabouço histórico das relações políticas,

econômicas e sociais que influenciaram o delineamento das políticas educacionais venezuelanas a partir da década de 1980 sob a égide da ideologia neoliberal.

Com base nas reflexões da autora, compreende-se como foi o tratamento governamental dado à educação escolar pública e a trajetória do sistema educacional venezuelano durante a implantação das reformas neoliberais. Melo (2004) assevera que o passado educacional da Venezuela foi marcado pelo descaso e abandono das instituições públicas de ensino, com corte de gastos em todos os níveis educativos e descontinuidade dos direcionamentos político-educacionais.

Partindo para uma breve incursão no passado político e econômico da Venezuela, identifica-se um forte Estado centralizador, baseado na intensa exploração petrolífera, centralizada nas mãos da burguesia rentista e importadora, com vistas à implantação do modelo fiscal, político e econômico do neoliberalismo. Essa condição acarretou um aprofundamento nos cortes sociais para que os governos desta época honrassem os juros e serviços do endividamento externo, provocando, de imediato, um período de recessão econômica na década de 1980 e 1990 (MELO, 2004). O resultado já não podia ser outro senão o aumento desenfreado da pobreza e da extrema pobreza.

De acordo com Casanova (2008 apud ZUCK, 2011), houve também uma expansão demográfica que revelou a incapacidade do Estado de incorporar ao sistema público de ensino toda a população em idade escolar. Revelou, além disso, problemas de estrutura e de desigualdade educativa na distribuição dos serviços educacionais principalmente à população indígena, rural e fronteiriça.

Como a educação escolar é parte da estrutura social, consequentemente houve um esfacelamento do sistema escolar venezuelano, com corte de gastos em todos os níveis educativos, levando à diminuição do número de alunos matriculados e do investimento governamental em educação, contrário ao período da chamada “expansão fácil”, como cunhou o educador e sociólogo Ramón Casanova.

Para Casanova (apud ZUCK, 2011), entre o fim da década de 1950 e a década de 1970, a Venezuela viveu um período de expansão educacional e das políticas sociais, isso devido aos investimentos possibilitados pelos altos lucros gerados pela exploração petrolífera, porém tal expansão, para além da questão social, tinha na sua origem outras motivações, estas se articulavam à esfera econômica, pois, tendo em vista a aceleração da urbanização, havia a necessidade

de formar mão de obra, que, majoritariamente, eram trabalhadores imigrantes ou oriundos das zonas rurais. Esse período perdurou até a crise da dívida externa e a recessão econômica no final da década de 1970.

Na histórica educacional da Venezuela percebe-se o evidente descaso e abandono das instituições oficiais de ensino e a elitização da educação, pois, devido aos escassos recursos e à falta de supervisão e avaliação, os índices de deserção e de repetência escolar aumentaram, assim como também a desqualificação docente, revelando a precariedade do sistema educativo e a descontinuidade dos direcionamentos político-educacionais. Esse cenário agravou-se ainda mais com o acirramento da reprodução do capital na década de 1990, que culminou no destroçamento das políticas sociais e na deterioração do sistema escolar venezuelano, afetando principalmente a população mais pobre (MELO, 2004).

Em termos estatísticos, no início da década de 1990, conforme o caderno governamental *“No Es Poca Cosa: 10 años de logros del Gobierno Bolivariano”*, o investimento do poder público em educação era de aproximadamente 4,0% do PIB (Produto Interno Bruto), e despencou para 2,9% em 1996. Diante dessa situação, é importante relembrar o mandato de Carlos Andrés Pérez Rodríguez, que, em seu último governo, de 1989 a 1993, ano em que sofreu um *impeachment*, revelou uma subordinação às receitas neoliberais, tão extremas que eclodiu o movimento chamado *Caracazo*¹⁹.

Conforme Roberts (2003 apud ZUCK, 2011), houve, nesse período, um progressivo empobrecimento e um aumento das desigualdades sociais. No ano de 1989, mais de 60% da população vivia em condições de pobreza e 29,6% em extrema pobreza (BUXTON, 2003 apud ZUCK, 2011). Tendo em vista esses dados percentuais, cabe a percepção dos avanços da Revolução Bolivariana, pois, de acordo com o caderno governamental *“Logros y Avances del Gobierno Bolivariano – 2011”*, verifica-se que a extrema pobreza na Venezuela passou de 17,1% no segundo semestre de 1998 para 7% em 2011; e o investimento social no período de 1999-2011 cresceu mais de 400% se comparado ao período de 1986-1998.

¹⁹ Levante popular conhecido como *El Caracazo*, teve início em Caracas, em 27 de fevereiro de 1989, devido ao primeiro acordo do governo Pérez com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que levou à degradação das condições de vida da população mediante o aumento do preço da cesta básica, dos combustíveis e do transporte público. O movimento estendeu-se por várias cidades do país e, em 5 de março, o exército foi chamado para colocar fim às manifestações (ZUCK, 2011).

Reconhece-se, então, diante dessas estatísticas de investimento social, que, desde o início do século XXI, a Venezuela tem vivido um processo histórico singular na América Latina, em direção à transformação sócio-político-econômica que visa favorecer as diversas frações da classe popular esquecidas e marginalizadas por uma sociedade enraizada em uma economia petroleira, que, ao longo dos últimos 60 anos, esteve orientada por uma burguesia parasitária do capitalismo rentístico.

De acordo com Maya (2005), a sociedade venezuelana vem vivendo uma mudança movida pela vontade popular, mediante processos eleitorais representativos e plebiscitos, que confirmam uma democracia, nomeada na Constituição deste país, de participativa e protagônica, oposta à hegemonia neoliberal nacional e internacional de antes de 1999. A mudança em processo veio indicando o conteúdo político do Projeto Bolivariano de Hugo Chávez, projeto que vem sendo denominado, desde 2005, de Socialismo do Século XXI, centrado na luta pela equidade social, pela distribuição do poder e por formas distintas de atuação do Estado, tudo isso visando que os recursos governamentais sejam tratados de forma diferente para os que são diferentes.

Salienta-se, com base em Maya (2005), que o novo processo sociopolítico venezuelano iniciado a partir de 1999 se apresenta de uma maneira peculiar, pois significativas mudanças nas relações de poder têm ocorrido por meio de transferência de poder aos movimentos sociais e pela mobilização das classes dominadas, respaldadas pela via democrática, sem que seja necessária a adoção de práticas violentas e/ou autoritárias, comumente utilizadas no decorrer da história daquele país. Nessa direção, cabe considerar, ainda conforme Seabra (2012), que a reforma constitucional que possibilitou a introdução legal do socialismo no país é um feito inédito em toda a história, e que, sobretudo, esse processo apresenta-se como uma ação radical e democrática que busca a promoção de mudanças pacíficas pela via institucional.

Por meio de uma incursão histórica, Maya (2005) traz à tona uma sequência de acontecimentos que, de certa forma, contribuíram para as recentes transformações na sociedade venezuelana, desde a década de 1970, com o advento da hegemonia do capitalismo com sua “face” neoliberal na América Latina.

Desde então, o país padeceu diante da crescente dívida externa e de suas consequências catastróficas, como pobreza extrema e desigualdade social. A partir

de 1980, o aprofundamento da chamada globalização dos mercados agrava ainda mais essa situação, pois desencadeia uma série de políticas de ajustes aos países periféricos, entre eles a Venezuela, com uma reestruturação econômica que se expressa no aumento substancial da exploração e da dominação imperialista.

A respeito dessa constatação, Melo (2004) destaca que a influência neoliberal produziu efeitos nefastos de exclusão social, pois as medidas adotadas pelo liberalismo econômico do Estado centralizador aumentaram ainda mais o índice de pobreza da população, que seguia desassistida pelo poder público e sem condições de acessar a educação. Segundo a mesma fonte, um novo quadro se apresentou “[...] por meio de um processo de redução da aprendizagem e de limitação do acesso da população aos diversos níveis da educação” (MELO, 2004, p. 56).

Não obstante, a situação social acima apresentada também se deve ao fato de que, além de a Venezuela ter uma história econômica marcada pela forte exploração petrolífera, esta, por sua vez, também era mantida sob o controle acionário de grandes corporações internacionais, e associada ao endividamento externo e à recessão econômica. A repercussão desses fatos econômicos gerou corte de gastos em todos os níveis sociais. Em relação a esse contexto, Nacarid, citado por Melo (2004), assevera que

[...] o sistema escolar se desmoronava pelos efeitos devastadores do aumento da pobreza, da diminuição do investimento para a educação, do abandono das instituições oficiais pela escassez de recursos, falta de apoio, supervisão e avaliação e greves. (p. 240).

A partir da década de 1980, o deterioramento do sistema educativo torna-se cada vez mais visível, pois os projetos políticos gestados e a concepção educacional apresentada nesse período revelam a preocupação com ações normativas e a propagação de programas fragmentados de apoio e assistência à educação, além da falta de financiamento e de continuidade dos direcionamentos político-educacionais que impossibilitavam o aumento da cobertura e a melhoria da qualidade educacional. Conforme afirma Melo (2004), é na metade da década de 1990 que ocorre a consolidação do neoliberalismo na Venezuela, pois as reformas estruturais e os planos de estabilização, respectivamente sugeridos pelo Banco Mundial (BM)²⁰ e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)²¹, revestidos de um

²⁰ Entidade especializada da Organização das Nações Unidas (ONU). Embora sejam usualmente utilizadas as expressões Banco Mundial e Banco Internacional para a Reconstrução e

discurso de estabilidade e de crescimento econômico, na realidade resultaram no empobrecimento da população.

O cenário educacional venezuelano exigia uma reorganização do sistema educativo que fosse executada em conformidade com a proposta de “Educação para Todos” e de atendimento às necessidades básicas de aprendizagem difundida pelo BM e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Inspirado nessas orientações internacionais, construiu-se, então, o Plano Decenal de Educação (1993-2003), que tinha como objetivo fazer um levantamento da situação educacional do país para a apresentação de novas propostas. Discutia-se a necessidade de uma educação democrática, que compensasse as lacunas deixadas pela crise econômica no sistema educativo (MELO, 2004).

Neste contexto expressiu-se a necessidade de novos rumos e encaminhamentos políticos, os quais tiveram início a partir da eleição do presidente Hugo Chávez em 1998. Em seu primeiro governo²², o recém-eleito presidente já sinalizava para a necessidade de uma profunda transformação política, econômica, social e cultural da sociedade venezuelana, bem como para a reconfiguração do modelo educativo e de novos delineamentos político-educacionais.

Desenvolvimento (BIRD) como sinônimos, o BM compreende o conjunto de instituições financeiras com diferentes funções que compõem o Banco Mundial (NOGUEIRA, 1999). Esse organismo, criado em 1944, após a Segunda Guerra Mundial, possui sede em Washington (Estados Unidos da América) e atualmente é integrado por 185 países-membros. Segundo seus fundadores, participantes da Conferência de Bretton Woods (1944), o objetivo da instituição seria fornecer apoio econômico para a redução dos índices de pobreza por meio de créditos com baixas taxas de juros às nações em desenvolvimento. Site consultado: <<http://conceito.de/banco-mundial>>. Acesso em: maio 2014.

²¹ Criado em 1944, o Fundo Monetário Internacional (FMI) consiste em um organismo internacional. Conforme seus fundadores, membros da Conferência de Bretton Woods (1944), o objetivo dessa instituição é monitorar e assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro mundial por meio do controle das taxas de câmbio e da balança de pagamentos, mediante assistência técnica e financeira. Site consultado: <<http://www.geomundo.com.br/geografia-30104.htm>>. Acesso em: maio 2014.

²² Chávez foi eleito em 1998 e assumiu a presidência pela primeira vez em 1999. Nesse mesmo ano convoca a Assembleia Nacional Constituinte, para, mediante um *referendum* popular, aprovar uma nova Constituição para o país. Com mais de 70% de aprovação da população venezuelana, foi aprovada em 2000 a nova Carta Magna e, mediante a nova Constituição, foram realizadas novas eleições presidenciais e Chávez foi reeleito. Em 2003, a oposição coleta assinaturas e promove uma consulta popular sobre a permanência de Chávez no poder. O *referendum* ocorre em 2004 e, mais uma vez, o povo votou pela continuação do governo bolivariano. Em 2006, Chávez disputou mais uma vez as eleições presidenciais e venceu, com 62% dos votos, a Manuel Rosales. Em 2012 derrotou Henrique Capriles, com 55% dos votos. Site consultado: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/cronologia-confira-a-trajetoria-politica-de-hugo-chavez-064617.html>>. Acesso em: jun. 2014.

Com a promulgação da Constituição da República Bolivariana da Venezuela em 1999, esse texto constitucional normatiza a refundação do Estado para a construção de uma nova sociedade, mais justa e democrática. Isso está assegurado no artigo 2º dessa Constituição: "[...] Estado democrático y social de Derecho y de Justicia" (VENEZUELA, 1999, p. 1). Entra então em cena a necessidade de formar uma consciência cidadã e que implicou a reestruturação ou alteração do sistema educacional. Diante desse contexto, assinala-se que a Venezuela tem buscado uma transformação substantiva do modelo educativo, já que este, conforme o Currículo Nacional Bolivariano, se encontrava mergulhado em ideais próprios de uma sociedade extremamente excludente (VENEZUELA, 2007a).

Nesse sentido, cabe destacar, por ora, que o movimento político entre governo e oposição resultou em mudanças na política interna do país e no tratamento governamental destinado à educação. Conforme Nogueira; Rizzotto (2009b) e Zuck (2011), entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 ocorreu a greve dos empresários, denominada de "El Paro-Sabotage Petrolero", que tinha como pretensão paralisar a empresa petroleira com a finalidade de provocar outro golpe ao presidente.

Após quase três meses de greve, o governo conseguiu pôr fim à paralisação e assumir o controle da política petroleira do país. A partir desse momento, o governo passa a atuar de forma distinta na área política, econômica e social do país. No campo social, passam a ser implementadas as políticas massivas e inclusivas, chamadas de "missões", financiadas diretamente com recursos advindos da Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA) (NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2009b).

Essa situação evidencia que, ao assumir a presidência em 1999 e democraticamente propor a refundação da república com base nos ideais bolivarianos, Chávez enfrentou obstáculos proporcionais ao seu projeto revolucionário. Salienta-se, assim, que as mudanças que se processam na Venezuela chavista estão permeadas de contradição, haja vista o constante movimento na tessitura social.

Como visto anteriormente, há a elaboração de um novo texto constitucional no qual já é possível perceber mudanças nas orientações e nas definições do novo Estado venezuelano. Essas alterações parecem estar na contrapartida do conceito

de democracia do Estado burguês. A nova República democrática socialista venezuelana orienta-se, então, na tentativa de radicalização da democracia.

Saes (1987) acredita no fundamento de que até mesmo a democracia moderna, ou burguesa, representa uma mudança significativa quanto às democracias pré-burguesas (escravista, feudal, etc.).

Para entender os pontos que diferenciam a democracia gestada pelo Estado venezuelano, no processo denominado de radicalização da democracia, da democracia liberal burguesa, há que se entender o significado do conceito de Estado burguês. Para Saes (1987), um Estado é considerado burguês quando oferece a oportunidade aos homens de praticarem atos individuais e quando não existe qualquer barreira que os impeça de se mobilizarem socialmente (no caso, de sair da classe explorada para a classe exploradora).

O funcionamento do Estado burguês, conforme Saes (1987), também conta com regras específicas que visam disciplinar as relações sociais, de modo a atribuir a todos os homens, independentemente de sua classe social, direitos e deveres para transformá-los em sujeitos individuais com capacidades jurídicas dentro do próprio Estado. Além disso, o Estado burguês possibilita aos indivíduos, novamente em independência de suas classes sociais, trabalharem para sua burocracia, ou seja, seu corpo funcionário assume um sentido de burocratismo, com a hierarquização de competências individuais. Esses aspectos são completamente inexistentes nos Estados pré-burgueses, e são essenciais para que o mercado de trabalho do Estado moderno funcione.

Assim, é preciso que o Estado assuma uma posição mediadora no que diz respeito à reprodução das formas de produções capitalistas. Esse mercado só pode funcionar se o Estado der a oportunidade aos indivíduos de venderem livremente sua mão de obra (SAES, 1987).

A palavra "democracia", por sua vez, tem origem no termo grego antigo *demokratía*, termo composto por *demos* (que significa povo) e *kratos* (que significa poder). Nesse sistema político, o poder é exercido pelo povo através do sufrágio universal.

Segundo Schumpeter (1984 apud FERREIRA, s/d), a teoria clássica define a democracia como "[...] o arranque institucional para se chegar a decisões políticas que realizam o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da

eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo”. Essa concepção considera que o povo tem uma opinião definida e racional sobre todas as questões e que ele objetiva essa opinião escolhendo representantes que zelam para que a mesma seja seguida ou, em outras palavras, pressupõe a existência de um bem ou interesse comum, cujos "executores" e "guardiões" são os políticos eleitos democraticamente.

Ocorre que, conforme afirma Schumpeter (1984 apud FERREIRA, s/d), “[...] não existe algo que seja um bem comum unicamente determinado [...]” e isso implica que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum está condenado a significar diferentes coisas. Com o mesmo pensamento, Bobbio (1986) afirma que ninguém tem condições de definir precisamente o interesse comum ou coletivo, que ninguém tem condições de não confundir interesses de grupo ou particulares com o interesse de todos. Aliás, se houvesse, de fato, um bem comum precisamente determinado, a simples existência de mais de um partido nos regimes democráticos atestaria a divergência de interesses.

Ferreira (s/d) assevera ainda que outra crítica de Schumpeter (1984) atinge diretamente um dos pilares da concepção clássica da democracia: a *soberania popular*. O chamado "governo do povo", para ele, trata-se de uma ficção, pois o que existe, na verdade, é o governo aprovado pelo povo, visto que “[...] o povo como tal nunca pode realmente governar ou dirigir” (SCHUMPETER, 1984, p. 308-309).

Raymond Aron (1966), teoricamente, acredita que a soberania pode residir no povo, mas é uma minoria que a exerce efetivamente. Isso significa que podem existir governos para o povo, porém não podem ser governos pelo povo no caso de sociedades numerosas e complexas.

Tendo em vista a forma e a articulação do Estado e a democracia burguesa, o texto constitucional da República Bolivariana da Venezuela apresenta conceitos e concepções opostas, evidenciando um entendimento e posicionamento contrário aos pressupostos democráticos burgueses.

Acerca disso, mais precisamente no artigo 5º, indica-se quais são os fundamentos ideológicos do novo Estado a respeito do conceito de "democracia", conceito esse agora ligado à soberania popular, isto é, consistindo em delegar o poder àqueles de quem nunca deveria ter sido retirado, o povo:

La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público. Los órganos del Estado emanan de la soberanía popular y a ella están sometidos. (VENEZUELA, 1999, p. 2).

Há, portanto, uma nova concepção de Estado em paralelo com a democracia representativa burguesa e de seus pressupostos de igualdade e direito, visto que o poder emana do povo e para o povo, com ampla participação democrática nos processos decisórios. Isso, nas palavras de Nogueira e Rizzotto, foi formulado assim:

A formatação jurídico-política do Estado venezuelano, expressa na Constituição em vigor, elaborada e confirmada em referendo aprobatorio em 1999, pressupõe que esse Estado não está restrito à formatação da democracia representativa formal, mas se amplia para um Estado democrático e participativo. Há elementos claros no plano legal que indicam essas mudanças. Na área da Educação, observa-se esse mesmo processo, mediatizado pelas políticas de educação escolar em todos os níveis de ensino, o que faz emergir um novo contrato educativo, igualitarista, em colisão com o projeto neoliberal dos anos 1980 e 1990. (NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2009a, p. 107).

Nessa direção, o Estado venezuelano estabelece, no capítulo IV da Constituição, que os direitos políticos e os referendos populares são os meios disponíveis para a participação e o protagonismo do povo no exercício da soberania, a saber:

Artículo 70. Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocatoria del mandato, las iniciativas legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros; y en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad. (VENEZUELA, 1999, p. 14).

Ainda sobre a categoria democracia, Zuck (2011) assinala que há uma radicalização da democracia no referido país, radicalização decorrente da incorporação de novos mecanismos de participação popular, isso seguido da melhora nas condições de vida da população. Conforme a autora, esse seria um dos indicativos de que há um novo projeto de vida e de sociedade em curso na Venezuela. Mesmo assim, no entanto, acerca do processo de radicalização da democracia, Seabra (2012) adverte para o fato de que o estabelecimento do

socialismo, enquanto orientação estratégica do movimento revolucionário para a manutenção de tarefas incompletas de radicalização da democracia, apresenta-se como um entrave para a sobrevivência do processo em curso, pois, conforme o autor, embora se possa constatar melhora no acesso a determinados serviços, como na produção alimentar e na organização de espaços de participação popular através dos Conselhos Comunitários, o formalismo democrático e o rentismo petrolífero permanecem marcantes na sociedade venezuelana. Nesse sentido, Seabra (2012) afirma que, apesar de a revolução avançar de forma redistributiva dos recursos provenientes da indústria petrolífera entre as classes populares, ao mesmo tempo tem reforçado a acumulação de capital de determinadas frações capitalistas.

Subentende-se, dessa forma, que, apesar do risco subjacente ao processo revolucionário, visto que se trata de um período de transição, de acordo com o pressuposto da radicalização da democracia assegurado por Zuck (2011), o projeto venezuelano rumo à construção da pátria socialista traz consigo, indubitavelmente, uma nova possibilidade histórica no processo de luta do proletariado pela supressão do poder burguês.

No referido país emergiram as condições políticas e econômicas necessárias para a tentativa de uma espécie de "implosão endógena" do Estado, isto é, de "explodir por dentro" o constitucionalismo burguês e sua concepção de democracia. Agrega-se, assim, ao recente contexto dessa nação, um novo condicionante/determinante histórico, que marcadamente distingue a luta socialista do século XXI das ocorridas nos séculos passados. Como já afirmado por Maya (2005), o caminho venezuelano para a transformação social não se baseia mais na luta violenta, mas, sim, na adoção de novos mecanismos de representação democrática.

Sendo assim, há que se destacar que o movimento em curso nesse Estado-nação sinaliza para outra forma de instituição e constituição de democracia, não mais pela derrubada violenta do aparelho opressor e instauração da ditadura do proletariado, mas, pela autodestruição gradativa do Estado burguês por meio da incorporação de instrumentos legítimos que descaracterizam cada vez mais seu inerente aspecto classista. Esses elementos, por sua vez, compõem e, precipuamente, atribuem originalidade ao Socialismo do Século XXI, pois é nessa dialética que o projeto revolucionário foi tomando "corpo" e ganhando "forma".

Diante desse pressuposto, a democracia participativa e protagônica, confirmada constitucionalmente na Venezuela, representa o tencionamento da tradicional democracia burguesa, ao passo que a leva ao extremo, abrindo espaços para outra acepção de Estado e poder democrático (ZUCK, 2011). No limite, essa nova configuração estatal coloca em "xeque" os ideais de igualdade e democracia que compõem e legitimam o Estado burguês. Tendo em vista esse entendimento, a democracia participativa popular consiste em mais uma faceta no processo de produção do Socialismo do Século XXI (ZUCK, 2011). A autora afirma ainda que "[...] o socialismo bolivariano é a proposta da Venezuela de construção do poder popular socialista, de socializar o poder em todos os seus âmbitos" (ZUCK, 2011, p. 165).

A Democracia Protagônica Revolucionária, inscrita no 1º Plano Socialista da Nação e na Constituição como Democracia participativa e protagônica, faz-se então um importante instrumento de transformação na forma de atuação de um Estado que se apresenta legitimadamente como democrático e social, de direito e de justiça. Assim, "La democracia protagónica revolucionaria es la expresión genuina y auténtica de la verdadera democracia" (VENEZUELA, 2007b, p. 13), sobretudo representa uma nova fase no processo de construção e de consolidação da Revolução Bolivariana, a qual pretende uma nova organização social orientada para o fortalecimento do poder coletivo, assim como da independência e liberdade que emanam do indivíduo (VENEZUELA, 2007b).

Essa concepção democrática, que nasce imbricada à nova estrutura jurídico-política do Estado venezuelano, precisa ser assimilada enquanto parte integrante e de fundamental importância no desenvolvimento do projeto societário socialista. Para isso se faz necessário o estabelecimento de outra consciência social e totalmente desvinculada da ideologia hegemônica liberal. Acerca disso, Mészáros (2008) assevera que os seres humanos devem mudar "[...] completamente as condições da sua existência industrial e política e, conseqüentemente, toda a sua maneira de ser" (p. 59).

Nessa direção,

Es necesario que los individuos se organicen para lograr las ventajas que otorga la asociación cooperativa, es decir, transformar su debilidad individual en fuerza colectiva, teniendo en cuenta que el establecimiento de la organización no implicará menoscabo de la

independencia, autonomía, libertad y poder originario del individuo (VENEZUELA, 2007b, p. 13).

Pois,

La democracia participativa es la soberanía popular la cual se hace tangible en el ejercicio de la voluntad general, la cual no puede enajenarse nunca, y el soberano, que no es sino un ser colectivo, no puede ser presentado más que por sí mismo: el poder puede ser transmitido pero no la voluntad. La consecuencia es lógica: si la soberanía reside en el pueblo y éste acepta obedecer a un poder distinto, por ese mismo acto se disuelve como pueblo y renuncia a su soberanía (VENEZUELA, 2007b, p. 14).

Para assegurar o efetivo exercício da Democracia Protagônica Revolucionária proposta pelo documento "Proyecto Nacional Simón Bolívar - Primer Plan Socialista - Desarrollo Economico y Social de la nación (2007-2013)", a Assembleia Nacional decretou, em 2010, a Lei Orgânica do Poder Popular, cujo objetivo central reside no desenvolvimento e na consolidação do poder popular, assim como também no estabelecimento das condições objetivas e de meios para a sua real concretização. Essa Lei Orgânica visa garantir o pleno direito à participação popular, protagônica e democrática, além da constituição de formas de autogovernos comunitários e comunais, para que a população exerça diretamente o poder (VENEZUELA, 2010).

Assim, essa lei orgânica de 2010 define, em seu artigo 2º, que "El Poder Popular es el ejercicio pleno de la soberanía por parte del pueblo en lo político, económico, social, cultural, ambiental, internacional, y en todo ámbito del desenvolvimiento y desarrollo de la sociedad, a través de sus diversas y disímiles formas de organización [...]" (VENEZUELA, 2010). O texto legal dessa lei, no referente à sua aplicação e finalidade, aponta ainda para a confirmação de outro pressuposto do Estado socialista, por sua vez já disposto no artigo nº 103 da Carta Magna de 1999, e no artigo nº 5 da Lei Orgânica de Educação de 2009, tratando-se do princípio da "igualdade de condições e oportunidades".

A Lei Orgânica do Poder Popular estabelece, em seu artigo 4º, que:

El Poder Popular tiene por finalidad garantizar la vida y el bienestar social del pueblo, mediante la creación de mecanismos para su desarrollo social y espiritual, procurando la *igualdad de condiciones* [grifo nosso] para que todos y todas desarrollen libremente su personalidad, dirijan su destino, disfruten los derechos humanos y alcancen la suprema felicidad social; sin discriminaciones por motivos de origen étnico, religioso, condición social, sexo, orientación sexual, identidad y expresión de género, idioma, opinión política, nacionalidad u origen, edad, posición económica, condición de

discapacidad o cualquier otra circunstancia personal, jurídica o social, que tenga por resultado anular o menoscabar el reconocimiento, goce o ejercicio de los derechos humanos y garantías constitucionales. (VENEZUELA, 2010).

Essa nova ferramenta jurídica merece — cabe aqui afirmar — ser compreendida dentro da amplitude que a envolve. Isso significa que a incorporação da palavra "condições", em si, já remete a uma forma distinta de entendimento da tessitura social e, inclusive, expressa a contraposição da propalada "igualdade de oportunidades" extensamente disseminada pelo liberalismo econômico desde o século XVIII. O pensamento social que, a partir de então, começa a ser delineado e legitimado pela via legal, reconhece a falácia da igualação de oportunidades, ao passo que evidencia a necessidade de justiça, pois, se todos têm as mesmas oportunidades, no entanto não possuem as mesmas condições de acessá-las. Segue-se que, então, não há justiça social, tampouco democracia socialista.

Na mesma direção, cabe destacar a importância que têm assumido, nessa conjuntura, os chamados "Conselhos Comunais"²³, definidos conforme a Lei Orgânica dos Conselhos Comunais (Lei nº 39.335/2009), como instâncias efetivas de participação, articulação e, precipuamente, de integração entre os cidadãos que compõem as diversas organizações comunitárias, bem como movimentos sociais e populares. A partir desse mecanismo, o povo, enquanto coletivo organizado, exerce o governo comunitário na medida em que gestiona diretamente projetos e políticas públicas correspondentes às aspirações e às necessidades da própria comunidade (LATINA - editorial, 2012).

O objetivo central da criação dos Conselhos Comunais na Venezuela é a planificação da gestão do público com a comunidade, de acordo com o que se preconiza no artigo 158º da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, artigo que trata da descentralização. No ano de 2012 havia, na Venezuela, aproximadamente 44 mil Conselhos Comunais.

Esses conselhos representam uma política de fortalecimento do poder popular. Do mesmo modo, o protagonismo que envolve a organização comunal remete ao exercício da democracia plena. Ressalva-se, contudo, que o estabelecimento dos conselhos não implica a ausência do Estado ou delegação de responsabilidades deste ao povo. Pelo contrário, o aparato estatal provê recursos e

²³ Acerca dos Conselhos Comunais, consultar: Seabra (2012).

acompanhamento pedagógico e técnico, além de reger leis específicas de controle social (LATINA - editorial, 2012).

Conforme o texto oficial, esse marco constitucional aproxima e organiza o povo para o desenvolvimento da soberania e, mormente, contribui para a construção das bases sociais e políticas da nova sociedade socialista:

Artículo 2. Los consejos comunales, en el marco constitucional de la democracia participativa y protagónica, son instancias de participación, articulación e integración entre los ciudadanos, ciudadanas y las diversas organizaciones comunitarias, movimientos sociales y populares, que permiten al pueblo organizado ejercer el gobierno comunitario y la gestión directa de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades, potencialidades y aspiraciones de las comunidades, en la construcción del nuevo modelo de sociedad socialista de igualdad, equidad y justicia social. (VENEZUELA, 2009a).

Essas leis, que legitimam a necessidade da ampla e efetiva participação/gestão popular, evidenciam que, naquele país, há um processo político diferenciado na forma de organização e de articulação do poder. A existência dos Conselhos Comunais, aliada à lei referente ao poder popular, revela que, para o exercício da plena democracia, quando se pretende uma organização societária socialista, é importante que o "fazer" democrático supere o plano ideológico do discurso, da representatividade unicamente pelo voto, e isso implica a desconstrução do ideário democrático liberal para a incorporação da Democracia Protagônica Revolucionária, que não se restringe ao discurso de "inclusão" e à participação social, mas apresenta legalmente os meios para a sua consolidação. Esse movimento possibilita o entendimento de que ocorre, então, a distribuição em detrimento da hierarquização do poder, pois, se o povo é o soberano, logo, o aparelho Estatal torna-se-ia subordinado e condicionado a ele. Salienta-se, nesse processo, o estabelecimento do poder de baixo para cima.

Para afirmar, senão assegurar o projeto de transição em direção à construção do socialismo, cabe destacar, de acordo com esse propósito, a chamada Lei Habilitante²⁴. Assim, a Constituição de 1999, em seu artigo nº 203, versa sobre a formação das leis:

²⁴ A respeito dessa lei cabe mencionar que ela existe desde 1961. Em linhas gerais, o antigo Congresso venezuelano aprovou seis leis habilitantes, que originaram cerca de 172 decretos que tinham como finalidade a manutenção do Estado Capitalista. Em contrapartida, desde 1999 foram aprovadas 160 leis habilitantes marcadamente de aspecto socialista, com vistas à transformação

Son leyes habilitantes las sancionadas por la Asamblea Nacional por las tres quintas partes de sus integrantes, a fin de establecer las directrices, propósitos y marco de las materias que se delegan al Presidente o Presidenta de la República, con rango y valor de ley. Las leyes habilitantes deben fijar el plazo de su ejercicio. (VENEZUELA, 1999, p. 55).

A Lei Habilitante compreende uma delegação legislativa que possibilita ao presidente da república o estabelecimento de decretos em temas e prazos determinados pela Assembleia Nacional. Cabe, na ocasião, mencionar que essa ferramenta jurídica, que permite ao poder executivo nacional ditar decretos na força da lei, não se trata de uma novidade dos governos Chávez, pois, por sua vez, essa política já integra os preceitos constitucionais na América Latina desde o século XX, sobretudo na Venezuela (CABEZAS, 2010).

Outrossim, o autor argumenta que essa possibilidade legislativa apareceu pela primeira vez ainda em 1925, no artigo nº 45 da Constituição chilena. De igual maneira, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a contempla em seu artigo nº 68, e a República do México, no artigo nº 131. Desde a reforma constitucional de 1951 ficou estabelecida, nas nações democráticas, essa medida legislativa em aspectos econômicos (CABEZAS, 2010).

Especificamente na história política venezuelana, a experiência da Lei Habilitante remonta à Constituição de 1945 que, em seu artigo nº 78, autorizava ao presidente da república o exercício dessa faculdade legislativa para assegurar a proteção do setor econômico do país. Esse posicionamento constitucional foi ratificado também no artigo nº 162 da constituição de 1947.

Posteriormente, a Constituição de 1961 permitiu, em seu artigo nº 190, que o presidente da república pudesse decretar medidas extraordinárias em matéria econômica quando necessário ao interesse público. Com efeito, Rómulo Betancourt, na época presidente, usou desse artifício para aprovar a chamada "Lei de medidas econômicas de urgência", prejudicando a classe trabalhadora, pois, entre outras disposições, permitiu o congelamento da contratação coletiva de trabalhadores e dos salários do setor público por um ano (CABEZAS, 2010).

Com o advento da Revolução Bolivariana, mais uma vez afirmou-se, na história constitucional da Venezuela, a utilização da Lei Habilitante, pois ela foi

acionada nos governos Chávez por quatro vezes entre 1999 e 2010, com a finalidade de diminuir o lucro das empresas estrangeiras e de controlar a variação cambial por meio de um decreto que impunha a nacionalização do setor petrolífero. Mediante a Lei Habilitante, que, após a nova Constituição, permite a interferência nos demais setores do país, e não somente em assuntos financeiros, Chávez também reformou a organização das Forças Armadas e promoveu políticas de atendimento à população desabrigada pelas fortes chuvas que atingiram o país.

Cabezas (2010) assevera também que essa habilitação constitucional não deveria ser satanizada política e juridicamente, pois, independentemente do debate referente ao governo bolivariano, essa forma de delegação legislativa faz parte do constitucionalismo latino-americano.

Assim, tendo visto a forma como foi se conduzindo o processo político venezuelano e, particularmente, a maneira como o governo bolivariano tem gestado o Estado, por meio da incorporação legal de novos instrumentos democráticos, é importante considerar que as mudanças que compõem esse momento histórico vivido pelo país estão relacionadas a uma determinada estrutura produtiva. Por isso devem ser compreendidas na amplitude que as envolve. Da mesma forma, o sistema educacional não pode ser apreendido de maneira isolada, pois se encontra intrinsecamente ligado ao conjunto social.

Nesse panorama de mudanças jurídico-políticas se faz necessária também a reorganização do sistema escolar venezuelano, sistema esse profundamente sucateado e abandonado política e pedagogicamente para o conjunto da população pobre. Há, contudo, que se colocar que a análise da história recente do país tem demonstrado que as transformações que ocorreram no sistema educacional estão imbricadas e condicionadas a um processo político, econômico e social mais abrangente.

Nesse sentido, a ruptura com o modelo econômico e social que produziu a completa degradação do país, e que atingiu, sobretudo, a educação, é que parece indicar a emergência de uma nova fase educacional, de acordo e proporcionalmente ao projeto societário de construção do Socialismo do Século XXI.

2.2 A Educação Bolivariana: trajetória e aspectos legais a partir dos governos Chávez

A educação escolar venezuelana anterior aos governos Chávez, como apontado acima, foi marcada por reformas neoliberais que resultaram na deterioração do sistema educacional e na degradação das condições de vida da população pobre.

Com o início da Revolução Bolivariana, que remete e resgata os ideais de Simón Bolívar - o Libertador (NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2009a), há necessidade de se construir outra base política, econômica e cultural no país. Conforme essa orientação, a educação passa a ser pensada a partir do e para o estabelecimento de uma nova organização social. Assim, entendendo que, no campo educacional, as mudanças vão acontecendo concomitantemente com as transformações políticas e econômicas, de acordo com o ideal bolivariano disseminado pelas instituições nos governos Chávez, o sistema educacional necessita de uma alteração profunda caso queira servir para formar o novo cidadão venezuelano.

Para que esse projeto se efetivasse, o governo bolivariano estabeleceu, por meio de dispositivos constitucionais, que a educação escolar fosse assegurada como direito de todos e como prioridade e dever do poder público para o crescimento e o fortalecimento do Estado, por meio da elaboração dos seguintes documentos: (i) Escolas Bolivarianas: avanço qualitativo do projeto de 2004, (ii) Sistema Educativo Bolivariano (SEB) de 2007, (iii) Currículo Nacional Bolivariano (CNB) de 2007 e (iv) a Lei Orgânica de Educação (LOE) de 2009.

Anteriormente à elaboração desses documentos, ainda em 1999, no início do governo bolivariano, a educação recebeu um importante papel no processo de construção do novo projeto societário venezuelano. Esse papel, posteriormente, foi reafirmado nos documentos oficiais acima elencados, que estabeleceram a educação como um elemento fundamental para o pleno desenvolvimento nacional.

Em termos legais, o Decreto Ministerial referente a Resolução nº 179, de 15 de setembro e oficializa a existência das escolas bolivarianas, a princípio em caráter experimental por um período de três anos, sinalizando para o começo de significativas transformações no campo educacional.

Tendo em vista o histórico educacional do país, a Educação Bolivariana emerge como uma estratégia, um "projeto bandeira" da nova administração,

protagonista do momento de transição, para a superação do desastroso passado educativo (JÁUREGUI, 2006).

De acordo com Jáuregui (2006), as escolas bolivarianas propostas pelo governo visam "[...] mejorar la calidad pedagógica, la promoción de la cultura bolivariana, el deporte, la atención alimenticia, salud y recreación y principalmente, de ampliar la jornada escolar en un turno adicional" (p. 27). Depois, reconhecido o esforço do novo governo no audacioso projeto educacional, o autor pondera ainda que, apesar da extensa propaganda acerca da educação bolivariana, no momento esta parece ainda ser uma conversão do que já propunha a antiga Lei Orgânica de Educação em 1980 em relação às escolas integrais recomendadas pelo movimento da Escola Nova.

A partir de outra perspectiva acerca desse entendimento, é válido argumentar ainda que o projeto educativo bolivariano se articula a um projeto de transformação política e social mais amplo e, por isso, aparenta não se tratar apenas de uma nova denominação que pretende substituir as chamadas escolas integrais, uma vez que o sistema educacional bolivariano recebe um novo embasamento conceitual, assim como outra dinâmica societária e do Estado que vincula a educação escolar às mudanças em curso, atribuindo-lhe as tarefas de educar os estudantes em todas as suas dimensões e formá-lo política e ideologicamente — como é o papel de educação em todos os governos, independentemente de sua colocação político-ideológica. Conforme a resolução supracitada, que marca o início de uma educação pensada com base nos princípios bolivarianos, "[...] los centros educativos deben ser expresión de la participación comunitaria en el proceso de transformación social del Estado Venezolano" (VENEZUELA apud JÁUREGUI, 2006, p. 27).

Essa resolução apresenta ainda novas considerações acerca da instituição e do ambiente escolar. Conforme aponta o documento, a escola se constitui, a partir de então, em um espaço de criação onde os valores éticos, ecológicos, morais, estéticos e vinculados à vida e ao pensamento de Simón Bolívar se tornam aspectos fundamentais na vivência coletiva. Nesse intuito, a educação integral projetada pelo governo bolivariano, e que deve ser ofertada nos centros educativos, pretende:

[...] ofrecer un ambiente que sea realmente propicio y que brinden amplias oportunidades educativas en las áreas sociales, culturales, de salud, deporte, recreación, arte, oficios, nutrición, entre otras, tanto para los educandos como para el entorno social, bajo la

premissa de una educación gratuita y de calidad para todos. (VENEZUELA apud JÁUREGUI, 2006, p. 27).

Após a promulgação da Resolução nº 179 em 1999, o Estado venezuelano apresenta em 2003 um novo delineamento do sistema de educação escolar, desta vez baseado em “Um novo mapa estratégico da Educação Bolivariana” (ZUCK, 2009, p. 2) e visando à formação de uma nova consciência social para a construção de uma nova sociedade, assegurando a todos o direito de justiça e equidade, conforme disposto na Constituição.

Dá-se, então, no ano seguinte, a elaboração do documento “Escuelas Bolivarianas: avance cualitativo del proyecto”. Esse documento apresenta e justifica a emergência da Educação Bolivariana diante do contexto de transição vivido pelo país. Notadamente, a conjuntura social produzida pelo novo governo impelia a necessidade de alteração do sistema educacional venezuelano, visto que a educação está sempre voltada para uma determinada concepção de homem e de sociedade.

Nessa direção, o documento supramencionado revela que a educação bolivariana traz, em seu cerne, o enaltecimento do que há de melhor na tradição latino-americana, o que não significa “viver” do passado, mas conhecê-lo a partir de uma perspectiva histórica de transformação que possibilite a tomada de decisões frente aos problemas atuais, pois “El reencuentro con la idea Bolivariana corresponde a la escuela que conlleva, en Primer Lugar, la idea de cambio, de ruptura, de persistencia y de reflexión” (VENEZUELA, 2004, p. 9-10). O documento venezuelano sobre a educação bolivariana ainda salienta que

[...] asumir la nueva escuela venezolana como escuela bolivariana significa que no podemos quedarnos en el discurso educativo. El compromiso tiene que traducirse en las aulas, en una práctica pedagógica abierta, reflexiva y constructiva. Igualmente, en una relación amplia con la comunidad, signada por la participación auténtica y en un cambio efectivo del sistema escolar, sus concepciones, procedimientos y estilos, acordes con el propósito de construir una nueva ciudadanía. (VENEZUELA, 2004, p. 11).

Em conformidade com o ideário bolivariano de mudança efetiva do sistema escolar, em agosto de 2007 foi lançado inicialmente o documento “Sistema Educativo Bolivariano (SEB)”, resultado de ampla discussão coletiva que ocorreu entre os anos de 2002 e 2007 e que, para a sua elaboração, contou com a

participação de docentes, especialistas, instituições e organizações, além da comunidade escolar local e regional de diversos Estados (VENEZUELA, 2007c).

Posteriormente a essa versão preliminar, então se lançou o documento final, agora denominado de "Currículo Nacional Bolivariano - Diseño Curricular del Sistema Educativo Bolivariano", publicado oficialmente em setembro do mesmo ano. Nesses dois documentos são contemplados aspectos que caracterizam a educação bolivariana, ou seja, seus fundamentos filosóficos, sociológicos, epistemológicos e pedagógicos, além de sua estruturação e organização. Sobretudo, convém salientar que esses documentos, além de traçarem um caminho em direção à consolidação de uma nova educação, também visam dar respostas concretas aos processos de ensino-aprendizagem para atender às necessidades e aos interesses da nova organização social do país (VENEZUELA, 2007b).

As orientações presentes nesses documentos norteadores do novo sistema educativo, além de afirmarem o momento de profundas transformações vivido pelo país, assinalam, sobretudo, a importância que a educação tem no processo de refundação da república, pois "La educación, concebida como un proceso indisolublemente ligado a las fuerzas que impulsan el crecimiento cualitativo y el desarrollo del país, alcanza un valor estratégico de vital importancia" (VENEZUELA, 2007c, p. 2).

Nesse intuito, o sistema educacional do país acompanha o movimento de transição em direção à construção do novo Estado socialista:

El SEB requiere su consolidación, solicitada desde el proceso de transición hacia el socialismo del siglo XXI y que apuesta a la construcción de un diseño curricular que dé respuestas y concrete los procesos de enseñanza y aprendizaje acordes con las necesidades e intereses de la nueva sociedad revolucionaria. (VENEZUELA, 2007c, p. 2).

Da mesma forma,

Tiene como función fundamental el desarrollo de los servicios educativos basados en los preceptos de la Educación Bolivariana, que se concibe como un proceso histórico-social, integral, permanente, continuo, sustentado en una ética enraizada en el pensamiento bolivariano, robinsoniano, zamorano y el humanismo social para la comprensión de las necesidades sociales que garantiza una acción creativa y transformadora, promueve la construcción del conocimiento, la valoración del trabajo y la formación de la ciudadanía para la participación activa, solidaria, consciente y protagónica en los procesos de transformación

individual y social hacia la construcción del socialismo del siglo XXI.
(VENEZUELA, 2007c, p. 2).

Esses pressupostos também são assegurados no Currículo Nacional Bolivariano, currículo que, já na sua apresentação, revela a finalidade de sua elaboração, qual seja a de "[...] generar las transformaciones que Venezuela necesita y se convierta nuestro país en ejemplo para el mundo" (VENEZUELA, 2007a, p. 8).

Diante dessa grande aspiração, o currículo venezuelano, na busca pela produção de uma prática pedagógica autêntica e condizente com a atual situação do país, fundamentou-se nos ideais de diversos pensadores venezuelanos, como: Simón Rodríguez, Francisco de Miranda, Simón Bolívar, Ezequiel Zamora, Luis Beltrán Prieto Figueroa e Belén Sanjuán, além de pedagogos e pedagogas de toda a América Latina.

Os ideais e as orientações desses personagens históricos apontam para a necessidade de uma reformulação no sistema educacional, para que propicie a formação do novo cidadão venezuelano em consonância com o que é proposto pela Constituição venezuelana e que se consubstancia na Lei Orgânica de Educação de 2009, visando a "[...] la democracia participativa y protagónica, la responsabilidad social, la igualdad entre todos los ciudadanos y ciudadanas sin discriminaciones de ninguna índole" (VENEZUELA, 2009, p. 1).

Conforme o Currículo Nacional Bolivariano, havia a necessidade de uma revisão na forma de execução das políticas educacionais do país, tendo em vista que a última reforma curricular, realizada no ano de 1997, não contemplou todos os aspectos sociais e educacionais dos quais carecia o povo venezuelano. Ademais, essa reforma fortaleceu ainda mais valores próprios do sistema capitalista, como: individualismo, egoísmo, intolerância, competição e consumismo desenfreado, resultando na privatização da educação e na negligência do direito à educação dos povos indígenas e da população empobrecida. Além disso, evidenciava a existência de um sistema educativo descontextualizado, com fragmentação do conhecimento, que jamais poderia atender ao delineamento político-social proposto pelo Estado liderado por Hugo Chávez (VENEZUELA, 2007a).

Tendo presente esses elementos, o Estado venezuelano elaborou e implementou uma série de políticas educacionais que, de certa forma, respondessem ao modelo político-social em andamento no país. Isso significa que

as políticas públicas gestadas no campo educacional devem assegurar "[...] la inclusión, permanencia, prosecución y culminación de los estudios en todos los niveles educativos; lo cual implica avanzar hacia una educación emancipadora, liberadora y dignificante, en el marco de los principios constitucionales" (VENEZUELA, 2007a, p. 12).

Nessa direção, é válido ressaltar que, com a promulgação da Constituição Nacional da República Bolivariana da Venezuela, em 1999, muitos dispositivos constitucionais permitiram que os governos Chávez pudessem definir e implantar políticas orientadas para mudanças econômicas, políticas, culturais e educacionais naquele país. Os avanços nas áreas sociais e econômicas somente foram possíveis em razão da organização de uma estrutura jurídico-política que definiu uma nova concepção de Estado, orientado para a consolidação de um "[...] Estado democrático e social de direito e de justiça" (VENEZUELA, 1999, p. 1), que visa a garantia de políticas educacionais inclusivas e massivas.

Com essa finalidade, o Estado bolivariano gestou duas grandes estratégias educacionais para contemplar toda a sociedade venezuelana, garantindo, assim, o acesso e a inclusão de todos os grupos sociais. Tais estratégias se materializaram nos projetos Simoncitos, Escuelas Bolivarianas, Liceos Bolivarianos, Escuelas Técnicas Robinsonianas, Educación Intercultural Bilingüe, e também no programa denominado de "Misiones Educativas", composto pelas Missões Robinson I e II para alfabetização e escolarização primária, Missão Ribas para escolarização secundária e Missão Sucre para a educação universitária. Este programa efetivou-se como uma alternativa para garantir o acesso escolar a toda a população venezuelana, inclusive às pessoas que estavam fora da idade escolar.

Com a implantação da Educação Bolivariana e do Sistema Nacional Inclusivo de Missões, Nogueira e Rizzotto (2009a) ressaltam que

[...] o governo Chávez iniciou um processo de criação de condições infra-estruturais em todos os setores da economia e também nos setores sociais. No setor da educação escolar, instituiu o Sistema de Educação Bolivariano, que deverá substituir o sistema regular ainda em vigência gradativamente, associado às missões educativas, programas experimentais que visam a incluir os excluídos do sistema escolar tradicional, em todos os níveis de ensino (p. 110).

Dessa forma, entende-se que

As missões educativas apresentam-se como estratégias de educação que combatem a exclusão das pessoas alijadas historicamente dos diversos níveis de escolaridades por falta de condições de acesso, resultado da precária distribuição de renda e da concentração, nas mãos de poucos, da renda petroleira. (NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2009a, p. 111).

Luzzani (2008) destaca que, em 2003, contando com o apoio de Fidel Castro, Chávez lançou as missões educativas com três objetivos estratégicos de caráter político, ideológico e social. De acordo com a autora, Chávez almejou acabar com a exclusão social que assolava 80% dos venezuelanos e, assim, também fortalecer o respaldo popular em relação ao seu governo, para seguir com a ideologia e as mudanças da sua Revolução Bolivariana. No entendimento de Flores (2010),

Las Misiones Bolivarianas, aunque inspiradas por las luchas de otros pueblos como las de la hermana nación cubana, no obstante son esfuerzos autóctonos que se desarrollan acuerdo a la realidad venezolana. Las Misiones Bolivarianas constituyen el método venezolano de combatir la miseria, la pobreza, la exclusión y la marginalización de la sociedad por parte de un modelo particular de estado que no es nada autóctono. (p. 21).

Diante dos novos rumos que têm tomado as políticas educacionais na Venezuela, Flores (2010) assevera que o processo venezuelano aponta para um modelo revolucionário de gestar e implementar políticas públicas. Dessa forma, “Las misiones representan el mayor esfuerzo público que haya conocido la nación para enfrentar corresponsablemente las necesidades del pueblo venezolano” (FLORES, 2010, p. 4).

Em relação ao sistema regular da Educação Bolivariana, este se estrutura, conforme o artigo nº 25 da Lei Orgânica de Educação de 2009, da seguinte forma: Subsistema de Educação Básica, composto pelos níveis de educação inicial, educação primária e educação média.

O nível de educação inicial compreende duas etapas, o maternal e o pré-escolar, ambas destinadas à educação de crianças entre 0 e 6 anos de idade. O nível de educação primária compreende seis anos de duração e conduz à obtenção do certificado de conclusão da educação primária. Já o nível de educação média oferece duas opções: a educação média geral, com duração de cinco anos, de primeiro a quinto ano, e a educação média técnica, com seis anos de duração, de primeiro a sexto ano, em que ambas as opções conduzem à obtenção do certificado correspondente (VENEZUELA, 2009).

Cabe mencionar que, embora a Resolução de 1999 tenha estabelecido o funcionamento da Educação Bolivariana em caráter experimental, foi somente a partir de 2009, com a aprovação da Lei Orgânica de Educação - LOE, que esse sistema educacional se consolidou juridicamente. Também é importante fazer menção ao fato de que tanto o Subsistema de Educação Básica quanto o de Educação Universitária, que compreende os níveis de graduação e de pós-graduação, ainda não foram regulamentados nas leis especiais, responsáveis por definir a duração, os requisitos, certificados e títulos de todos os níveis.

Entende-se que, diante das mudanças sociais em curso no país, se impôs a necessidade histórica de reconfiguração do sistema educativo. Por isso, em 2009 é sancionada a Lei Orgânica de Educação (LOE), que estabelece as diretrizes da educação nacional de acordo com os ideais bolivarianos, e a educação como direito indeclinável e de máximo interesse do Estado:

La presente Ley tiene por objeto desarrollar los principios y valores rectores, derechos, garantías y deberes en educación, que asume el Estado como función indeclinable y de máximo interés, de acuerdo con los principios constitucionales y orientada por valores éticos humanistas para La transformación social [...]. (VENEZUELA, 2009, p. 01).

De acordo com a LOE (2009), a educação é um direito humano e também um dever social, e deve orientar-se para o desenvolvimento do potencial de cada ser humano, devendo centrar-se na criação, transmissão, apreciação das diversas manifestações e valores culturais, para que, dessa maneira, seja possível assumir e transformar a realidade (VENEZUELA, 2009).

Com base nesse documento, a educação é garantida como dever indeclinável e de máximo interesse do Estado, portanto de interesse de toda a sociedade, cabendo ao Estado assegurar a todos os venezuelanos a igualdade de condições e oportunidades, negando, com isso, uma educação dual e excludente. Diante desse aspecto, é importante que o Estado não garanta apenas os marcos legais, mas, sim, “[...] se comprometa a cumprir con su papel de creador de las condiciones para que sea realidad una educación de calidad para todos” (VENEZUELA, 2004, p. 13).

Para que isso efetivamente aconteça, o Estado, mediante a Constituição, determina que todos os cidadãos tenham direito a uma educação plena, integral, permanente, contínua e de qualidade, e estabelece a gratuidade absoluta nas

instituições educacionais públicas, até a educação universitária (VENEZUELA, 2009), garantindo, com isso, não só a inclusão, mas também a permanência das pessoas no sistema educacional. Outra medida que busca garantir a permanência e a qualidade educativa refere-se à implantação da escola bolivariana com jornada escolar integral e proposta pedagógica específica, além da incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação ao processo educativo, visando à formação crítica e reflexiva dos estudantes com efetiva participação social. O poder público assume, ainda, o dever de zelar pela qualidade da infraestrutura das instituições oficiais de ensino e construção de novas unidades escolares, além de aumentar o tempo de permanência dos sujeitos nas instituições de ensino. Acerca desses aspectos é importante considerar que:

[...] os venezuelanos estejam na escola por tempo cada vez mais prolongado da sua vida: a Constituição de 1961 impunha a escolaridade obrigatória de 6 anos, no mínimo; a Lei Orgânica de 1980 estabelecia para 9 anos; o regulamento dessa lei, em 1986, aumenta um ano de escolaridade no pré-escolar; a Constituição de 1999 amplia a obrigatoriedade dos indivíduos e do Estado para 17 ou 18 anos [...]. (ZUCK; NOGUEIRA, 2008, p. 3).

A Lei Orgânica de Educação de 2009 também estabelece a obrigatoriedade da educação em consonância com a doutrina do libertador Simón Bolívar, bem como inclui, na educação formal, a prática de atividades físicas, esportes, artes, recreação, saúde, hábitos alimentares, agroecologia e comunicação, além da incorporação de projetos e programas educativos de apoio às instituições educativas.

A concepção de qualidade do sistema educacional venezuelano, conforme a LOE (2009), perpassa pelo desenvolvimento social e cognitivo integral dos cidadãos, visando à formação permanente nos aspectos: (i) *do aprender a ser*, buscando formar um novo sujeito à luz e à virtude do homem e da mulher em sociedade; (ii) *do aprender a conhecer*, para refletir e intervir, de forma crítica, consciente e com compromisso social; (iii) *do aprender a fazer*, para utilizar dos conhecimentos teóricos na solução de novos problemas científicos e sociais; e (iv) *do aprender a conviver*, de forma consciente e coletiva, com ética social centrada no ser humano (VENEZUELA, 2007a). Tal formação visa a superação da fragmentação do saber e da separação entre as atividades manuais e intelectuais, tudo por meio de uma educação pelo trabalho humanizador e cooperado.

Nesse sentido, o governo bolivariano de Chávez aspirou alcançar

[...] un nuevo modelo de escuela, concebida como espacio abierto para la producción y el desarrollo endógeno, el que hacer comunitario, la formación integral, la creación y la creatividad, la promoción de la salud, la lactancia materna y el respeto por la vida, la defensa de un ambiente sano, seguro y ecológicamente equilibrado, las innovaciones pedagógicas, las comunicaciones alternativas, el uso y desarrollo de las tecnologías de la información y comunicación, la organización comunal, la consolidación de la paz, la tolerancia, la convivencia y el respeto a los derechos humanos. (VENEZUELA, 2009, p. 5).

Com a mesma orientação pedagógica, a LOE (2009) define que é necessário desenvolver um processo educativo que possibilite o desenvolvimento de uma consciência para a suprema felicidade social, definida no 1º Plano Socialista da Nação como "[...] punto de partida para la construcción de una estructura social incluyente, formando una nueva sociedad de incluidos, un nuevo modelo social [...]" (VENEZUELA, 2007b, p. 8), assim como almejava Bolívar, quando referia-se a "La Suprema Felicidad Social". Atingir essa condição requer um planejamento a longo prazo, direcionado para a construção de um modelo produtivo social humanista e endógeno (VENEZUELA, 2007b).

De acordo com o caderno oficial "Escuelas Bolivarianas: avance cualitativo del proyecto", do Ministério de Educação, o sistema educativo bolivariano, fundamentado nos ideais de Simón Bolívar, sintetiza a mudança, a ruptura, a persistência e a reflexão do caminho seguido para a reconstrução da nação, caminho no qual a educação tem o papel de formar o novo cidadão republicano bolivariano. Tendo em vista a importância da educação e do trabalho na sociedade venezuelana para atingir a prosperidade e o bem-estar social, a Constituição assegura que a "[...] educación y el trabajo son los procesos fundamentales para alcanzar dichos fines" (VENEZUELA 1999, p. 2).

Nessa direção, a educação bolivariana indica a possibilidade de superação de discursos retóricos educativos, superação realizada pelo compromisso com uma prática pedagógica aberta, reflexiva e construtiva, que impulsiona uma mudança efetiva do sistema escolar, bem como suas concepções pedagógicas e procedimentos metodológicos. A escola bolivariana corresponde ao momento histórico vivido pela nação venezuelana (VENEZUELA, 2004).

Reitera-se que as instituições educativas bolivarianas têm como finalidade acabar com a exclusão educativa, e isso se torna um marco central na busca pela educação de qualidade para todos, pois há um enfrentamento de fatores sociais que

corroboravam a exclusão educacional, tais como: a desnutrição, a ausência de garantia de saúde pública e a pobreza extrema da população.

As políticas sociais bolivarianas buscam melhorar a proteção social oferecida aos estudantes, como auxílio para transporte, alimentação, assistência médica, uniformes, roupas e calçados, bem como orientação pedagógica e vocacional. Essas medidas, além de aumentarem a qualidade educativa, ao mesmo tempo combatem a desigualdade social (VENEZUELA, 2004).

De acordo com Trujillo (2008), o Estado busca atender às necessidades educacionais de todos, convertendo a escola em uma instituição pertencente e controlada pela comunidade, pois isso permite uma maior possibilidade de acabar com a exclusão escolar. Nessa direção, é importante enfatizar que:

As políticas educacionais desenvolvidas nesse período acenam para uma nova forma de governar, baseada na distribuição equânime dos recursos públicos, tratando de forma diferente os diferentes. Esta parece ser a alternativa encontrada pela Venezuela para a construção de uma nova sociedade e, conseqüentemente, de uma história educacional diferenciada para o seu povo, pois aqueles que historicamente foram esquecidos e abandonados pelo Estado careciam de políticas sociais e educacionais que garantissem a distribuição da riqueza e a igualdade social. (ALVES; NOGUEIRA, 2013, p. 13-14).

De acordo com o Currículo Nacional Bolivariano (VENEZUELA, 2007a), a educação bolivariana se constitui, junto ao país, em um processo histórico e social, integral e permanente, respaldada pela Constituição venezuelana. Conforme expressa o currículo “La **Educación Bolivariana** se define como un proceso político y socializador que se genera de las relaciones entre escuela, familia y comunidad; la interculturalidad, la práctica del trabajo liberador y el contexto histórico-social” (VENEZUELA, 2007a, p. 15).

Como parte da qualidade, é função da educação bolivariana possibilitar o domínio dos conhecimentos históricos construídos nos diversos contextos socioculturais, para que, dessa forma, se possa compreender o caráter social contido no conhecimento, bem como incentivar sua utilização no cotidiano, visando ao reconhecimento de problemas sociais, políticos e ambientais. O sistema educativo bolivariano também assegura a integração de todos, sem exceção, com atendimento à diversidade multiétnica, intercultural, pluricultural e às necessidades educacionais especiais.

2.3 O processo de democratização da educação venezuelana: políticas educacionais inclusivas do Sistema Educativo Bolivariano

Uma vez conhecida a forma como se caracteriza a Educação Bolivariana, bem como a maneira de desenvolvimento das políticas educacionais do novo Estado venezuelano, é necessário entender a Educação Bolivariana na concretude, isto é, mediante a análise de dados, verificar os avanços do Sistema Educativo Bolivariano, para que assim seja possível apreender a forma como está sendo processada a universalização do acesso educacional no país, vislumbrando-se as estratégias políticas e econômicas para a democratização da educação escolar.

Compreende-se, então, que, embora os dispositivos jurídicos e constitucionais anteriormente elencados garantam legalmente o direito do cidadão venezuelano de acessar ao sistema educacional bolivariano e de receber uma educação igualitária, ainda urge mudanças substanciais na desigualdade social, econômica e educativa, solidificada ao longo de muito tempo.

Para além de leis, decretos e de novos modelos curriculares, exige-se a destinação de recursos financeiros suficientes para a consolidação do novo sistema educacional e para a construção de uma nova sociedade. Por considerar a educação como prioridade também na política econômica, os governos Chávez têm alcançado marcos educacionais nunca antes registrados na história do país, que foram alavancados pelos índices de acesso escolar.

Em relação aos avanços do novo sistema educativo bolivariano, vale destacar o processo de universalização do acesso à educação escolar. Nesse intuito, é possível identificar, junto ao Instituto Nacional de Estatística (INE), que, no ano de 2011, o número de alunos em idade escolar matriculados na educação básica inicial (que atende crianças de 0 a 6 anos nos centros educacionais denominados *Simoncitos*) aumentou de 46,4% no ano de 2001 para 71,4%, enquanto que o percentual de alunos que acessaram as *Escuelas Bolivarianas* (correspondente ao Ensino Fundamental no Brasil, e que atende crianças de 7 a 12 anos) atingiu 93,2% de cobertura. Nos *Liceos Bolivarianos* (Ensino Médio, ofertado aos adolescentes e jovens entre 13 e 18 anos), o número de matrículas atingiu 73,3% dos alunos em idade escolar.

Assinala-se que os índices acima apresentados resultam do investimento governamental em educação, das políticas sociais em geral implantadas pelo governo Chávez e da adoção do sistema educativo bolivariano, que garante o acesso à educação integral, que, neste caso, não se refere apenas ao aumento da jornada escolar, mas, sim, ao processo de apropriação do conhecimento científico, aquisição e valorização cultural da sociedade multiétnica, e das novas tecnologias da informação, possibilitando aos alunos as condições objetivas de alimentação e de educação desde a infância até a idade adulta com igualdade de condições e oportunidades.

Como visto acima, esse significativo aumento do contingente de alunos atendidos pela educação escolar venezuelana resulta do investimento estatal em educação. Assim, conforme o caderno governamental bolivariano, de 2008, intitulado “No Es Poca Cosa: 10 años de logros del Gobierno Bolivariano”, no ano de 1998 o investimento do poder público em educação era de aproximadamente 3,9% do PIB (Produto Interno Bruto), já em 2007 houve a destinação de 5,8% do PIB.

Em relação a esse significativo aumento, Flores (2010) assinala que, com a chegada de Hugo Chávez à presidência, há um resgate e uma refundação do sistema educativo, pois “Se elevó el presupuesto del 2,8% del producto interno bruto hasta más de 7% y se promovió la transformación del proceso educativo” (FLORES, 2010, p. 74). Esses valores percentuais revelam que, para o governo bolivariano, o incremento dos recursos financeiros à educação é condição fundamental para o desenvolvimento e o fortalecimento do país (VENEZUELA, 2008).

Em 2011, o caderno governamental “Logros y Avances del Gobierno Bolivariano” apresentou novos dados quantitativos em relação à gestão do governo bolivariano. No concernente à educação destacou-se o aumento da matrícula universitária. Conforme descrito, a Venezuela é, atualmente, o país com menos desigualdade social da América Latina e o segundo em matrícula universitária, atrás apenas de Cuba; em 1998 havia 785 mil estudantes universitários, enquanto no censo de 2011 foi constatado um número de mais de 2 milhões e 300 mil, o que significou um aumento de mais de 300%. De acordo com dados da UNESCO, a Venezuela é o 2º na América Latina e o 5º país no mundo com maior índice de matrículas universitárias.

Na educação inicial, o número de alunos atendidos também se elevou significativamente em relação ao ano de 1998, período em que havia pouco mais de 700 mil matrículas. De acordo com dados coletados em 2011, são mais de 2 milhões e 200 mil crianças regularmente matriculadas (VENEZUELA, 2012).

Conforme a tabela abaixo, os índices de um levantamento realizado em 2012 revelam o avanço da universalização da educação na Venezuela:

Taxa bruta de escolaridade por nível de ensino do subsistema de educação básica da República Bolivariana da Venezuela

NÍVEL DE ENSINO*	1992-1993	1999-2000	2011-2012
INICIAL	43%	46%	70,5%
PRIMÁRIA	89%	88%	92,2%
MÉDIA	47%	51%	75,1%

*Conforme estabelecido na Lei Orgânica de Educação de 2009.

**Fonte: Tabela elaborada com base nos registros administrativos de estatísticas do Ministério do Poder Popular para a Educação (MPPE) publicados no caderno *Consulta Nacional por Calidad Educativa - resultados*.

De acordo com os dados acima quantificados, o contexto educacional da Venezuela tem se transformado rapidamente em busca da propalada “educação com oportunidades”, acompanhando as mudanças políticas e econômicas do país. Tendo em vista esse aspecto, Jáuregui (2006) faz uma avaliação histórica da educação escolar venezuelana e aponta para a necessidade de se compreender adequadamente o significado do tempo histórico e pedagógico vivido pelo país desde 1999. Conforme expõe o autor, é necessário entender como o Estado gestiona e produz a política que orientará a formação dos futuros cidadãos e a construção de uma nova sociedade.

Para Jáuregui (2006), a educação deve ser pensada em um contexto geral, e não somente dentro da instituição escolar, pois a escola está inserida em uma determinada organização social que almeja formar um tipo específico de homem. Conforme destaca o autor: “Dentro de la sociedad todo educa: los medios de comunicación, los aparatos represivos, la calle, la familia, la iglesia, etc.”

(JÁUREGUI, 2006, p. 11). Tendo presente esse aspecto, entende-se que o sistema de educação formal é condicionado e influenciado pela conjuntura política, econômica e cultural de um determinado período histórico.

Diante desse entendimento é importante considerar que o cenário educacional venezuelano se transformou de maneira contundente e impulsionado por uma profunda insatisfação em relação ao rumo que a educação escolar tinha tomado nos últimos quarenta anos (JÁUREGUI, 2006).

De acordo com Zuck (2011), no período conhecido como IV República, entre 1958 e 1998, houve a instauração, no país, de um projeto nacionalista denominado de "Pacto del Punto Fijo". Esse projeto se fundamentava em um acordo firmado entre os dois principais partidos políticos da época — a Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente, conhecido como partido cristão (NOGUEIRA; RIZZOTTO, 2009b) — que se alternavam no governo por meio de eleições periódicas e tomavam consensualmente as decisões mais importantes do país, revelando uma conciliação das elites e o descaso com os indicadores sociais e educacionais (LUZZANI, 2008).

É importante destacar ainda que as significativas mudanças que têm ocorrido na forma de o Estado venezuelano delinear e implantar políticas públicas e educacionais, além de representarem um projeto pessoal do presidente Hugo Chávez, estão em consonância com o que é proposto não só no "Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)", mas também no "Proyecto Nacional Simón Bolívar - Primer Plan Socialista (2007-2013)" e no documento venezuelano "Cumpliendo las Metas del Milenio – 2010", elaborado em conformidade com as proposições da Organização das Nações Unidas — ONU.

Nessa direção, promover a universalização do acesso torna-se condição fundamental para possibilitar a igualdade de condições e de oportunidades amplamente disseminada pelo governo bolivariano. Conforme o Primeiro Plano Socialista, é necessário haver a extensão da educação escolar a toda a população, com ênfase em políticas estratégicas direcionadas às pessoas que, historicamente, foram excluídas e impossibilitadas de acessarem a educação (VENEZUELA, 2007b).

Todos os documentos acima mencionados ressaltam a necessidade de democratização e de universalização da educação escolar, com acesso, permanência, prosseguimento e conclusão dos estudos, assim como apontam para

a importância de se desenvolverem ações governamentais que possibilitem igualdade de oportunidades e de condições no acesso à educação escolar, por meio de projetos e programas que garantam a permanência do aluno na instituição escolar, rompendo com o ciclo da desigualdade social (VENEZUELA, 2001; 2007b; 2010).

CAPÍTULO III

AS PROPOSIÇÕES DO CHAMADO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI NOS DOCUMENTOS DOS GOVERNOS CHÁVEZ: ASPECTOS E INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR BOLIVARIANA

O sonho de construir a grande pátria socialista que possibilitasse ao homem desenvolver todas as suas potencialidades humanas e alcançar a plena felicidade social sempre permeou o imaginário de grandes pensadores latino-americanos. Assim, Chávez, ao assumir a presidência da Venezuela, encontrou a “janela” histórica para colocar em prática o ideário social do pensamento bolivariano. Diante do novo contexto político e econômico, que propunha a Revolução Bolivariana, a tentativa de estabelecer uma sociedade justa para todos os venezuelanos não poderia ficar somente no discurso político.

A via venezuelana de construção do socialismo necessitava de sustentação teórica e legal, sustentação essa que viria mediante a incorporação do ideário bolivariano e dos pressupostos do que intelectuais e políticos chavistas vieram denominando, desde o ano de 2005, de "Socialismo do Século XXI", no aparato jurídico e documental do Estado venezuelano.

Nessa direção, o terceiro capítulo, examinará as proposições do socialismo venezuelano, nomeado, nos documentos no governo Chávez de 2006 a 2012, de "Socialismo do Século XXI", identificando seus referenciais teóricos no arcabouço documental, assim como os objetivos e as estratégias políticas que este governo tem promovido no campo político, por meio das políticas sociais e particularmente na política educacional na letra da lei e nos documentos orientadores do processo revolucionário, com vistas a garantir modelos e parâmetros diferenciados para se alcançar a justiça social, que levem à implementação gradativa de uma outra forma de organização da economia e da sociedade.

A análise documental possibilita o reconhecimento da cultura e da história latino-americana, as particularidades do pensamento bolivariano no plano legal, na tentativa de orientar e promover no plano concreto as condições objetivas para o estabelecimento da sociedade socialista. De igual forma, caracterizam-se as concepções de sociedade, Estado e homem implícitas e explícitas nos planos

socialistas da nação, no programa partidário e governamental do PSUV e na Lei Orgânica de Educação de 2009.

3.1 Os substratos teóricos e as orientações políticas do chamado Socialismo do Século XXI expressas no 1º e 2º Plano Socialista da Nação

As transformações que ocorreram no plano jurídico-político da Venezuela a partir de 1999 tiveram início com a promulgação da Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Para dar continuidade ao processo de mudanças estruturais no aparato estatal, tornou-se necessária a elaboração de documentos orientadores, que apresentassem as diretrizes e as estratégias a serem desenvolvidas durante a gestão bolivariana.

Anteriormente à elaboração do 1º Plano Socialista da Nação em 2007, a Venezuela já seguia, como modelo para o desenvolvimento econômico e social do país, as recomendações e as metas contidas no documento denominado *"Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007"*. Nesse documento já eram previstas algumas necessidades latentes da sociedade venezuelana, como a construção de um modelo de desenvolvimento de acordo com a especificidade econômica, política e cultural da Venezuela. Desse modo, foram elencadas diretrizes direcionadas para o equilíbrio econômico, social, político, territorial e internacional.

Para aprofundar os avanços alcançados mediante o documento supracitado, e respaldar teórica e legalmente o processo de mudanças em curso, publicou-se, em 2007, o documento intitulado de *"Proyecto Nacional Simón Bolívar - Primer Plan Socialista - Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013)"*. Esse documento popularizou-se no país como o 1º Plano Socialista da Nação.

Nesse plano foram definidas as diretrizes para a tentativa de estabelecer, a longo prazo, a sociedade venezuelana socialista e pela primeira vez foi mencionado, em um documento oficial, que a Venezuela, no período de 2007 a 2013, se orientaria para a construção do chamado Socialismo do Século XXI.

Para tanto, o modelo de socialismo que o país pretendia alçar inicialmente perpassaria pelas seguintes diretrizes: (i) nova ética socialista; (ii) a suprema felicidade social; (iii) democracia protagônica revolucionária; (iv) modelo produtivo socialista; (v) nova geopolítica nacional; (vi) Venezuela: potência energética mundial; e (vii) nova geopolítica internacional. Nessas diretrizes se encontram as orientações, os objetivos e as estratégias políticas que alimentam o projeto revolucionário venezuelano. Conforme a temática e especificidade deste trabalho, as diretrizes (i),

(ii), (iii) e (iv) apresentam elementos pertinentes ao objeto. Por isso foram escolhidas para análise.

Segundo o 1º Plano Socialista da Nação, o enfoque na *nova ética socialista*, apresentado como ponto inicial, se deve ao fato de que o nominado Socialismo do Século XXI está sendo inventado e sua realização prática somente seria possível em um tempo histórico mediano, a partir de uma refundação ética e moral da sociedade venezuelana.

De acordo com esse plano, o projeto ético e moral almejado pela Venezuela bolivariana tem suas raízes na fusão dos valores e dos princípios no que há de mais avançado nas correntes humanistas do socialismo e também na herança histórica de Simón Bolívar. O Socialismo bolivariano se justificaria, e teria como finalidade última, a suprema felicidade de cada venezuelano.

Conforme estabelece o plano, para atingir esse audacioso objetivo haveria que se, primeiramente, identificar na realidade as mudanças que precisam ser realizadas. Assim, o socialismo proposto pelo governo bolivariano tende a perseguir os seguintes caminhos: justiça social e equidade, e solidariedade entre os seres humanos e a República. Pois, se trata de:

La confrontación entre un viejo sistema (el Capitalismo) que no ha terminado de fenecer, basado en el individualismo egoísta, en la codicia personal, y en el afán de lucro desmedido, y un nuevo sistema (el Socialismo) que está naciendo y cuyos valores éticos, la solidaridad humana, la realización colectiva de la individualidad y la satisfacción racional de las necesidades fundamentales de hombres y mujeres, se abre paso hacia el corazón de nuestra sociedad. (VENEZUELA, 2007b, p. 3).

Reconhecer as formas e os meios utilizados pelo Estado capitalista para controlar e manter suas perversas relações de exploração, e atacá-los na sua origem, segundo o documento, é o ponto de partida, pois, se não há ainda uma clara definição de como se chegar ao socialismo bolivariano no século XXI, e do Século XXI, pois a lógica capitalista na realidade dialética contraditória expressa os elementos antagônicos do que venha a ser o socialismo. Assim, destruir a lógica alienante do sistema, desestruturando-o legalmente e na sua reprodução sistêmica ideológica e material, é, ao mesmo tempo, construir, ainda que de forma incipiente, outra hegemonia econômica e social. Isto é, outra forma de organização social com as condições essenciais para o estabelecimento da sociedade socialista.

O eixo inicial didaticamente sinaliza para a necessidade de que há que se produzir uma nova consciência social — nova consciência baseada nos princípios e nos axiomas da ética socialista —, para que as transformações propostas nos demais eixos tenham respaldo ideológico e se materializem no cotidiano e na práxis social de cada venezuelano republicano bolivariano. A destituição do *ethos* capitalista para a incorporação e a internalização gradativa da nova ética socialista foi o primeiro ponto contemplado no 1º Plano Socialista. Essa primeira diretriz já sinalizava para o fato de que, sem uma completa alteração na consciência humana e social dos venezuelanos, as transformações propostas pela Revolução Bolivariana não seriam concretizadas em sua plenitude. Afirma-se, assim, a importância que a educação adquire nesse novo contexto.

Nesse sentido, compreende-se que as mudanças materiais, apesar de serem determinantes, por si só não são suficientes para alterar concepções de mundo e a consciência social produzida historicamente. É mediante esse entendimento que o debate sobre que tipo de educação responderia ao projeto social em curso, que a completa reestruturação do sistema educativo formal fez-se como determinação histórica na Venezuela.

Partindo-se da premissa de que não há neutralidade político-ideológica nos processos formativos, o Estado que se propõe a construir a pátria socialista precisa, então, oferecer, pela via educacional formal, as condições legais, financeiras e teóricas que possibilitarão a cada pessoa a formação da consciência socialista, devendo essa consciência orientar o comportamento ético na convivência social da sociedade futura.

Constata-se, desse modo, que a Educação Bolivariana tem a finalidade, nesse processo, de auxiliar na construção da nova ética socialista, assim como, também, de auxiliar na disseminação e na assimilação dos valores e dos princípios essenciais do chamado Socialismo do Século XXI.

O projeto ético socialista bolivariano pressupõe o oposto, pressupõe a superação da ética capitalista, e, em razão disso, centra-se na criação de uma consciência revolucionária que brota da necessidade de uma nova moral coletiva, construída e mediada pela dialética de luta por transformação material e de desenvolvimento da espiritualidade de todos os venezuelanos (VENEZUELA, 2007b). Esse processo deve promover a convicção de que, se os homens não

mudarem primeiramente a si mesmos, tampouco conseguirão mudar a realidade exterior.

Assim, o projeto ético socialista visa enfrentar os seguintes desafios:

- a. La necesaria superación positiva de la miseria y la pobreza material y espiritual que garantice la realización de la ética y no su anulación. Está claro que el estado de necesidad permanente anula cualquier posibilidad real de ser ético.
- b. La construcción de un Estado ético, vale decir, de una nueva ética del hecho público. Un Estado de funcionarios honestos, eficientes, que, más que un altar de valores, exhiban una conducta moral en sus condiciones de vida, en la relación con el pueblo y en la vocación del servicio que prestan a los demás. Un Estado del cual se sienta parte el ciudadano. El Estado está llamado a ser el espacio ético por excelencia, si no lo es, el ciudadano no tendrá motivo para serlo.
- c. Civilidad: la virtud por la que los ciudadanos se hacen responsables de la vida pública. Ningún ciudadano quiere ser súdito ni vasallo, ni señor de la República.
- d. Creación de una institucionalidad cuyo valor supremo sea la práctica de la justicia y la equidad. Que, frente a la dialéctica del derecho y la justicia, sean capaces de decidir por la justicia, sin minar las bases del derecho.
- e. Tolerancia activa militante en un medio plural, donde conviven distintas religiones, distintas culturas, distintas concepciones de la vida. La tolerancia asume las diferencias y las respeta (VENEZUELA, 2007b, p. 4).

Ademais, o 1º Plano Socialista da Nação assevera ainda que:

El **Proyecto Ético** [grifo do autor] venezolano propone una ética cívica exclusiva de una sociedad pluralista que asume como propios un conjunto de valores y principios que pueden y deben ser universalizables porque desarrollan y ponen en marcha la fuerza humanizadora que va a convertir a los hombres en personas y ciudadanos justos, solidarios y felices. (VENEZUELA, 2007b, p. 5).

O projeto ético a ser construído pela sociedade venezuelana fundamenta-se em um conjunto de normas, de valores e de princípios que estão na consciência social de cada homem, e que caracterizam a humanidade e o sentido moral que unem todos os homens. Os valores aceitos e propostos pelo projeto em questão apoiam-se nos direitos humanos universais (VENEZUELA, 2007b). Segundo descrito no documento supracitado, há basicamente uma espécie de divisão

explicativa do que são considerados direitos humanos de primeira, segunda e terceira geração. Então, os direitos humanos que compõem a primeira geração são os direitos civis e políticos, direitos de liberdade, direito a vida e a liberdade de consciência, e o direito a pensar e de se expressar livremente. Já os direitos humanos de segunda geração são os direitos econômicos, sociais e culturais, enquanto que os considerados de terceira geração são os direitos de nascer e de viver em um ambiente sano, sem contaminação, e o direito a nascer e viver em uma sociedade em paz (VENEZUELA, 2007b).

Outro componente considerado importante para a implantação da nova ética socialista, proposto nesse documento, consiste na incorporação ética e moral de valores inalienáveis da vida cotidiana, como, por exemplo, o amor. Explica-se que a constituição da consciência revolucionária, como bem afirmou Ernesto "Che" Guevara, requer que o verdadeiro revolucionário esteja sempre guiado por grandes sentimentos de amor pela humanidade. É nesse pensamento que se baseia o princípio da *corresponsabilidade moral*, princípio segundo o qual todos se reconhecem ética e moralmente responsáveis pelo que ocorre na sociedade (VENEZUELA, 2007b).

Nesse ponto, entende-se que a educação bolivariana socialista assume um papel de respaldo teórico e ideológico ao projeto em curso, porque precisa oferecer possibilidades de emancipação humana para que os sujeitos se tornem capazes de desenvolver a crítica e a consciência social que os orientarão para a compreensão do todo, isto é, da realidade que os circunda. Somente assim há como se discutir e criar a denominada *corresponsabilidade moral*.

Para o documento:

Tal corresponsabilidad parte del conocimiento de que la pobreza no es solo el problema del otro, o del Estado, sino que es el problema da cada ciudadano. El niño que hoy no puede comer, el niño que no puede ser niño, que no puede jugar, probablemente sea el criminal de mañana que asesinará a nuestro hijo, **el ser social colectivo** [*grifo do autor*] que no niega al ser individual pero lo trasciende positivamente, la consciencia de que el ser humano solo puede realizarse en los otros seres humanos, de aquí nace el sentimiento de solidaridad, de desprendimiento personal que debe tener todo revolucionario. (VENEZUELA, 2007b, p. 6).

Aliada ao pensamento do ser social coletivo segue também a busca pela felicidade de todos, por meio do "[...] **supremo valor de la vida** [*grifo do autor*], que

reafirma nuestra condición humanista; **el valor del trabajo creador y productivo** [grifo do autor], como fuente de todas las cosas que el ser humano ha construido a lo largo de siglos" (VENEZUELA, 2007b, p. 6).

A nova ética socialista bolivariana se sustenta também em pressupostos da teologia da libertação²⁵, na assertiva de que "[...] todos devemos ganhar o pão com o suor de nossos rostos" (VENEZUELA, 2007b, p. 6). Percebe-se, assim, a incorporação de valores cristãos e, ainda acerca da categoria trabalho, acrescentam-se princípios socialistas marxianos, que compreendem que a riqueza coletiva produzida deve ser distribuída a cada um segundo o seu trabalho e suas necessidades, sem abandonar aqueles que não podem trabalhar. A ética de que trata o documento está associada a um profundo respeito à vida humana, à dignidade conquistada pelos direitos humanos atendidos e que possibilitarão a prática da solidariedade entre os homens (VENEZUELA, 2007b).

A partir desses aspectos, o Socialismo do Século XXI será construído à medida que o novo homem socialista for se constituindo pela internalização e incorporação do projeto ético socialista bolivariano, pois "Socialismo y hombre nuevo deben ser sinónimos" (VENEZUELA, 2007b, p. 7). Assim, portanto, um não pode ser concebido sem o outro, e ambos são essenciais para a construção mútua um do outro. Ainda sobre essa diretriz, o plano assegura que a consciência moral revolucionária consiste no motor que impulsiona a verdadeira história humana, a sociedade realmente humanista, pois haverá socialismo quando existir um homem novo (VENEZUELA, 2007b).

O documento define que o objetivo central dessa diretriz consiste numa criação arquitetônica sólida de valores como: moral coletiva, consciência cívica, tolerância ativa militante, sociedade pluralista e incentivo e desenvolvimento do voluntariado. Essa criação de valores visa formar uma coesão social da nação, da República e do Estado moral-socialista.

Para tanto, as estratégias e políticas devem voltar-se para a transformação material e espiritual da sociedade, por meio do resgate de valores de solidariedade humana e de uma nova ética do fazer público, no qual o homem seja e sinta-se

²⁵ A Teologia da Libertação consiste numa corrente filosófica e teológica que busca a fusão entre o marxismo e o cristianismo revolucionário. Originariamente, essa corrente, que retoma o humanismo de Marx (assim como também de Che Guevara ou de Camilo Torres) e o interpreta à luz da mensagem profética do cristianismo, surgiu com ideólogos franceses. É, no entanto, importante considerar que a maior parte de seus seguidores são latino-americanos (KOHAN, s/d).

parte do Estado, e não controlado e subordinado a ele. Assim, essa diretriz supõe a superação da ética do capital por meio de trabalho criador e produtivo, o que implica articulação autônoma, tanto material quanto institucional, do processo de trabalho, e responsabilidade social das empresas privadas (VENEZUELA, 2007b).

Na sequência, a próxima diretriz apresentada pelo documento consiste na *Suprema Felicidad Social*, para a continuidade da construção de uma sociedade inclusiva. Conforme esclarece o plano:

a. La suprema felicidad social es la visión de largo plazo que tiene como punto de partida la construcción de una estructura social incluyente, formando una nueva sociedad de incluídos, un nuevo modelo social, productivo, socialista, humanista, endógeno, donde todos vivamos en similares condiciones rumbo a lo que decía Simón Bolívar: "La Suprema Felicidad Social". (VENEZUELA, 2007b, p. 8).

A vontade política do governo bolivariano, de avançar na construção do socialismo por meio de políticas que sinalizem para uma nova estrutura econômica e social, está literalmente expressa nessa II diretriz. Além disso, tais políticas se conformam com a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, que reconhece, respalda e legitima as tradições de luta do seu povo. (VENEZUELA, 2007b).

Nesse item, o documento demonstra como, economicamente, devem ser organizadas as relações sociais de produção do socialismo, para que, enfim, seja possível alcançar a suprema felicidade social. Tendo por pressuposto esse aspecto, o plano assegura que a propriedade social, a partir do estabelecimento das relações de produção socialista, compreende três tipos de propriedade: a autogestionária, a associativa e a comunitária. Entende-se, pois, que a estrutura social está envolvida em um emaranhado de relações sociais permanentes e recorrentes que, hierarquicamente ordenadas quanto ao poder, à riqueza e ao conhecimento, determinam situações diferenciadas na satisfação das necessidades sociais (VENEZUELA, 2007b).

Como aponta o documento, "La estructura social de Venezuela está en proceso de transición [...]" (VENEZUELA, 2007b, p. 8) e, por estar nesse momento estratégico, se faz necessária uma formação econômica e social mais inclusiva. Isso, na prática, significa que:

[...] el gobierno está ejecutando, especialmente con las misiones, un proceso de inclusión social masivo y acelerado, financiado por la nueva forma de utilizar la renta petrolera, lo que ha permitido avanzar en la cobertura y la universalización en la satisfacción de necesidades de identidad, alimentación, salud, educación, vivienda y empleo. (VENEZUELA, 2007b, p. 8).

Por essa razão cabe reiterar que as Missões consistem num programa social estratégico do governo socialista bolivariano e que corresponde ao atendimento de necessidades básicas específicas que não foram sanadas historicamente.

No campo educacional, salienta-se que as missões respondem por e acompanham um projeto de educação de caráter socialista, porque possibilitam às pessoas — que ao longo do tempo foram excluídas do direito humano universal de acesso à educação — agora acessem e concluam os níveis mais elevados de ensino. Assim, enquanto isso, a Educação Escolar Bolivariana, concomitantemente, visa atender todas as pessoas na idade e tempo escolar adequado, para, finalmente, acabar com essa dívida social e também acabar com a reprodução do círculo vicioso da negação do direito à educação plena.

Ainda segundo o plano, a diversidade biológica, étnica e de gênero historicamente se sobrepôs na organização social, assim criando desigualdades sociais que, via de regra, foram reproduzidas por um Estado a serviço dos interesses do capital e em detrimento do trabalho. Isso contribuiu para a limitação do desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas, e, sobretudo, impediu o desfrute dos direitos humanos e sociais da maioria da população (VENEZUELA, 2007b).

Por sua vez, a política de inclusão econômica e social insere-se em um sistema de planificação, produção e distribuição na direção do socialismo. Então se torna relevante, nessa situação, o desenvolvimento progressivo da propriedade social sobre os meios de produção e a incorporação de sistemas de troca equitativos e solidários, contrários ao modelo capitalista. Outro ponto importante consiste na superação da dicotomia e da discriminação existente entre trabalho físico e intelectual, e no reconhecimento social do trabalho como única atividade que gera valor, e que, portanto, legitima o direito de propriedade (VENEZUELA, 2007b).

Para alcançar a suprema felicidade social, há que se entender que a satisfação das necessidades sociais vincula-se ao sistema de produção de bens e serviços. Isso significa que somente à medida que os trabalhadores contribuam, de

acordo com suas capacidades e potencialidades criadoras, com a produção de riqueza social, é que aumentam as possibilidades de satisfação das necessidades sociais básicas, com vistas à superação das brechas e das deficiências persistentes (VENEZUELA, 2007b). Mediante esse aspecto, a inclusão social realiza-se e adquire seu mais elevado desenvolvimento quando atende grupos sociais em situação de completa exclusão social.

A felicidade social não tem sido alcançada, de acordo com os enfoques propostos no plano, devido ao modo de produção capitalista, que, além de estratificar os seres humanos em categorias sociais irreconciliáveis, também impõe o uso irracional e insustentável dos recursos naturais. O capitalismo tem destruído as condições da vida na Terra, pois as atividades humanas têm sobrecarregado o planeta. As consequências dessa degradação ambiental afetam principalmente a população mais pobre. As relações capitalistas de produção têm, ainda, promovido a desigualdade entre campo e cidade, por isso a economia socialista deve orientar-se para o reequilíbrio entre o meio rural e urbano, criando um novo modelo de cidade, visando que as cidades socialistas sejam planejadas e integradas, em harmonia com a natureza (VENEZUELA, 2007b).

Cabe mencionar que, mais uma vez, o documento explicita a importância da educação bolivariana socialista, pois conclui, como último enfoque para essa diretriz, a necessidade do Estado de assegurar a educação ambiental, a partir dos pressupostos acima relacionados, em todas as classes sociais e níveis educativos. Cabe destacar que em 2010, o *Proyecto Manos a la Sembra*, se implantou em todos os níveis e espaços educativos formais, priorizando o conceito agroecológico para a soberania alimentar. Ainda, no que diz respeito à educação, entre os objetivos desta II diretriz está a promoção da ética, da cultura e da educação libertadoras e solidárias. Já no item referente às estratégias e às políticas a serem adotadas, a educação recebe as seguintes funções:

II-3.4 Profundizar la universalización de la educación bolivariana;

II-3.4.1 Extender la cobertura de la matrícula escolar a toda la población, con énfasis en las poblaciones excluidas;

II-3.4.2 Garantizar la permanencia y prosecución en el sistema educativo;

II-3.4.3 Fortalecer la educación ambiental, la identidad cultural, la promoción de la salud y la participación comunitaria;

II-3.4.4 Ampliar la infraestructura y la dotación escolar y deportiva;

II-3.4.5 Adecuar el sistema educativo al modelo productivo socialista;

II-3.4.6 Fortalecer e incentivar la investigación en el proceso educativo;

II-3.4.7 Incorporar las tecnologías de la información y la comunicación al proceso educativo;

II-3.4.8 Desarrollar la educación intercultural bilingüe;

II-3.4.9 Garantizar los accesos al conocimiento para universalizar la educación superior con pertinencia (VENEZUELA, 2007b, p. 12).

Em seguida, o 1º Plano Socialista da Nação apresenta a III diretriz, a da *Democracia Protagônica Revolucionária*, diretriz assim descrita: "La democracia protagónica revolucionaria es la expresión genuina y auténtica de la verdadera democracia" (VENEZUELA, 2007b, p. 13) e, na sequência, o documento justifica o ponto de partida da nova democracia: "Los espacios públicos y privados se consideran complementarios y no separados y contrapuestos como en la ideología liberal" (VENEZUELA, 2007b, p. 13).

Na contrapartida do pensamento liberal capitalista, a democracia protagônica revolucionária da Venezuela pretende, conforme explicita o plano, organizar os indivíduos para a criação de associações cooperativas, associações que possam transformar as dificuldades individuais em força coletiva, sem prejuízos à independência, autonomia e liberdade de cada sujeito. Assim, os venezuelanos podem exercer o poder político orientado para o bem-estar de todos e baseado nos princípios socialistas de igualdade e liberdade (VENEZUELA, 2007b).

A mudança deve então orientar-se na direção de construção de uma comunidade, sem indivíduos egoístas que tentem impor seus interesses acima dos demais. Pretende-se, pois, criar uma cultura baseada em "[...] un poder de todos al servicio de todos" (VENEZUELA, 2007b, p. 14). Desse modo, deverá sempre prevalecer a vontade geral do coletivo sobre os interesses particulares.

Segue-se, portanto, que o princípio democrático que diferencia o novo Estado venezuelano do Estado burguês consiste na soberania popular. Isso significa que o povo é soberano e, por isso, pode por si mesmo dirigir o aparato estatal, sem necessidade de delegar sua soberania, como acontece na democracia

representativa indireta. Dessa forma, o Estado está indissolúvelmente a serviço do bem comum, contrariando a democracia representativa, que, sob o respaldo da liberdade individual, camufla a "igualdade de oportunidades" e acirra a competitividade. Essa situação legitima o interesse de grupos minoritários que contradizem o interesse geral da sociedade (VENEZUELA, 2007b).

Para o documento em questão:

La soberanía popular, reunida en asamblea pública de ciudadanos, (Asamblea Constituyente) única depositaria legítima del poder legislativo, la Soberanía no puede ser representada, la voluntad no admite representación. La democracia protagónica revolucionaria se fundamenta en el republicanismo y el bolivarianismo. En esta la soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en la Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público. (VENEZUELA, 2007b, p. 14-15).

A democracia protagônica revolucionária fundamenta-se no humanismo²⁶, ou seja, a função suprema da democracia passa a ser a garantia de defesa, conservação e pleno desenvolvimento da vida humana em corresponsabilidade solidária com a vida de todos os que vivem em comunidade. A razão disso é que, segundo o plano, a solidariedade é o principal sentido da existência humana. Desse modo, o bem comum se torna sinônimo de ético e também o parâmetro para definir o que é considerado justo e bom, para que, assim, sejam estabelecidos os conteúdos de toda a legislação (VENEZUELA, 2007b).

Para assegurar uma democracia a partir desses pressupostos, o documento anuncia que o Estado deve garantir os conteúdos materiais essenciais à realização do bem comum. Isto implica a constatação de que:

[...] la justicia está por encima del derecho; y las condiciones materiales para garantizar el bienestar de todos, tales como educación, salud y trabajo están por encima de la simple formalidad de la igualdad ante la ley y el despotismo mercantil. (VENEZUELA, 2007b, p. 15).

Entende-se, então, que há um conceito de justiça que se sobrepõe as regras do direito positivo. A justiça social pretendida pelo Estado venezuelano exige e

²⁶ Essa concepção centra suas reflexões nos seres humanos, no lugar da natureza, de Deus, do mercado, do dinheiro, etc. O marxismo é herdeiro dos antigos humanismos, como, por exemplo, o grego ou o renascentista. Mesmo assim, no entanto, para Marx o sujeito não é mais compreendido como o burguês individual, mas, sim, como um sujeito coletivo: os trabalhadores. Ademais, Marx diferencia o humanismo abstrato, que pressupõe um indivíduo alheio à história, do humanismo revolucionário, que tem como finalidade acabar com a alienação do ser humano (KOHAN, s/d).

perpassa pela criação de condições materiais capazes de garantir o bem-estar de todos, por isso a educação, a saúde e o trabalho devem ser universalizados, pois são direitos humanos básicos para se fazer justiça — a partir dessa concepção. Em razão disso, esses direitos estão acima da formalidade da igualdade jurídica e das regras do mercado.

Em torno disso, o plano esclarece que:

b. El poder político será utilizado como palanca para garantizar el *bienestar social* [grifo do autor] y la *igualdad real* [grifo do autor] entre todos los miembros de la sociedad. Por eso, la justicia está por encima del derecho y la ley, aunque los presupone. Se garantizan las condiciones materiales para el ejercicio real de los derechos a la educación, la salud, el trabajo, la recreación, aunque el ciudadano no tenga dinero con que pagarlos. (VENEZUELA, 2007b, p. 16).

Novamente ocorre que a educação socialista bolivariana é necessária e relevante no processo de constituição e de manutenção do novo Estado, e de seus novos pressupostos, pois, além de a educação ser entendida como um direito inalienável do homem, à medida que se possibilita a sua universalização — e com isso, se propagam os ideais do socialismo —, avança-se, na mesma proporção, no processo de construção da democracia protagonica revolucionária. Esta, por sua vez, é uma das alternativas para a concretização da sociedade socialista, que parece mover-se por orientações e por dispositivos democráticos, aparentemente próprios e próximos do que a Venezuela vem denominando de Socialismo do Século XXI.

O documento ainda enfatiza, nessa III diretriz, que:

El ejercicio de los derechos implica la corresponsabilidad social del ciudadano para garantizarlos, conjuntamente con el Estado, el poder político. El funcionario público, cualquiera sea su nivel, es un simple delegatario de poder del ciudadano. Por eso la importancia de la *educación* [grifo nosso], principalmente moral, y la necesidad el bienestar colectivo o bien común como guía de la sociedad. (VENEZUELA, 2007b, p. 16).

Outro ponto importante refere-se aos objetivos elencados para essa III diretriz, objetivos dentre os quais é interessante mencionar aquele que aponta para a construção da base sociopolítica do Socialismo do Século XXI. Em seguida, são colocadas estratégias e políticas para o desenvolvimento da democracia protagonica revolucionária. No que tange à educação, destacam-se as seguintes estratégias e políticas:

III-3.2 Converter los espacios escolares en espacios para la enseñanza y la práctica democrática

III-3.2.1 Impulsar e incentivar la formación docente;

III-3.2.2 Promover la participación escolar en actividades de la comunidad;

III-3.2.3 Incentivar el comportamiento y los valores democráticos;

III-3.3 Desarrollar una red eficiente de vías de información y de educación no formal hacia el pueblo

III-3.3.1 Fortalecer la red de medios de comunicación alternativos;

III-3.3.2 Incentivar la creación y el fortalecimiento de vínculos y comunicación entre organizaciones sociales;

III-3.3.3 Promover canales de educación no tradicionales (VENEZUELA, 2007b, p. 18).

Tendo como base esse documento, compreende-se que os enfoques, os objetivos, as estratégias e as políticas discutidas em cada uma das três diretrizes acima relacionadas associam-se ao projeto de país que a Venezuela vem perseguindo desde 1999. A análise desses encaminhamentos propostos no referido documento venezuelano aponta que somente uma educação aos moldes bolivarianos e socialistas poderá, a médio ou a longo prazo, corresponder aos anseios do novo Estado socialista e promover a concretização do Socialismo do Século XXI. A educação bolivariana acompanha e perpassa cada diretriz na busca desse Socialismo, dando sua contribuição ideológica, moral e ética, nutrindo e retroalimentando a continuidade da revolução bolivariana.

Seguindo na mesma direção, cabe ainda mencionar o documento "*Plan de la Patria - Programa del Gobierno Bolivariano 2013-2019*". Conhecido como o 2º Plano Socialista da Nação, seu conteúdo aprofunda a discussão acerca dos meios e das estratégias necessárias à construção da pátria socialista bolivariana. Esse documento apresenta um balanço crítico sobre os avanços obtidos a partir do 1º Plano Socialista, como também aspectos da atual conjuntura política e da nova organização macroeconômica da Venezuela, que precisam ser considerados, incorporados, revistos ou reavaliados.

De modo geral, nesse 2º Plano, os objetivos a serem conquistados permanecem os mesmos já enfatizados no plano anterior, assim como também as

enérgicas estratégias políticas e econômicas de combate ao modo capitalista de produção.

Dentre os grandes objetivos históricos a serem alcançados estão em destaque:

I - Defender, expandir y consolidar el bien máspreciado que hemos reconquistado después de 200 años: La independencia nacional;

II - Continuar construyendo el socialismo bolivariano del siglo XXI en Venezuela, como alternativa al modelo salvaje del capitalismo y con ello asegurar "La mayor suma de felicidad posible, la mayor suma de seguridad social y la mayor suma de estabilidad política", para nuestro pueblo;

III - Convertir a Venezuela en un país potencia en lo social, lo económico y lo político dentro de la gran potencia naciente de América Latina y el Caribe, que garanticen la conformación de una zona de paz en nuestra América;

VI - Contribuir al desarrollo de una nueva geopolítica internacional en la cual tome cuerpo el mundo multicéntrico y pluripolar que permita lograr el equilibrio del universo y garantizar la paz planetaria;

V - Contribuir con la preservación de la vida en el planeta y la salvación de la especie humana (VENEZUELA, 2013, p. 7-8).

Considera-se, ainda, pertinente ressaltar que esse 2º Plano Socialista representa a continuidade do 1º Plano Socialista, tal como elaborado em 2007. Baseado nas metas estipuladas ainda no período inicial de transição, esse 2º Plano sinaliza para a necessidade de aprofundamento de tais metas e estratégias. Isso significa que o caminho escolhido pela Venezuela para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, embora tenha encontrado inúmeros obstáculos, parece estar na direção certa.

3.2 Da formação do Estado capitalista à análise da organização do Estado venezuelano objetivando o modelo produtivo socialista: a IV diretriz do 1º Plano Socialista da Nação

Na IV diretriz proposta pelo 1º Plano Socialista da Nação, o *modelo produtivo socialista* é apresentado sistematicamente. Por isso, entender seus enfoques, objetivos e estratégias requer anteriormente a compreensão da finalidade e do funcionamento do aparelho do Estado no modo de produção capitalista. Esse entendimento permite estabelecer o contraponto e identificar as diferenças eloquentes entre duas formas distintas de estruturação e de atuação estatal.

Salienta-se que essa análise se refere às proposições estratégicas, ideológicas e teóricas do que a Venezuela pretende dentro do período programático expresso no documento, ou seja, pretende concretizar-se na prática como o Estado socialista venezuelano.

Assim, portanto, as orientações, de caráter socialista, identificadas nos encaminhamentos estruturais do documento supramencionado, não significam a existência prática imediata do Estado socialista, mas devem ser entendidas como estratégias políticas de transição que, no espaço-tempo histórico, essas relações políticas e econômicas do país, podem estabelecer essa outra configuração estatal.

Com essa ressalva, cabe, então, partir para a compreensão dos elementos importantes acerca da formação e do desenvolvimento do Estado, categoria fundamental para a compreensão do movimento de luta entre as classes sociais antagônicas.

Assim, pois, por meio da apreensão das múltiplas relações que forjaram o aparelho estatal como essencialmente burguês, a partir dessa apreensão torna-se, então, possível compreender a razão pela qual esse modelo de Estado e economia política não corresponde à construção de um novo ordenamento social, baseado na democracia protagonica revolucionária, como proposto pela Venezuela.

A partir de uma breve incursão histórica, entende-se que o Estado moderno se fez necessário e se constituiu com a crise da sociedade feudal. Assim sendo, é fundamental compreender, conforme Engels (1984), que a institucionalização do aparato estatal, enquanto mantenedor da sociedade de classes, resultou das transformações que ocorreram ao longo do tempo, tanto na forma de organização social do homem, como na de produção da vida.

Com base no mesmo Engels, cabe afirmar que cada período histórico foi caracterizado por uma forma de divisão social do trabalho. Tal divisão do trabalho aumentou a produtividade e a riqueza, trazendo consigo a divisão da sociedade em classes. Não por acaso, o entendimento e a significação do trabalho, enquanto atividade essencialmente humana e geradora de riqueza, receberam a devida importância no planejamento do modelo produtivo socialista, conforme será exposto adiante, na IV diretriz.

Para Engels (1984), a história compreende três estágios de divisão social do trabalho, sendo o primeiro situado na fase inferior da barbárie e caracterizado pela existência de tribos e por relações de intercâmbio regular de produtos, seguido pelo desenvolvimento da horticultura e do tear, além da fundição de minerais como estanho, cobre e bronze, por volta de 4.000 a.C. Vale salientar que, já nesse período, havia indícios da primeira grande divisão da sociedade em classes: senhores e escravos, vale dizer, exploradores e explorados.

Por volta de 1.500 a.C., a utilização do ferro marcou a segunda grande divisão do trabalho, com a separação entre artesanato e agricultura. Nessa fase ocorreram enormes diferenças no acúmulo de riquezas entre os chefes de família e esse descompasso levou à destruição das antigas comunidades domésticas comunistas. Nessa fase superior da barbárie, a escravidão tornou-se elemento básico do sistema social, acentuando ainda mais a divisão entre ricos e pobres. Há que se destacar que as mudanças que ocorreram nas relações econômicas que se iniciavam também resultaram em modificações na organização e formação social da família, que passa então a centrar-se no matrimônio monogâmico e na conservação da propriedade privada.

A terceira divisão do trabalho trouxe consigo um elemento que revolucionou a esfera econômica, e que certamente ainda denota o elevado grau de abstração ao qual chegou a humanidade. A invenção do dinheiro-metal por volta do século VII a.C., para além de suas infinitas possibilidades cambiais, constituiu-se em um novo meio de um não-produtor ter o domínio do produto e de sua produção (ENGELS, 1984).

Com essa nova possibilidade de controle fortalecia-se cada vez mais o processo de circulação de mercadorias e, da mesma forma, as relações comerciais se intensificavam vertiginosamente. Nessa relação, o dinheiro, na forma de moeda

cunhada, converteu-se em mercadoria, pois “Havia sido encontrada a mercadoria por excelência, que encerra em estado latente todas as demais, o instrumento mágico que se transforma, à vontade, em todas as coisas desejadas e desejáveis” (ENGELS, 1984, p. 187).

Tecidas as novas relações econômicas, que, para além de mercadorias e de escravos, também já contava com a riqueza em dinheiro, instaurou-se a propriedade privada da terra, e com ela a possibilidade de concentração/acumulação de riqueza em terra. Essas condições resultaram no empobrecimento das massas e no aumento no número de pobres, tendo em vista que:

Com a expansão do comércio, o dinheiro, a usura, a propriedade territorial e a hipoteca, progrediram rapidamente a centralização e a concentração das riquezas nas mãos de uma classe pouco numerosa, o que se fez acompanhar do empobrecimento das massas e do aumento numérico dos pobres. (ENGELS, 1984, p. 188).

Atentando para a origem do Estado capitalista e para a forma como historicamente a divisão social do trabalho foi sendo configurada, entende-se que resultou numa forma de organização societária fundamentada na exploração e na acumulação de riquezas de ordem desigual.

À medida que o capital, por exigência de sua própria sobrevivência se torna cada vez mais complexo pelas transformações no modo de produção da vida e que foram sendo estabelecidas novas formas de compra e venda de mercadorias, o próprio homem viu-se transformado em mercadoria. Então, já destituído de qualquer bem material do qual pudesse obter o suficiente para a sobrevivência, obrigou-se a vender sua força de trabalho para o capitalista, que, tendo a posse do meio de produção, obtém o lucro e perpetua as relações de exploração.

Essas mudanças nas relações econômicas e comerciais, ao mesmo tempo em que revelam um elevado grau de desenvolvimento da sociedade, também denunciam a sua divisão em classes numa perversa relação de desigualdade, em razão ao passo que a concentração de riquezas nas mãos de uma minoria significa uma vida miserável para a maioria.

Para conter esse antagonismo de classes gerado pela organização econômica capitalista fez-se necessário o estabelecimento de um poder articulador geral da sociedade, supostamente neutro. Nessa relação de contradição nasceu o aparato Estatal, que é expressão da dominação de uma classe sobre a outra:

[...] o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 1984, p. 193).

Também é importante salientar que esse nível de desenvolvimento da sociedade produzido pela divisão do trabalho possibilitou ao homem a produção em larga escala, para além das suas necessidades básicas de consumo e, dessa forma, o acúmulo de riqueza oriunda da exploração do trabalho, riqueza essa que originou a sociedade de classes e, com ela, a necessidade de um poder regulador, o Estado.

Acerca desse entendimento, Engels (1984) assinala que:

Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentílico já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado (p. 190).

Na presente argumentação, uma vez discutida a origem e a essencialidade do poder estatal para a manutenção das relações de exploração e, assim sendo, do sistema capitalista, é importante compreender alguns aspectos subjacentes à natureza e ao significado do Estado, já que ele é expressão da divisão da sociedade em classes (LÉNINE, 1975).

Nessa direção, a percepção de que as classes sociais antagônicas possuem diferentes concepções de Estado e, por assim ser, possuem distintas finalidades para o mesmo Estado, torna-se fundamental para o entendimento da questão do Estado e da sua função, tanto na sociedade capitalista, quanto, na socialista. Nesse sentido, percebe-se “[...] sempre a luta entre classes diferentes, uma luta reflectida ou expressa num conflito de concepções do Estado, na consideração do papel e do significado do Estado” (LÉNINE, 1975, p. 130).

Assim, visto o processo histórico de desenvolvimento do Estado, bem como a temática perseguida nesta pesquisa, não se pode partir de uma concepção baseada na imparcialidade. É necessário avançar compreendendo que o aparato estatal se fundamenta na coerção e na violência, e que sua existência pressupõe a exploração

de uma classe sobre outra (LÉNINE, 1975). O poder estatal justifica privilégios sociais para uma minoria, assegura o processo de exploração e acumulação e, por fim, garante a manutenção e a existência do capitalismo (LÉNINE, 1975).

Visto o conceito de Estado e sua forma de desenvolvimento e ação dentro da democracia burguesa, entende-se a contínua necessidade de o capitalismo, embora metamorfoseado e adequado às novas relações sociais, manter a "velha" estrutura jurídico-política, estrutura que legitima esse aparato regulador e a divisão social em classes. Também é possível compreender os elementos que caracterizam cada vez mais a classe trabalhadora consciente enquanto irreduzível defensora do estabelecimento do Estado socialista.

Reitera-se que o aparato estatal nem sempre existiu, mas teve sua origem e desenvolvimento condicionados ao tempo e às transformações nas relações sociais de produção. A partir dessa constatação, entende-se que o Estado pode, diante de uma nova conjuntura política e de determinados acontecimentos históricos, reorganizar-se estruturalmente de modo a atender a novas demandas sociais e econômicas. Assim, o modelo produtivo socialista, conforme explicita o documento, busca inicialmente, na sua IV diretriz, avançar na compreensão do significado do trabalho, com vistas a eliminar a divisão social e a estrutura hierárquica do trabalho, ambas forjadas pelo modo de produção capitalista. Há que se eliminar, de igual forma, a disjuntiva existente entre satisfação de necessidades e produção de riquezas (VENEZUELA, 2007b).

O modelo produtivo proposto pela Venezuela deve, como explica o plano, responder principalmente às necessidades humanas, ou seja, às necessidades básicas de toda a população, de maneira sustentável e conforme as exigências naturais e geográficas de cada lugar. Esse modelo mostra-se, então, mais direcionado às pessoas e menos subordinado à reprodução do capital (VENEZUELA, 2007b).

O Estado, sob essa perspectiva, deve ter o controle total das atividades produtivas que são fundamentais para o desenvolvimento do país e das necessidades e capacidades produtivas dos indivíduos sociais. E, para isso, precisa:

- a. Establecer un Modelo Productivo Socialista con el funcionamiento de nuevas formas de generación, apropiación y distribución de los excedentes económicos y una nueva forma de distribución de la renta petrolera, lo que será el reflejo de un avance sustancial en el

cambio de valores en el colectivo, en la forma de relacionarse los individuos con los demás, con la comunidad, con la naturaleza y con los medios de producción. (VENEZUELA, 2007b, p. 21).

Para o documento, o modelo produtivo socialista está em conformidade com as chamadas "Empresas de Producción Social (EPS)"²⁷, que são empresas que constituem "[...] el germen y el camino hacia el Socialismo del Siglo XXI" (VENEZUELA, 2007b, p. 22), mesmo com a coexistência de empresas estatais e privadas.

Nas EPS, a divisão da riqueza produzida coletivamente deve ocorrer de maneira oposta da que acontece nas empresas capitalistas privadas. Isso significa que os trabalhadores devem apropriar-se do excedente econômico resultante, que será repartido na proporção e na quantidade do trabalho empregado. Essas empresas, a partir desse funcionamento, devem multiplicar-se, formando unidades associativas que crescerão e transformarão empresas do Estado e empresas capitalistas privadas em EPS (VENEZUELA, 2007b).

Com base nesse modelo econômico, o país pretende avançar concretamente no fortalecimento e na consolidação endógena da economia, pois, mediante a utilização progressiva dos recursos venezuelanos, torna-se viável o desenvolvimento sustentável com respeito às gerações futuras. Por isso o documento afirma que

p. El desarrollo de un sistema de innovación se logrará mediante la consolidación de una estructura socio-institucional y legal, de capital social, de redes de agentes interesados, de conocimiento de las necesidades de la sociedad, de las experiencias alcanzadas y de los recursos necesarios [...]. (VENEZUELA, 2007b, p. 22).

A IV diretriz propôs, então, como primeiro objetivo, no item 2.1, desenvolver o novo modelo produtivo econômico endógeno, modelo que será a base econômica do chamado Socialismo do Século XXI e do crescimento sustentável. Na sequência, o item 2.3 evidencia a importância do conhecimento neste processo, pois estabelece a necessidade de fomentar a ciência e a tecnologia como propulsores do desenvolvimento nacional, e de redução das diferenças de acesso ao conhecimento (VENEZUELA, 2007b).

²⁷ Conforme exposto no 1º Plano Socialista da Nação, Empresas de Produção Social (EPS) são entidades econômicas dedicadas à produção de bens e serviços nas quais o trabalho tem significado próprio, ou seja, não alienado, e autêntico. Nesse modelo não existe discriminação social do trabalho e de nenhum tipo de trabalho, não existem privilégios devido à posição hierárquica, há igualdade substantiva entre todos os integrantes e as relações se baseiam na planificação participativa e protagônica. (VENEZUELA, 2007b, p. 22).

Entre as estratégias e as políticas para o estabelecimento do modelo produtivo socialista destaca-se o item 3.4.3, item que se refere ao aumento do investimento em atividades estratégicas para o desenvolvimento do país. Embora, não seja explicitamente mencionado nesta parte do documento, cabe a consideração de que a Educação Bolivariana também pode ser caracterizada como uma atividade estratégica, visto que a sua universalização, a partir da ideologia socialista e bolivariana, pressupõe o alcance de outras metas sociais do governo bolivariano, como, por exemplo, a diminuição da pobreza, da violência e do desemprego. Em razão disso, justifica-se o investimento maciço em educação feita pelo Estado, a partir do ano de 2003, com os recursos advindos do petróleo.

Ainda no concernente à educação, a IV diretriz apresenta como estratégia, no item 3.11.2, o apoio e o fortalecimento para o prosseguimento de carreiras científicas e pós-graduações para garantir a capacitação docente, e, no item 3.12.4, a potencialização das redes de conhecimento e de formação para o trabalho em todos os níveis educativos. Essas estratégias políticas, voltadas para o campo educacional, demonstram o alinhamento entre as diretrizes I, II, III e IV e isso revela que o projeto de educação do país não é tratado de forma fragmentada. Isso equivale a afirmar que a educação não é apenas mais um segmento relegado a um segundo plano, senão que, pelo contrário, o projeto nacional venezuelano parece indicar outra concepção de Estado e de educação, e, por assim ser, outro tratamento governamental com avanços e resultados diferenciados.

3.3 As orientações socialistas do Programa de Governo do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) contempladas na Lei Orgânica de Educação de 2009

O projeto societário venezuelano para a transformação da economia e do modo de produção capitalista, como visto anteriormente, se fundamenta na fusão do socialismo marxista com o pensamento bolivariano latino-americano, resultando no chamado Socialismo do Século XXI.

Tendo em vista o histórico da política venezuelana nos governos Chávez, ocorreu em 2007, sob embates e discussões, a fusão de alguns partidos políticos menores adeptos do chavismo para a fundação de um partido único, o PSUV. O programa do PSUV emergiu dos acontecimentos políticos e econômicos advindos da Revolução Bolivariana. Por isso esse programa se relaciona com os demais documentos oficiais do governo bolivariano e, portanto, se faz pertinente a sua análise na formulação da nova política educacional do país.

As transformações de ordem política e econômica que eclodiram no país desde a eleição de Chávez em 1998 sinalizaram para a urgência e a continuidade de políticas radicais em busca do fortalecimento da esquerda venezuelana e da implementação da democracia socialista.

Como o projeto revolucionário bolivariano ganhava cada vez mais expressão, pois crescia vigorosamente o apoio e a adesão do povo venezuelano ao novo projeto nacional, Chávez e os demais militantes do *Movimiento V República*, partido fundado em 1997 e ao qual pertencia o respectivo presidente, resolveram, para dar mais organicidade ao partido e um instrumento partidário próprio aos milhões de chavistas, após as eleições de 2006, dissolver o partido e agregar outros partidos menores de esquerda, para fundar uma espécie de partido único. Criava-se, assim o PSUV, um partido considerado forte e unido para o enfrentamento do novo contexto venezuelano.

Contando com a vitória expressiva de 63% dos votos na eleição de 2006, e com a popularidade em alta, Chávez salientava, em seus discursos, a necessidade de um partido socialista forte para prosseguir com a revolução em curso, de forma que o PSUV obteve a marca de mais de 5 milhões de filiados em apenas 6 semanas, totalizando cerca de 36% dos eleitores do país, atingindo a marca de ser

considerado o maior partido de esquerda da América Latina (BORGES, CARVALHO, 2008).

Para Reverón (2011), a criação do PSUV esteve ligada à proposta de Chávez para unificar a esquerda venezuelana no pleito eleitoral de 2006. Inicialmente se cogitou sobre a necessidade de se estabelecer um partido único, no entanto os militantes propulsores da ideia do novo partido concluíram que o mais importante para o momento vivido pelo país seria a criação de um partido unido, e não necessariamente único. Para tanto, foram estabelecidas unidades de base para a discussão e o debate do programa do partido em todo o território nacional.

Assim como identificado em outros documentos supracitados, o Programa do Partido PSUV, estratégica e teoricamente, obedece e corresponde ao momento vivido pela Venezuela chavista e bolivariana. Em razão disso, as proposições e os direcionamentos fixados no respectivo programa partidário também se encontram alinhados aos documentos oficiais do país, como é o caso da Constituição de 1999 e dos Planos Socialistas da Nação (2007-2013/2013-2019).

Agora, neste subitem, analisam-se as orientações do ideário socialista e bolivariano, expostas pelo programa, que também perpassam o documento de referência nacional da Educação Bolivariana, a Lei Orgânica de Educação (2009).

O Programa do Partido PSUV foi elaborado com a ampla participação e discussão de todos os filiados e militantes do partido. O resultado foi sistematizado no chamado *Libro Rojo*, um documento fundamental e que contém as bases programáticas e a fundamentação teórico-política do PSUV.

Conforme o enfoque desse documento, a compreensão e a justificativa do teor e das proposições nele apresentadas requerem, a princípio, o entendimento e o conhecimento da história latino-americana. Nota-se que esse pressuposto está contemplado na LOE, que regulamenta o ensino da história venezuelana e latino-americana em todos os estabelecimentos de ensino. Conhecer a história implica a compreensão do domínio da ameaça imperialista e, do mesmo modo, o reconhecimento da crise do capitalismo mundial, que tem esgotado a força de trabalho e subjugado a condição humana, gerando contradições irremediáveis.

A partir dessa factível constatação, a alternativa inicialmente proposta pelo programa consiste em "[...] terminar com o capitalismo e construir o socialismo para acabar com a pobreza e implantar a justiça social" (VENEZUELA, 2010b, p. 26). A

derrocada do capitalismo, para a construção de uma sociedade capaz de eliminar os determinantes causais da pobreza e da desigualdade econômica e política entre os homens, de acordo com esse documento, perpassaria pela efetiva soberania do povo, que, ao assumir o poder e, mediante a instrumentalização teórica e legal oferecida pelo partido, buscaria a união de todas as classes exploradas, a fim de acabar com a pobreza e a dependência histórica.

Da mesma forma, o documento enfatiza a responsabilidade que o PSUV tem no "andar da carruagem" da Revolução Bolivariana e na implementação da democracia socialista no que diz respeito à formação da consciência social dos venezuelanos. Assevera-se, então, já no início do programa, que o partido tem o compromisso de ser "[...] el propulsor de la conciencia social y de los cambios históricos, promotor de la justicia social, moral y económica" (VENEZUELA, 2010b, p. 27), pois, "Si hay educación para la conciencia ideológica-socialista de toda la población, se podrá derrotar la pobreza" (VENEZUELA, 2010b, p. 27).

A partir desses aspectos, a Educação Bolivariana, baseada nos princípios da ética socialista, sob o respaldo do governo bolivariano, é colocada como uma estratégia importante no processo de desenvolvimento da consciência ideológica-socialista do povo, bem como para se atingir o objetivo revolucionário de superação do capitalismo gerador da pobreza.

Acerca desse entendimento, cabe, pois, considerar, conforme o excerto abaixo, que a Educação Bolivariana, desde a sua implantação em caráter experimental, ainda em 2003 revelou ter respondido às necessidades educacionais da população e, de igual maneira, tem correspondido ao projeto nacional socialista:

En el presente, podemos afirmar que, durante los años del Gobierno Bolivariano Revolucionario, se ha dado prioridad a la inclusión social, la misma exigía respuestas rápidas y masivas; de allí el origen de las misiones como una estrategia para burlar la estructura burocrática y pesada del estado burgués heredado, utilizando la renta petrolera como fuente de financiamiento. Podemos mostrar los avances en la inclusión social, allí están los indicadores sociales; en Educación, Salud, Nutrición y en acceso a derechos humanos fundamentales. La erradicación del analfabetismo, los avances hacia la universalización del derecho a la educación, el tener la mayor tasa de crecimiento de la matrícula de educación superior en América Latina [...]. (VENEZUELA, 2010b, p. 28).

O projeto nacional expresso no Programa do PSUV fundamenta-se na construção da pátria socialista venezuelana, construção que se dará, segundo o

documento, por meio do socialismo bolivariano. Por isso o partido assume o ideário bolivariano, a importância da contribuição de Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez, a história de luta e organização dos povos indo-afro-americanos. De igual forma, busca inspiração na origem do cristianismo, na teologia da libertação, nutrindo-se também do socialismo científico e das experiências de homens e de mulheres revolucionárias que lutaram pela construção do socialismo (VENEZUELA, 2010b).

A ética e a moral socialista, o processo de formação e de autoformação socialista também são mencionados no programa como uma característica essencial do militante, visto que os que se intitulam socialistas bolivarianos devem obedecer a seguinte regra ética:

6. Las y los socialistas de Venezuela luchamos en defensa de los derechos de la Madre Tierra y de la Humanidad en el marco de un desarrollo que establezca relaciones armónicas y sustentables entre los seres humanos y la Naturaleza. El Socialismo del Siglo XXI tiene la obligación ética de construir un modelo respetuoso de la vida y de nuestra Madre Tierra que garantice la sobrevivencia de la Humanidad y de toda forma de vida amenazada por el modelo consumista capitalista. (VENEZUELA, 2010b, p. 74).

O Programa do PSUV também está a serviço e integra o movimento de continuidade da Revolução Bolivariana. Em razão disso, direciona seus objetivos estratégicos para a consolidação da Democracia Participativa e Protagônica, para a derrota do imperialismo e de toda a forma de dominação estrangeira e para a construção do Socialismo Bolivariano. De acordo com esse documento, o socialismo bolivariano pode ser assim entendido:

El socialismo, en su sentido más general, tiene como punto de partida la toma de conciencia sobre las contradicciones del capitalismo y la lucha por resolverlas en función del mundo del trabajo para garantizar la suprema felicidad social y la emancipación de la humanidad. (VENEZUELA, 2010b, p. 97).

Pois,

El socialismo es volver a un sentido social y comunitario de la vida. Comunicar además de participar, define a los sujetos y muestra, a través de tal participación, cómo es una comunidad, desde el sentido de lo que tiene en común. La solidaridad permite al sujeto social ser más y mejor, vencer sus limitaciones y complementar potencialidades y cualidades. Construir el socialismo es tener una praxis revolucionaria. Es construir una sociedad polifónica para deliberar conscientemente, para escoger el mejor medio para un fin: el desarrollo de las potencialidades humanas, las cuales sólo pueden

florecer en un clima de libertad, igualdad y justicia socialista. (VENEZUELA, 2010b, p. 99-100) .

A busca pelo socialismo bolivariano, segundo o programa, perpassa a construção de uma consciência revolucionária como meio de superação da alienação da consciência social própria do capitalismo. Nesse ponto, a educação voltada para a disseminação de valores próprios da ética socialista ganha ainda mais vigor, pois, conforme expressa o documento, junto com a refundação da república, há a necessidade de se refundar as práticas políticas e sociais, impregnando nelas um conteúdo crítico, moral e ético que leve ao questionamento radical de instituições burguesas e de suas representações e de seus imaginários socialmente aceitos e praticados.

Esse embate somente ocorrerá a partir da formação de uma nova consciência social, esta a ser produzida mediante a incorporação gradativa, ao processo educacional, dos princípios da nova ética socialista a centrar-se em valores humanistas, solidários e críticos (VENEZUELA, 2010b).

Diante disso, observa-se que, os direcionamentos éticos socialistas e bolivarianos propostos pelo programa partidário também estão contemplados na Lei Orgânica de Educação de 2009. Isso demonstra que a elaboração de todos os documentos oficiais do país, a partir de 1999, tem respeitado o momento vivido pela Venezuela e a revolução em curso. Além do mais, eles estão em sintonia em todos os aspectos teóricos, filosóficos e políticos, pois se apresentam rigorosamente dentro dos ideais bolivarianos latino-americanos e completamente alinhados e comprometidos ideologicamente com a construção da ética socialista, do socialismo venezuelano, também chamado de Socialismo do Século XXI.

Assim sendo, cabe ressaltar que, na LOE, já no artigo 3º, relativo aos princípios e aos valores da educação oficial venezuelana, ficam estabelecidos fundamentos característicos da ética socialista bolivariana:

Artículo 3. La presente Ley establece como principios de la educación, la democracia participativa y protagónica, la responsabilidad social, la igualdad entre todos los ciudadanos y ciudadanas sin discriminaciones de ninguna índole, la formación para la independencia, la libertad y la emancipación, la valoración y defensa de la soberanía, la formación en una cultura para la paz, la justicia social, el respeto a los derechos humanos, la práctica de la equidad y la inclusión; la sustentabilidad del desarrollo, el derecho a

la igualdad de género, el fortalecimiento de la identidad nacional, la lealtad a la patria e integración latinoamericana y caribeña.

Se consideran como valores fundamentales: el respeto a la vida, el amor y la fraternidad, la concivencia armónica en el marco de la solidaridad, la corresponsabilidad, la cooperación, la tolerancia y la valoración del bien común, la valoración social y ética del trabajo, el respeto a la diversidad propia de los diferentes grupos humanos. Igualmente se establece que la educación es pública y social, obligatoria, gratuita, de calidad, de carácter laico, integral, permanente, con pertinencia social, creativa, artística, innovadora, crítica, pluricultural, multiétnica, intercultural, y plurilingüe (VENEZUELA, 2009, p. 4-5).

Da mesma forma, no artigo 6º, a LOE assegura os princípios socialistas bolivarianos:

1. Respeto y honores obligatorios a los símbolos patrios, a la memoria de nuestro Libertador Simón Bolívar y a los valores de nuestra nacionalidad, en todas las instituciones y centros educativos.

2.c El obligatorio cumplimiento de la educación en la doctrina de nuestro Libertador Simón Bolívar, el idioma castellano, la historia y la geografía de Venezuela; y el ambiente en las instituciones y centros educativos oficiales y privados, hasta la educación media general y media técnica [...] (VENEZUELA, 2009, p. 8-9).

A análise das proposições relacionadas à educação formal venezuelana, a partir dos documentos oficiais do país, entre eles, os Planos Socialistas da Nação, a LOE e o Programa do PSUV, tem revelado que a educação nacional, no caso, a Educação Bolivariana, parece estar direcionada a corresponder ao projeto nacional bolivariano no que tange à formação da consciência ideológica socialista, esta associada à construção permanente da propalada "nova ética socialista".

Desse modo, a educação tem um importante papel a desempenhar na formação da consciência e do comportamento dos denominados "novos republicanos bolivarianos". A destituição do *ethos* capitalista, para a incorporação do *ethos* socialista bolivariano, requer que a Educação Bolivariana seja, no espaço-tempo de transição da Revolução Bolivariana, um veículo de transmissão e internalização dos valores éticos socialistas.

Assim, a Nova Ética Socialista, primeira diretriz do Projeto Nacional Simón Bolívar, parece configurar-se na força motriz moral e ideológica de construção contínua da pátria socialista e do Socialismo do Século XXI. Isso implica

compreender a educação a partir de outro viés, pois ela deixa de ser mera reprodutora de convenções e de valores sociais e culturais da sociedade capitalista, para tornar-se, então, propulsora do conhecimento libertador, de valores humanistas, da ética socialista, que nada mais é do que a construção de um pensamento hegemônico social baseado na coletividade, no bem comum, na justiça social que levará à igualdade econômica, e não apenas à igualdade jurídico-formal.

Acerca desse entendimento, cabe salientar o artigo 14 da LOE, o qual estabelece que:

La educación es un derecho humano y un deber social fundamental concebida como un proceso de formación integral, gratuita, laica, inclusiva y de calidad, permanente, continua e interactiva, promueve la construcción social del conocimiento, la valoración ética y social del trabajo, y la integralidad y preeminencia de los derechos humanos, la formación de nuevos republicanos y republicanas para la participación activa, consciente y solidaria en los procesos de transformación individual y social, consustanciada con los valores de la identidad nacional, con una visión latinoamericana, caribeña, indígena, afrodescendiente y universal. La educación regulada por esta Ley se fundamenta en la doctrina de nuestro Libertador Simón Bolívar, en la doctrina de Simón Rodríguez, en el humanismo social y está abierta a todas las corrientes del pensamiento [...]. (VENEZUELA, 2009, p. 19-20).

Ainda de acordo com a Lei, conforme apresenta o artigo 15, sobre as finalidades da educação, o item 9 assegura a consonância do processo educacional com o desenvolvimento da sociedade socialista, de modo que se deve "Desarrollar un proceso educativo que eleve la consciencia para alcanzar la suprema felicidad social a través de una estructura socioeconómica incluyente y un nuevo modelo productivo social, humanista y endógeno" (VENEZUELA, 2009, p. 22).

A partir desses aspectos, entende-se, por ora, que a Educação Bolivariana vem representando, no plano formal, a força do processo revolucionário iniciado na Venezuela em 1999; no plano teórico, a fusão do socialismo marxista com a bagagem histórica e cultural do povo latino-americano, em específico, do povo venezuelano; e, no plano político, vem inserindo-se como um meio estratégico de construção contínua da ética socialista.

Dito isso, compreende-se, então, que a Educação Bolivariana é construída e constrói o processo da nova conjuntura política e social venezuelana. Isso se deve à constatação de que, por sua vez, a educação escolar bolivariana, visto seu processo subjacente de emersão e implementação, parece não somente ter recebido as

influências teórico-políticas dos pressupostos do chamado Socialismo do Século XXI, como também se configurou numa parte fundamental no processo de constituição do novo Estado socialista, considerando-se que a ela cabe contribuir na propagação do ideário bolivariano e da nova concepção ética de Estado e sociedade que vem sendo paulatinamente perseguida como projeto de país.

Isso requer o esclarecimento de que a Educação Bolivariana, ao mesmo tempo em que se tem constituído no processo revolucionário de transição vivido pela Venezuela, nos fundamentos do ideário bolivariano e do socialismo bolivariano, vem também cooperando com o movimento de continuidade e de legitimidade de construção da pátria socialista. Isso significa que o Socialismo do Século XXI, concomitantemente, compõe a educação bolivariana e, sobretudo, também é composto por ela.

Esse entendimento advém da análise de que a compreensão do Socialismo do Século XXI não pode ser reduzida ao ideário bolivariano, ou como mero sinônimo do socialismo bolivariano. Para além disso, o Socialismo do Século XXI seria o fim último, o ápice da Revolução Bolivariana, ápice que seria concretamente alcançado ao passo que todas as VII diretrizes propostas nos planos socialistas da nação fossem igualmente alcançadas. Ou seja, o Socialismo do Século XXI seria a prática concreta, a práxis social, do que, por enquanto, a Venezuela tem alcançado no plano ideológico, formal e político, e até mesmo de forma incipiente na materialidade.

Quanto à relação existente entre educação e Estado, é importante salientar que a Educação Bolivariana, conforme entendimento mediante a análise documental, configura-se em um instrumento, assumindo-se no plano político do projeto nacional bolivariano como o meio estratégico formal de construção da I diretriz, ou Nova Ética Social.

Considerações finais

A definição deste objeto de pesquisa moveu-se pela necessidade de reflexão e de aprofundamento analítico sobre os conhecimentos relacionados à Venezuela e, particularmente, à educação escolar venezuelana, estendendo-se à América Latina. Com a intencionalidade investigativa, estudos anteriores possibilitaram as seguintes indagações iniciais: —*Como tem constituído/organizado a base teórica e conceitual da Educação Escolar Bolivariana da Venezuela, a partir da reestruturação política e econômica do Estado iniciada nos governos Chávez?* e —*De que forma os pressupostos teórico-políticos do socialismo venezuelano, até então denominado no país de Socialismo do Século XXI, têm atravessado, composto e transformado a educação escolar?*

Esses questionamentos levaram a outros que permearam todo o processo de pesquisa, sobretudo que contribuíram para a exploração minuciosa do objeto. Com o olhar de pesquisador à luz do rigor científico, tentou-se apreender as diversas nuances que circundam o objeto escolhido, com a clareza de que a neutralidade no processo investigativo não é possível, pois objeto e pesquisador estão imbuídos de determinações subjetivas, políticas e ideológicas.

A partir do pressuposto de que a realidade é dialética, e de que, portanto, o objeto analisado também está em constante movimento, suscitando, pois, novos questionamentos e novas investigações, concluiu-se provisoriamente, neste estudo, que a educação escolar Bolivariana da Venezuela, no período de 2005 a 2012, está atravessada de conceitos e de orientações do chamado Socialismo do Século XXI. Sobretudo, esta afirmação se comprovou mediante o estudo analítico de conceitos teóricos e políticos incorporados em documentos oficiais e legais referentes ao sistema escolar e à legislação educacional em vigor no país, como *Diseño Curricular del Sistema Educativo Bolivariano* (2007) e *Ley Orgánica de Educación* (2009). Da mesma forma, outros documentos oficiais, como *Constitución Bolivariana da Venezuela* (1999), *Proyecto Nacional Simón Bolívar - Primer Plan Socialista. Desarrollo Económico y Social de la Nación (PPS-2007/2013)* e *Proposta del candidato de la pátria - Comandante Hugo Chávez - para la gestión Bolivariana Socialista* (2013/2019) revelaram a incorporação de pressupostos filosóficos e

políticos do socialismo, o qual se propõe construir a sociedade venezuelana no início do século XXI.

Para além da análise documental, o estudo de diversas fontes bibliográficas relacionadas à temática permitiu a constatação de que, para a Venezuela, a construção do Socialismo *do* Século XXI se fará ainda neste século. Assim, o Socialismo *do* Século XXI se fará, no sentido de que está em processo de elaboração teórico-política, *no* século XXI. Há, contudo, que se considerar que não se trata apenas de socialismo *no* século XXI, visto que os ensaios elaborados acerca do socialismo bolivariano da Venezuela, intitulado pelo país de Socialismo do Século XXI, parecem, no momento, não se caracterizarem apenas como uma espécie de resgate da teoria socialista-marxista do século XIX interpretada aos moldes do presente século. Pelo contrário, apresentam-se, porém, como um modelo incipiente de construção, com base e a partir do socialismo marxista, de um novo caminho em direção à sociedade socialista do século XXI. E cabe salientar que este entendimento se restringe ao plano teórico, referindo-se ao pensamento do que pode ou não vir a tornar-se e caracterizar-se como Socialismo do século XXI, dependendo dos acontecimentos e dos fatores condicionantes históricos.

Dessa forma, embora o Socialismo do Século XXI — desenhado mediante as condições e aos moldes do que a sociedade venezuelana almeja alcançar até o findar deste século — exista legalmente e ideologicamente, a rigor, há que se reconhecer que na prática trata-se de um estágio inicial de implementação de outra forma de organização social, ou seja, de um período de transição, estágio no qual o Estado democrático de direito e de justiça tem política tentativas de transformar gradativamente a economia e a estrutura política e social do país, por meio da delegação do poder ao povo, na denominada democracia participativa protagônica e pela incorporação de instrumentos jurídicos e de políticas estratégicas que correspondam, na sociedade e também na educação formal, ao modelo societário socialista originalmente venezuelano.

Em razão disso, o socialismo proposto pela Venezuela, o chamado Socialismo do Século XXI, a princípio já pode ser reconhecido como uma força revolucionária na América Latina, quiçá, no mundo, pois, indubitavelmente, seus princípios e valores, baseados nos pensadores latino-americanos, e o processo de transformações sociais substantivas ocorridas no referido país demonstram que o

modo de produção capitalista e o Estado burguês estão em xeque. Eis, pois, a questão que se levanta: —*Se o novo pode nascer do velho, por incorporação; estaria talvez o modelo capitalista de produção apontando os primeiros sinais de crise que apontariam para a sua destruição, ou para o aprofundamento da barbárie?*

Considerando esses aspectos, observou-se ainda que, embora o Socialismo do Século XXI se fundamente no aporte teórico marxista, este, por sua vez, possui sua própria identidade e esta, tendo em vista o processo histórico subjacente, encontra-se em permanente e contínua construção de acordo com o sonho venezuelano de pátria socialista. Diante disso, cabe, então, uma segunda arguição: —*Se toda a tessitura social, é marcada pela dialética e pelas contradições, por que o Socialismo do Século XXI também não o será?*

A própria teoria marxiana revela que as transformações políticas, econômicas e sociais não se processam de igual forma nos diferentes lugares. Assim sendo, o Socialismo do Século XXI pode, mediante a criação das condições concretas para a sua realização, porvir em diversos países e de diferentes formas, com dinâmicas sociais já vivenciadas, ou com meios que hão de ser inventados conforme a necessidade e peculiaridade de cada formação social, sem, no entanto, deixar de perseguir seu devir e sua finalidade histórica.

Quanto à sua concreta transmutação do plano teórico-ideológico para a efetiva práxis social que consolidaria um novo tipo de sociedade e, com ela, o novo homem socialista, não há como estabelecer previsibilidade, pois isso dependerá dos determinantes econômicos e dos condicionantes históricos e, sobretudo, tecnológicos, dos quais não há como comensurar o seu desenvolvimento futuro. Reitera-se, então, o entendimento de que a emergência do Socialismo do Século XXI evidencia um período de transição pelo qual a sociedade venezuelana, ainda parece passar, não tomando período analítico, o governo Maduro. Reafirmo, essa transição teve um “divisor de águas” em 1999 — um início bem definido no tempo —, mas não tem como definir um prazo para terminar, podendo perdurar por anos ou até mesmo ser ceifada arbitrariamente — em um momento decisivo das novas formas de golpes, expressas em países da América Latina — diante da correlação de forças entre as classes sociais antagônicas.

A análise teórica e documental, principalmente do 1º e 2º Planos Socialistas da Nação, possibilitou o entendimento de que o Socialismo do Século XXI pode,

inclusive, não se concretizar neste mesmo século, no entanto a sua origem e o seu ideário indubitavelmente se constituem neste século, aparentemente vindo a tratar-se de um socialismo *no* século XXI e *do* século XXI, pois, além de sua essência socialista oriunda do século XIX, incorpora novos elementos/conceitos teóricos, filosóficos e políticos emergidos neste século, assim como abrange as lutas e as reivindicações dos diversos estratos sociais descontentes com o sistema capitalista e sinaliza para a construção de novos modelos sociais e econômicos. Talvez esteja em discussão um socialismo pensado *no* século XXI e *para* o século XXI, pois os homens são contemporâneos ao seu tempo histórico e, por isso, sua produção ideológica e material é limitada e condicionada a ele.

Essas constatações sobre o Socialismo do Século XXI respaldaram e transpassaram a discussão sobre socialismo e educação escolar na Venezuela. Aliás, remeteram à compreensão do contexto sociopolítico, econômico e cultural do país, pois se observou que o movimento de reestruturação que ocorreu na educação escolar bolivariana esteve condicionado, e foi determinado, por mudanças ideológicas e infraestruturais nesses segmentos.

Com a derrota da União Soviética no início da década de 1990, e de uma tentativa de anulação de todo pensamento crítico, em todo mundo, a luta pelo socialismo parecia estar em desuso, pois não combinava com regimes conservadores, o que dava lugar à manutenção de privilégios sociais e econômicos dos mais poderosos no país e que mantinham relações amistosas com os norte-americanos, valorizando a interferência e o potencial bélico do imperialismo estadunidense. A Venezuela vivenciou a democracia burguesa *puntofijista* e a aplicação de receitas políticas neoliberais nos anos de 1980 e 1990. A revolta popular no ano de 1989, na qual eclodiu o *Caracazo*, foi inevitável e as rebeliões militares de 1992 despertaram o desejo de mudança na população, que não aceitava a situação política e econômica do país, forjada por uma mídia golpista e por partidos políticos de grande *status* social. A renda petrolífera ficou nas mãos de uma minoria e concentrada no exterior sem retorno para o capital nacional. Desde a década de 1980, a saída de capital tendeu a um processo de desacumulação que não só afetou o meio social como atingiu 80% da população que vivia na miséria (GIORDANI, 2009).

O período iniciado em 1999 — com a eleição de Chávez, a aprovação da CRBV e a implantação gradativa da educação escolar bolivariana, esse período seguiu envolto por vários e importantes acontecimentos na esfera política e econômica do país, como a tentativa de golpe de Estado em abril de 2002 e o *paro-sabotage* ao petróleo, que paralisou o país do final de 2002 ao início de 2003, (4 meses) medidas desesperadas da oposição interna ligada à política externa, oposta à venezuelana, que utilizavam de diversos subterfúgios e de meios de comunicação na tentativa de encobrir e de substituir o desastre dos partidos opositores nas urnas eleitorais. A oposição ferrenha não aceitava as rápidas mudanças produzidas na estrutura do país e, sobretudo, queria camuflar e impedir a propagação do ideário revolucionário do socialismo (GIORDANI, 2009).

A análise desses elementos evidenciou que a Revolução Bolivariana, juntamente com a Educação Escolar Bolivariana, responderam, no campo ideológico e político-social, ao processo de transformações radicais no país. Isso significou que a educação escolar foi compreendida pelo governo bolivariano como a "seiva" que alimenta continuamente o projeto revolucionário venezuelano. Assim, a educação escolar formal, supostamente entendida como "neutra" pelo Estado democrático burguês, definitivamente, a partir da reorientação do novo Estado democrático na Venezuela, passou a ser tratada como parte fundamental no desenvolvimento da sociedade socialista. Desse modo, a legislação educacional, no caso, a *Ley Orgánica de Educación*, de 2009, foi elaborada e sancionada de acordo com as mesmas orientações conceituais, políticas e ideológicas que constam na constituição bolivariana e nos projetos socialistas da nação.

Nessa direção, os pressupostos do novo Estado socialista, apresentados nos documentos *Proyecto Nacional Simón Bolívar - Primer Plan Socialista, Desarrollo Económico y Social de la Nación (PPS-2007/2013)* e *Proposta del candidato de la patria - Comandante Hugo Chávez - para la gestión Bolivariana Socialista (2013/2019)* parecem indicar que o Socialismo do Século XXI compõe o ideário da Educação Bolivariana e, ao mesmo tempo, é composto por ela. Essa afirmação explicitou-se, principalmente, no eixo referente à construção da Nova Ética Socialista, nova ética que pode ser entendida como a propagação do ideário bolivariano e das orientações do novo socialismo proposto pelo governo em âmbito

nacional de disseminação da ideologia socialista, enfrentou forte frente oposicionista.

Em resposta a esse movimento opositor, o governo bolivariano anunciou ferramentas para acelerar o processo de mudança em curso. Projetaram-se objetivos, estratégias, políticas, programas e projetos sociais que atenderam a toda a população nas suas necessidades essenciais, como alimentação, saúde e educação, cultura (cinema, orquestra infantil, etc.). O projeto nacional socialista, sobretudo, teve a sua base ancorada no Programa de Governo do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Isso revelou que a Venezuela, para além de um projeto econômico de longa escala, teve também a necessidade de seguir fortalecendo e consolidando uma mudança política que possibilite melhoramento social na vida da maioria dos venezuelanos, ou seja, de um projeto político que vise a unidade do povo e que avance no caminho de construção de um novo parâmetro de sociedade.

Conclui-se, portanto, no momento, que a Venezuela tem alcançado avanços reais e significativos, avanços que, de fato, têm contribuído para a construção da pátria socialista. E isso se comprova mediante a análise estatística do incremento governamental nos setores populares na Venezuela, nos governos Chávez, incremento que alavancou para cima os indicadores sociais no país. Mesmo, contudo, que esteja sendo reconhecida a relevância das mudanças que se processam, há que se mencionar que não existe, ainda, uma democracia socialista em sua plenitude na Venezuela. Não existe ainda essa democracia socialista porque alguns aspectos que caracterizam uma democracia desse gênero precisam ser completamente atendidos, como: redução de jornada de trabalho, socialização de todos os meios de produção, divisão justa e igualitária de toda a riqueza produzida, economia planificada, entre outros fatores. Acerca disso, a Venezuela, na sua transição democrática, tem politicamente e economicamente buscado mudanças estruturais em suas bases legais, de modo a trilhar o caminho para a democracia socialista.

Embora este trabalho se tenha restringido aos governos Chávez, é importante considerar ainda que muitas são as implicações da escolha venezuelana pela busca do socialismo. A oscilação econômica e o forte tencionamento político que ocorreram na gestão chavista se concretizam como crise econômica e uma alta

inflacionária que vem deteriorando os benefícios sociais, na gestão de Nicolás Maduro (iniciada em 8 de março de 2013) e, mesmo com todo o aporte teórico e legal e respaldo político da maioria do governo bolivariano, movimentos contrários à Revolução Bolivariana e ao governo de Maduro têm ganhado força em todo o país.

A oposição tem fomentado manifestações e protestos contra os altos índices de criminalidade do país, a alta da inflação, a falta de bens de consumo básicos, o crescimento do "mercado negro" e os "apagões" com a crise energética. Sobretudo, a oposição de direita alimenta um discurso de que pretende mudar os 15 anos de políticas "chavistas" no país, iniciadas por Chávez e continuadas no governo de Nicolás Maduro.

A Venezuela tem enfrentado desafios complexos, e tem pela frente um longo caminho até a estabilização econômica e política. O país está envolto por uma polarização mais forte ainda, do que nos governos Chávez, pois qualquer atitude que o governo tome, essa medida imediatamente receberá uma reação diametralmente contrária, e de igual força. Essa situação de desestabilidade política e econômica só dificulta a resolução do problema mais urgente do país no momento, a economia. A oposição, por sua vez, insiste em atrelar a culpa pelos problemas econômicos do país à administração chavista, enquanto que, no discurso oficial, se menciona uma "guerra econômica" e uma tentativa de golpe de Estado, ambas impulsionadas pelo governo estadunidense, paramilitares vinculados ao ex-presidente da Colômbia Álvaro Uribe Vélez e pela direita parasitária venezuelana.

Em síntese, a Venezuela bolivariana do século XXI tem feito história na América Latina e no mundo, e, aliás, tem sinalizado para a emergência de uma nova forma de luta política e de composição do Estado. Apoiado por alguns, rechaçado por outros, o fato é que, inegavelmente, esse pequeno país sul-americano se nega à aceitação pacífica da subjugação imperialista e, por isso, responde, na práxis social, com projetos de política nacional e educacional genuínos e originalmente venezuelanos. A frente de batalha ainda é demasiadamente grande, o embate teórico, político e econômico também o é. Espera-se, então, que, para além de obstáculos ao projeto em curso, as contradições que emergem na Venezuela bolivariana sejam o "motor" impulsionador de uma nova história latino-americana. O caso venezuelano, tendo em vista a análise sempre inesgotável da realidade, que não significa a impossibilidade de conhecer e se apropriar da verdade histórica,

suscita e desperta, ainda, a necessidade de continuidade no acompanhamento crítico e reflexivo dos fatores condicionantes históricos do país, acompanhamento esse a ser realizado por meio de estudos e de análises que permitam superar as "impressões" e as "aparências" acerca desse objeto, para que seja, então, possível aproximar-se cada vez mais do desvelamento do real.

Referências

ALVES, Bruna da Silva; NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **O acesso à educação escolar no subsistema de educação básica na Venezuela: história das políticas educativas nos governos Chávez (2003 – 2011)**. Seminário de Pesquisa do PPE - Universidade Estadual de Maringá de 12 a 14 de junho de 2013.

ARON, Raymond. **Democracia e totalitarismo**. Lisboa: Presença, 1966.

BENÍTEZ, Horacio. **Presidente Chávez define Socialismo del siglo XXI**. Entrevista concedida em 9/10/2005. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/a17224.html>>. Acesso em: fev. 2010.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Presença, 1986.

BORGES, Altamiro; CARVALHO, José Reinaldo. **O nascimento do PSUV na Venezuela**. América Latina (17 de janeiro de 2008). Disponível em: <http://www.correiodocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1325&Itemid=79>. Acesso em: dez. 2014.

BORON, Atilio A. **Socialismo siglo XXI: ¿Hay vida después del neoliberalismo?**. Venezuela: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2009.

CABEZAS, Rodrigo. **Habilitante, historia y oposicionismo**. Artigo de opinião. Publicação: 20/12/10. Disponível em: <<http://www.psuv.org.ve/opiniones/habilitante-historia-y-oposicionismo/>>. Acesso em: jun. 2014.

CASTELLANO, María Egilda. **Universidad — dominación y liberación**: elementos sobre el proceso histórico político de la universidad latinoamericana y caribeña a la luz del Alba. Venezuela: UPTAEB, 2012.

DANCINI, Alex de Novais. **O pensamento educacional em Simón Bolívar**: aspectos preliminares. X Congresso Nacional de Educação - Educere. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC. Curitiba: 7 a 10 de novembro de 2011.

DIETERICH, Heinz. **O socialismo do século XXI e a transição da Venezuela ao novo sistema**. Entrevista ao Correio Brasiliense. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/janeiro-2007/entrevista-heinz-dieterich-steffan/>>. Acesso em: mar. 2014.

ELLNER, Steve. En la búsqueda de explicaciones. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. **La política venezolana en la época de Chávez**: clases, polarización y conflicto. 1. ed. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Primeira Edição: como folheto Revue Socialiste de Março, abril e maio de 1880. Disponível em: <The Marxists Internet Archive>.

FERREIRA, Nuno Miguel Miranda. **O conceito de democracia segundo Joseph Schumpeter**. Centro de Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais CEJPS, s/d.

FERNÁNDEZ, Tatiana. O grande louco: o olhar insubordinado de Simón Rodríguez. **Educação, Sociedade & Culturas**. Instituto de Artes-Departamento de Artes Visuais, Universidade de Brasília (Brasília/Brasil), nº 39, p. 55-75, 2013.

FLORES, Rafael Correa. El Estado empotrado: las Misiones Bolivarianas como instrumentos de reforma de Estado. In: FLORES, Rafael Correa; PÉREZ, Amado Moreno et al. **Capitalismo y revolución bolivariana en Venezuela**. Venezuela: Producciones Editoriales, 2010. p. 15-103.

GIORDANI, Jorge A. **La transición venezolana al socialismo**. 1. ed. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2009.

GONZÁLEZ, Alfonso Rumazo. **Simón Rodríguez: maestro de América - biografía breve**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República: 2004.

GOTT, Richard. **À sombra do Libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela**. [tradução Ana Corbisier.] 1.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2004.

HELLINGER, Daniel. Visión política general: la caída del puntofijismo y el surgimiento del chavismo. In: ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. 1. ed. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 2003.

HOBBSBAWM, Eric J. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In: HOBBSBAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo - o marxismo no tempo de Marx**. Volume I. [tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles]. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

INE. **Indicadores Educativos, 2000/01-2010/11**. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ve>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

JÁUREGUI, Luis Bravo. **La educación en tiempos de Chávez: una revisión crítica y académicamente orientada del proceso de la educación nacional a partir de 1999**. Venezuela: El Nacional, 2006.

KOHAN, Néstor. **Dicionário básico de categorias marxistas**. s/d.

LATINA, Pátria. **Revolução bolivariana constrói o poder popular** (editorial - 01/11/12). Disponível em: <www.patrialatina.com.br>. Acesso em: maio 2014.

LÉNINE, Vladimir I. **Democracia socialista**. Lisboa: Avante, 1975.

LUZZANI, Telma. **Venezuela y la revolución**: escenarios de la era bolivariana. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.

MARTORANO, Luciano Cavini. **Burocracia e socialismo**. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. [tradução da Álvaro Pina]. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: Karl Marx, Friedrich Engels. **Obras escolhidas**. Volume 1. São Paulo: Alfa-Omega. s/d.

MCLELLAN, David. A concepção materialista da história. In: HOBBSBAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo** - o marxismo no tempo de Marx. Volume I. [tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles]. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação**: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.

MAYA, Margarita López. **Luta hegemônica na Venezuela**: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez. Traduzido por Flávio Benedito do original castelhano "Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio". 2. ed. Caracas: Alfadil, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital** [tradução Isa Tavares]. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães Nogueira. **Ajuda externa para a educação brasileira**: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 1999.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães Nogueira; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. Democratização da educação escolar: as Missões Robinson, Ribas e Sucre e o Estado venezuelano inscrito na Constituição de 1999. In: BORGES, Liliam Faria Porto; MAZZUCO, Neiva Gallina (Orgs.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo, Xamã: 2009a. p. 105-120.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. Políticas para o Ensino Superior no âmbito do projeto revolucionário bolivariano da Venezuela: aspectos históricos e conceituais. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 603/628, jul./dez. 2009b. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: set. 2012.

PINEDA, Nelson. Venezuela: del capitalismo rentístico al socialismo del siglo XXI. In: FLORES, Rafael Correa; PÉREZ, Amado Moreno et al. **Capitalismo y revolución bolivariana en Venezuela**. Venezuela: Producciones Editoriales, 2010. p. 247-290.

REVERÓN, José Agustín. **Breve história del PSUV**. Data de publicação: 23/2/2011. Disponível em: <www.aporrea.org/ideologia/a118238.html>. Acesso em: nov. 2014.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. **Mestres do mundo: José Martí, o pensador da liberdade dos povos latinoamericanos**. Fevereiro, 2014.

SAES, Décio. A democracia no capitalismo. In: **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

SANZ, Rodolfo. **Marx y el socialismo hoy: Venezuela y la Revolución Bolivariana**. Colombia: Aurora, 2012.

SEABRA, Raphael Lana. **A primeira revolução do século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela**. Tese. Universidade de Brasília (UnB) - Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Sociologia. Brasília, 2012.

SILVA, Jesús Manuel. **Concepto politológico del chavismo**. Disponível em: <<http://jesusmanuelasilva.blogspot.com.br/2013/03/concepto-politologico-delchavismo.html>>. Acesso em: abr. 2014.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste liberal e desajuste social na América Latina**. Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia. Campinas: 1995. Tese de doutoramento apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

SOLÉ, Jaques. **Historia y mito de la Revolución Francesa**. [s.l.]: Siglo XXI, 1989. 414 p.

TRUJILLO, Nacarid Rodríguez. Trayectoria del Proyecto de Escuelas Bolivarianas. **Educere – Investigación Arbitrada** – año 12, nº 42 – julio – agosto – septiembre. 2008. p. 563/574.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **O valor do socialismo**. [tradução: Leila Escorsim Netto]. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Gaceta Oficial del jueves 30 de diciembre de 1999, nº 36.860.

VENEZUELA. **Cumpliendo las Metas del Milenio – 2010**. Caracas, 2010a.

VENEZUELA. **Libro Rojo - Partido Socialista Unido de Venezuela**. Venezuela, 2010b.

VENEZUELA. Ley Orgánica (2010). **Ley Orgánica del Poder Popular**. Lei nº 6011/2010. Gaceta Oficial Extraordinario de 21 de diciembre de 2010c, nº 39.578.

VENEZUELA. Ley Orgánica (2009). **Ley Orgánica de los Consejos Comunales**. Lei nº 39.335/2009. Gaceta Oficial Extraordinario de 28 de diciembre de 2009a, nº 39.578.

VENEZUELA. Ley Orgánica (2009). **Ley Orgánica de Educación**. Gaceta Oficial Extraordinario de 15 de agosto de 2009b, nº 5.929.

VENEZUELA. **Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007**. Caracas: 2001.

VENEZUELA. Ministerio de Educación y Deportes. **Escuelas Bolivarianas**: avance cualitativo del proyecto. Caracas, 2004.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Educación. **Currículo Nacional Bolivariano Diseño Curricular del Sistema Educativo Bolivariano**. Caracas: CENAMEC, 2007a.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Educación. **Sistema Educativo Bolivariano**. Caracas: CENAMEC, 2007c.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. **Logros y avances del Gobierno Bolivariano - 2011**. Caracas, 2012.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. **No es poca cosa: 10 años de logros del Gobierno Bolivariano**. Caracas, 2008.

VENEZUELA. **Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista – PPS: Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013)**. Caracas, 2007b.

VENEZUELA. **Plan de la Patria - Programa del Gobierno Bolivariano 2013-2019** (Testamento Político del Comandante Hugo Chávez). Caracas, 2013.

ZUCK, Débora Villetti. **A concepção de educação escolar bolivariana da Venezuela**: Proyecto Simoncito, Escuela Bolivariana e Liceo Bolivariano e os avanços nos 10 anos do governo Bolivariano. Disponível em: <www.iela.ufsc.br/cd2009/artigos/JornadasBolivarianas_concepcao_de_educacao_escolar.pdf>. Acesso em: ago. 2011.

ZUCK, Débora Villetti. **A integração da América Latina expressa na educação venezuelana dos governos Chávez**: 1999-2009. 2011. 305 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - UNIOESTE, Cascavel- PR, 2011.